

**CURRÍCULO
DE 2º GRAU
NO
RIO GRANDE DO SUL**

BASES E FUNDAMENTOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
SUGESTÕES DE MODELOS CURRICULARES
DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

**SEC/DEM/RS
CENAFOR/PDRH/CETERGS
NOVEMBRO 1972**

D.: Lúcia Beatriz Gaspar
8.2.77.

Beatriz

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CORONEL EUCLIDES TRICHES
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CORONEL MAURO COSTA RODRIGUES

C U R R Í C U L O D E 2º G R A U

N O

R I O G R A N D E D O S U L

SEC - DEM - 1972

Prof. EVANDES BARBOSA

- Diretor do Departamento de Ensino Médio

Profª. MARTHA BLAUTH MENEZES

- Coordenadora da Assessoria Técnica

Profª. GLACY ALICE ZAMBOM

- Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Orienta
ção

Téc.Ed. - MARIA LUIZA DA SILVA OSÓRIO

- Coordenadora do Grupo Base de Currículos e
Programas

O CURRÍCULO DE 2º GRAU NO RIO GRANDE DO SUL

Iª PARTE - BASES E FUNDAMENTOS

Elaboração dos Professores:

RAUL JOSÉ MORAES MACHADO - DEF
SERGIO RAIMUNDO DOS ANJOS OLIVEIRA - DEM
TEREZA CORRÊA - DEM
TEREZINHA DE JESUS GUIMARÃES - DEM
WILMAR PEREIRA DOS SANTOS - DAC

IIª PARTE - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Elaboração da Professora:

ENY KNACKFUSS SOUZA

IIIª PARTE - SUGESTÕES DE MODELOS CURRICULARES

IVª PARTE - DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

Elaboração dos Professores:

ALFEU DE OLIVEIRA
ALSINA ALVES DE LIMA - DEF
FERNANDO FABIANO ROSA - E. T. PAROBÉ
GIZELDA DIAS - DEF
GLADIS LOPES USTARROZ - E.N. D. DIOGO DE SOUZA
HELENITA DE SOUZA RODRIGUES - I.E. "GEN. FLORES DA CUNHA"
HELIO DE BEM - C.C. PROTÁSIO ALVES
IARA BABOT - DAC
IGOR ANTONIO GOMES MOREIRA - C. ISRAELITA BRASILEIRO
LAURA BOHN LAUTERT - DAC
LEDA SPERB LOPES - DEF
LELIA MAIA - I.E. GEN. FLORES DA CUNHA
MARIA CECÍLIA RICO DE ALMEIDA - C.C. IRMÃO JUSTO
MARÍLIA CORRÊA BONINI - DEF
MARIA LUIZA MASCARENHAS - I.E. GEN. FLORES DA CUNHA

MARIALVA FERREIRA
MIRIAM REJANE SARAIVA MOREIRA - DEF
NAIR PASTRO PEREIRA - D.E.D.
NILZA CARLOTA OLIVEIRA DE OLIVEIRA - AT/NPO/DEM
NOELY CASARIN - DAE
NÓRA CECÍLIA BOCACCIO CINEL - E.N. D. DIOGO DE SOUZA
PEDRO FELIPE BLAUTH MENEZES
RAUL JOSÉ MORAES MACHADO - DEF
SERGIO RAIMUNDO DOS ANJOS OLIVEIRA
SOLECI NUNES FERREIRA - E.T. ERNESTO DORNELLES
WERNER KIEL
WILMAR PEREIRA DOS SANTOS - DAC

Com a colaboração dos Professores:

ADEL PEREIRA FAGUNDES - N.O.M. - DEM
MARIA ARAGON - C.E. JULIO DE CASTILHOS
RITA CARMEVALE DE ALMEIDA - DEF
ZAIRA ACAUAN - C.E. JULIO DE CASTILHOS
ZILÁ GUEDES PAIM - DEF.

0. ÍNDICE DA 1ª PARTE: BASES E FUNDAMENTOS

1.0 - Abordagem Estrutural e Sistêmica nas Relações entre Desenvolvimento e Educação - Introdução	5
1.1 - Conceitos Prévios	5
1.2 - Proposição	8
2.0 - Modelos Teóricos para a Compreensão das Relações entre Desenvolvimento e Educação	
2.1 - Modelos	8
2.2 - Aplicação dos Modelos considerados	10
Interrelação Escola-Educando-Comunidade gráfico	12b
3.0 - Função da Escola no Contexto Nacional	12
4.0 - O Objetivo do Currículo de 2º grau /RS	14
5.0 - Conceito de Currículo (por níveis)	15
6.0 - Bases do Currículo de 2º grau /RS	17
6.1 - Base sócio-cultural	17
6.2 - Base Filosófica	18
6.3 - Base Bio-psico e sociais do aluno de 2º grau na faixa etária de 14 a 18 anos	20
Quadro de Referência - O Adolescente suas necessidades básicas e a Escola	24
Quadro de Referências para o Currículo de 2º grau /RS - gráfico	27a
7.0 - Fundamentos Teóricos do Currículo de 2º grau /RS	28
7.1 - Criatividade	
7.1.1 - Pressuposto	28
7.1.2 - Conceituação	28
7.1.3 - Criatividade na Escola	29
7.2 - Atitude científica	
7.2.1.- Conceito de Ciência	30
7.2.2 - A Ciência e a Técnica	31
Ciência como processo - gráfico	32a
7.2.3 - Atitude Científica: ponto de partida para conhecimento Científico	32
7.3 - Sistematização no Pensamento e na Ação	35
7.3.1 - A Resposta Humana	35
7.3.2 - A Sistematização no Pensamento e na Ação como Condição de Eficácia	38
7.3.3 - Sistematização no Pensamento e na Ação referida ao Ensino de 2º grau	39
7.4 - Processo de Comunicação	41
8.0 - Bibliografia Básica	45

ABORDAGEM ESTRUTURAL E SISTÊMICA NAS RELAÇÕES ENTRE
DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

1. Introdução

1.1 - Conceitos Prévios

- 1.1.1 - Abordagem - É o processo racional de focalização de um sistema que estabelece quadro de referência para situar as variáveis a serem analisadas e/ou ordenar, definir, classificar, hierarquizar e categorizar; fronteiras, subsistemas, unidades e funções e interfaces do sistema. É o ponto de vista que constrói o objeto da Ciência.
- 1.1.2 - Estrutura - A palavra "estrutura" (do latim "struere" = construir), termo originalmente empregado em arquitetura, refere-se à maneira pela qual se constrói uma casa, um edifício. Por analogia, passou a designar a maneira como as partes de um todo se dispõem entre si e, alargando ainda mais sua área semântica, significa arranjo, disposição, ordem. É um todo articulado cujos elementos se comunicam consistente e interdependentemente.
- 1.1.3 - Estruturalismo - É um método interdisciplinar de investigação, adotado em vários campos do conhecimento e que procede por estruturas ou procura estruturas, tomando-as por modelos, ora privilegiando seu aspecto genético (generativo-transformacional), ora o simbólico significante. O conceito de estruturalismo pode ser rastreado em velhas noções das ciências exatas e das ciências do homem, afins das idéias de forma, conjunto, totalidade, figura, essência, organismo, função, sistema. Foi na Linguística, a partir de Humboldt e, mais especialmente, de Ferdinand de Saussure, que o conceito começou a ser distintivamente elaborado, logrando sua consagração quando Lévi-Strause, ao extrapolar o método linguístico para a antropologia, deu notoriedade ao termo.

Hoje, ele tende a ser universalmente aplicado a todos os campos do conhecimento.

Parte o estruturalismo do princípio de que todo conceito num dado sistema é determinado por todos os outros conceitos do mesmo sistema, e nada significa por si próprio. Um conceito só se torna inequívoco, quando integrado no sistema, na estrutura de que faz parte e onde tem lugar definido. Para o estruturalismo há uma interrelação entre os dados, ou fatos, e os pressupostos filosóficos, em vez de uma dependência unilateral.

- 1.1.4 - Sistema - É tudo o que se opõe ao caos. É um processo em marcha, ou melhor ainda, "é um conjunto de objetos que possui um dado conjunto de relações entre os objetos e seus atributos" (Optner, op.cit. p. 28). Os objetos de um sistema, segundo a teoria de sistemas gerais, são os parâmetros, isto é, a entrada (insumo), o processo, a saída (exsumo). Os atributos desses objetos poderão ser alterados, face a uma intervenção (ou operação) no sistema. O sistema dirige-se a um objetivo, configurado num modelo de saída. É uma estrutura com finalidade.
- 1.1.5 - Relação - São os laços que relacionam os objetos e os atributos no processo do sistema; relacionam ainda os vários subsistemas dentro de um mesmo sistema. É a vinculação entre os elementos de dois conjuntos ou entre elementos de um mesmo conjunto.
- 1.1.6 - Desenvolvimento Nacional - O estado de riqueza ou pobreza dos países resulta de comparações internacionais; por isso, o desenvolvimento é um conceito relativo. O critério aparente para medir o grau de desenvolvimento de um país e o seu produto (ou renda) per capita, isto é, o produto total dividido pelo número de habitantes, média que é calculada como se a distribuição dos frutos de atividade econômica fosse para todos. Esse critério, dada a sua excessiva generalidade, disfarça a verdadeira natureza do conceito (o exemplo clássico é o Kuwait onde a renda per capita é a mais alta do mundo, mas onde há

grande concentração de miséria). É mais prudente formar conclusões a partir de uma tipologia do desenvolvimento, onde a incidência de certo número de condições ou fatores caracteriza as situações de maior ou menor desenvolvimento. Assim, pode-se considerar um país como desenvolvido quando, além do nível elevado da renda por habitante, tem, entre outras, as seguintes condições:

- a) fração relativamente pequena da população ativa empregada na agricultura;
- b) porcentagem comparativamente importante do produto nacional tendo origem na indústria de transformação;
- c) existência de uma quantidade de instalações e de equipamentos produtivos capaz de ser adequadamente combinada com a oferta e mão-de-obra;
- d) fração importante da população vivendo em áreas urbanas;
- e) adequada infra-estrutura produtiva em termos de portos, estradas, ferrovias e sistema de comunicações;
- f) baixa taxa de mortalidade infantil;
- g) número reduzido de unidade de capital necessários para gerar uma unidade de produto;
- h) baixo grau de dependência da economia em relação ao comércio com o exterior;
- i) elevado coeficiente de alfabetização e escolaridade;
- j) elevada expectativa de vida de cada indivíduo ao nascer;
- l) a existência de equilíbrio de calorias e proteínas, nos padrões alimentares;
- m) elevado consumo de energia (elétrica, química, calorífica) per capita (+ de 80%);
- n) alta porcentagem de matrícula em escolas na faixa de 6-18 anos;
- o) alta porcentagem de produtos manufaturados sobre os produtos importados, mais de 60% se destinam à exportação.

Nenhuma dessas condições estruturais, isoladamente, basta para definir o estado de desenvolvimento (ver noção do estruturalismo).

1.1.7 - Conceito de Educação a nível nacional - A educação é um processo de interação de indivíduos e grupos com vistas à realização pessoal e desenvolvimento social.

1.2 - Face às colocações em termos de estrutura e sistema, propomos a necessidade de considerarem-se o método estrutural e o enfoque sistêmico como os únicos recursos metodológicos, não só para melhor configurar as relações entre desenvolvimento e educação, como para o levantamento de alternativas na solução dos inúmeros problemas que constantemente estão presentes nos planos educacional e econômico. Ambos os sistemas, o educacional e o econômico, são sistemas abertos, interdependentes, artificiais (porque produtos da cultura humana), probabilistas e excessivamente complexos. Lidam ambos com problemas mal estruturados (o que não quer dizer que não sejam estruturáveis) e de uma complexidade desarmadora para quem não esteja munido de uma metodologia adequada para sua abordagem. Acreditamos, pois, que tal metodologia só pode ser a proporcionada pelo estruturalismo e o enfoque sistêmico. Tais formas de abordagem dos problemas educacionais vão determinar, na área da administração, do planejamento, acompanhamento, controle e avaliação dois tipos básicos de administrar:

- por objetivos (A.P.O.)
- por sistemas (A.P.S.)

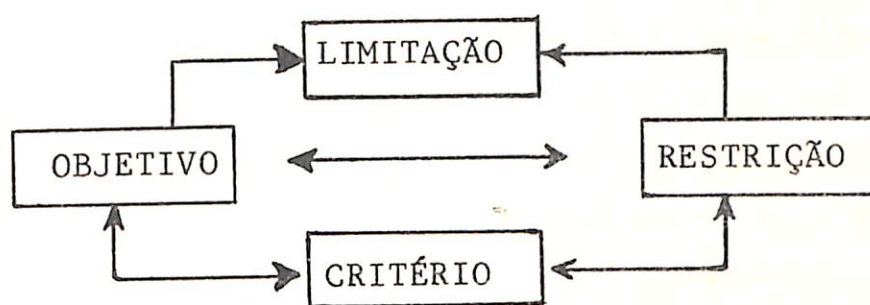
2. Modelos Teóricos

2.1 - Modelos Teóricos

Para configurarmos as relações entre desenvolvimento econômico e educação, mesmo que o façamos aqui de maneira sucinta, mos partir de dois modelos teóricos, extraídos da obra citada nas tes de consulta, anexa a estes de autoria de Optner e também da (Revista de Administração Pública).

2.1.1 - O primeiro desses diz respeito a um modelo teórico da saída,

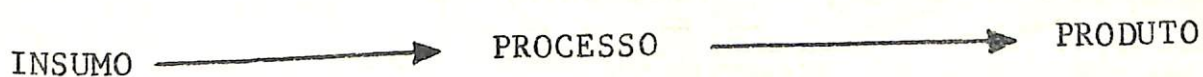
sim representado graficamente:



Onde:

- a) Objetivo - é a meta, o alvo a ser atingido pelo sistema, enquanto processo em marcha, delimitado pelas restrições.
- b) Restrição - é o meio de limitar a utilização de recursos. O conjunto de condições que descrevem e limitam a maneira de atingir esse objetivo. É a soma de regulamentos e linhas de conduta, impostos de dentro ou de fora, sujeitos a uma fronteira de terminada; algo que limita de modo significativo um objetivo.
- c) Critério - é a expressão de um equilíbrio entre a consecução (ideal) de um objetivo e a realidade restritiva das forças naturais ou humanas (que tendem a impedir essa consecução); é o meio pelo qual são medidas ou escolhidas as alternativas; é um padrão que permite julgar os méritos relativos de uma escolha.

2.1.2 - O segundo desses modelos teóricos, aqui considerado, configura os parâmetros gerais dos sistemas: insumo, produto, processo e fluxo, e não apresentados em forma de diagrama

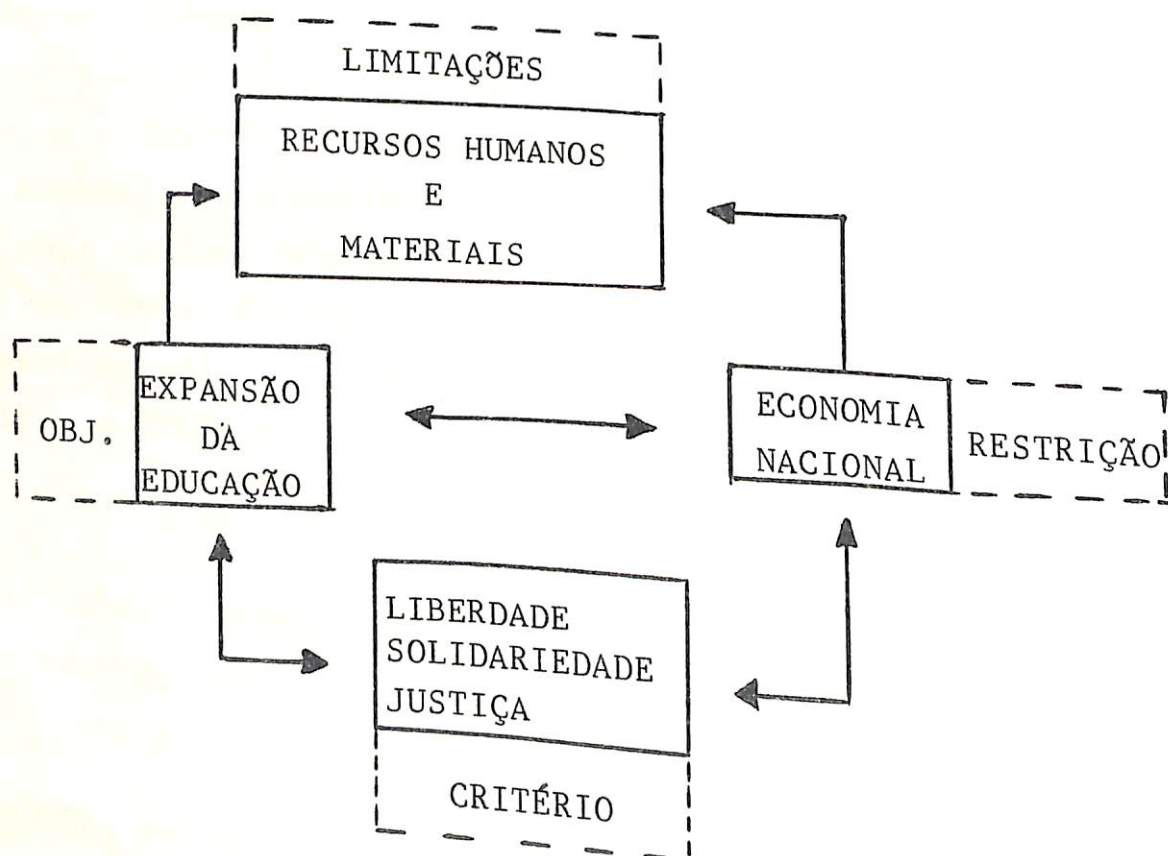


Na RAP encontramos à página 11: "O processo ou processador é simbolizado pela "caixinha negra" dos teóricos de métodos sistêmicos; dessa caixinha pouco se sabe, exceto que as coisas que nela entram (insumos) são diferentes das coisas que dela saem (produtos). (...). Quando estudamos sistemas em atividade de poderemos não estar muito interessados nas minúcias do mecanismo processador; em certos casos, porém, elas nos interessam sobremaneira".

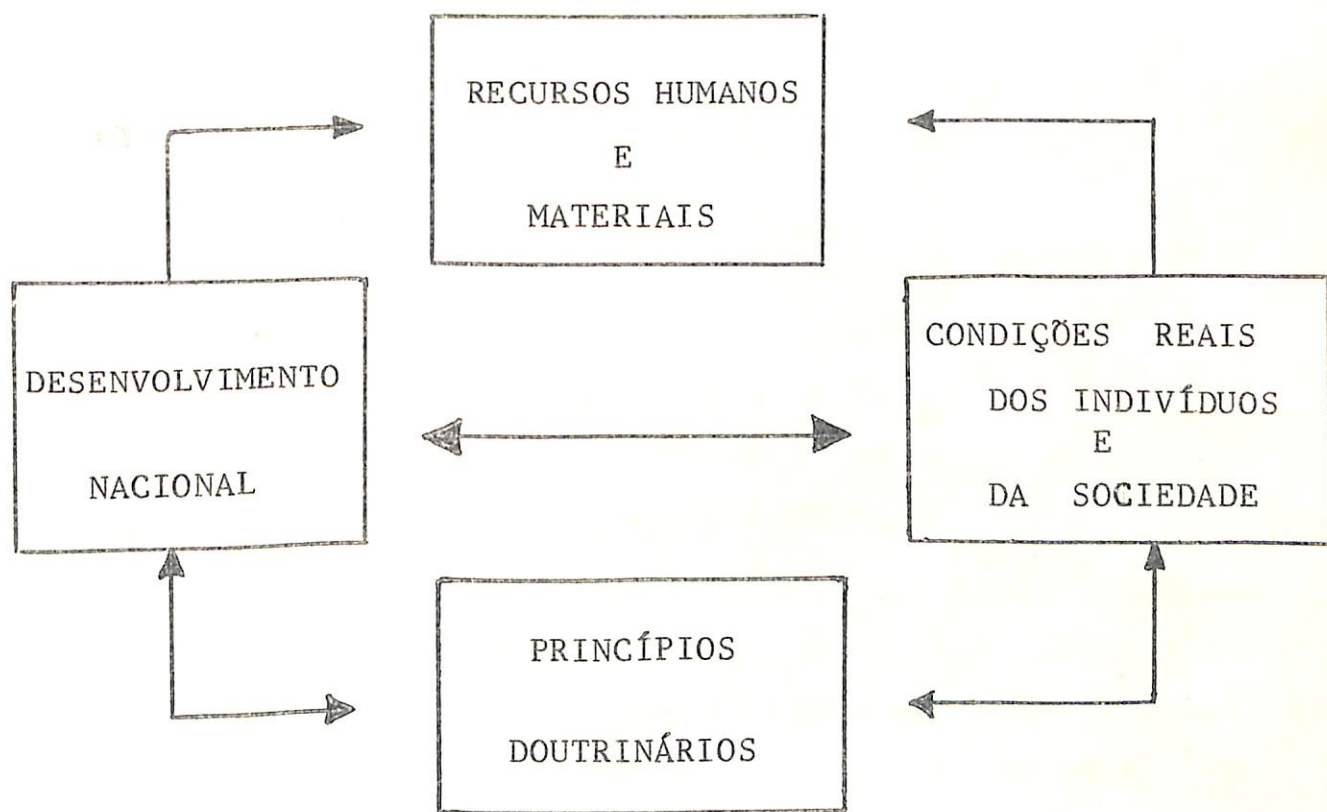
2.2 - Aplicação dos modelos teóricos considerados

2.2.1 - Aplicação do modelo teórico de saída

- a) Numa abordagem em ênfase na Educação, configurada como objetivo, mas cujo atingimento está restringido pelas injunções de caráter econômico, temos:



- b) Caso a bordagem der ênfase ao aspecto da expansão da Economia Nacional, mas para cujo atingimento a Educação não esteja capacitada, esta se configuraria como a Restrição. Permaneceriam os mesmos critérios e limitações, já que numa sociedade democrática os princípios de liberdade individual, solidariedade e justiça sociais são sempre os padrões pelos quais medimos toda e qualquer tentativa de planejamento. (Evidentemente, em regimes totalitários os padrões são outros).
- c) Da política de ação governamental, segundo exposição de "Metas e Bases para a Ação de Governo", podemos inferir que o objetivo máximo é o desenvolvimento nacional, restringido, apenas, pelas condições reais dos indivíduos, da própria natureza física do território, das estruturas econômicas, política e social.



No objetivo desenvolvimentista encontramos a interdependência da economia e da educação, nitidamente configurados na Lei 5692/71, nos planejamentos do MEC.

Nota-se aí um novo enfoque para a Educação. Antes ela

era tida como o resultado do processo de desenvolvimento. Agora, ela é um dos fatores (insumos) para o desenvolvimento, vista em perfeita sintonia e interdependência com a economia.

Um dos pontos essenciais do modelo econômico brasileiro de mercado é:

" - Promoção, pelo governo, das condições para a modernização, dinamismo e competição (...) pela concessão de prioridade aos investimentos diretos em setores como Educação, Habitação, Energia, Transportes e Comunicações". (PND - Plano Nacional de Desenvolvimento).

2.2.2 - Aplicação do diagrama dos parâmetros da (T.G.S.) Teoria Geral de Sistemas.

3.0 - Função da Escola no Contexto Nacional

A Lei 5692 de 11 de agosto de 1971 que fixa diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências coerentes:

- aos problemas de solução prioritária de nosso tempo,
- às exigências científicas, técnicas e pedagógicas,
- às necessidades do desenvolvimento nacional.
- às aspirações do homem brasileiro;

expressa, face à Educação, nova e radical mentalidade, equilibrando e integrando os aspectos de unidade, diversidade, de continuidade e renovação, visa estruturar o Sistema Educacional aberto à realidade de hoje e às tendências da ação humana (ver Base Socio-Cultural).

Se a educação, numa abordagem estrutural e sistêmica se constitui fator para o desenvolvimento nacional, a escola aparece no contexto educacional como elemento básico que, atendendo à comunidade e aos educando, abre caminhos para novas alternativas de maior eficiência na educação.

Dessa forma, a escola, como agência institucionalizada,

INSUMO

PROCESSO

PRODUTO

Educação, Economia e
outros fatores inter-
relacionados em plane-
jamento

.....

.....

Implantação e Implementação dos pla-
nejamentos em termos de Programas,
Projetos e Planos.

Acompanhamento, Controle e Avaliação
com vistas à correções e adaptações
dos mesmos.

.....

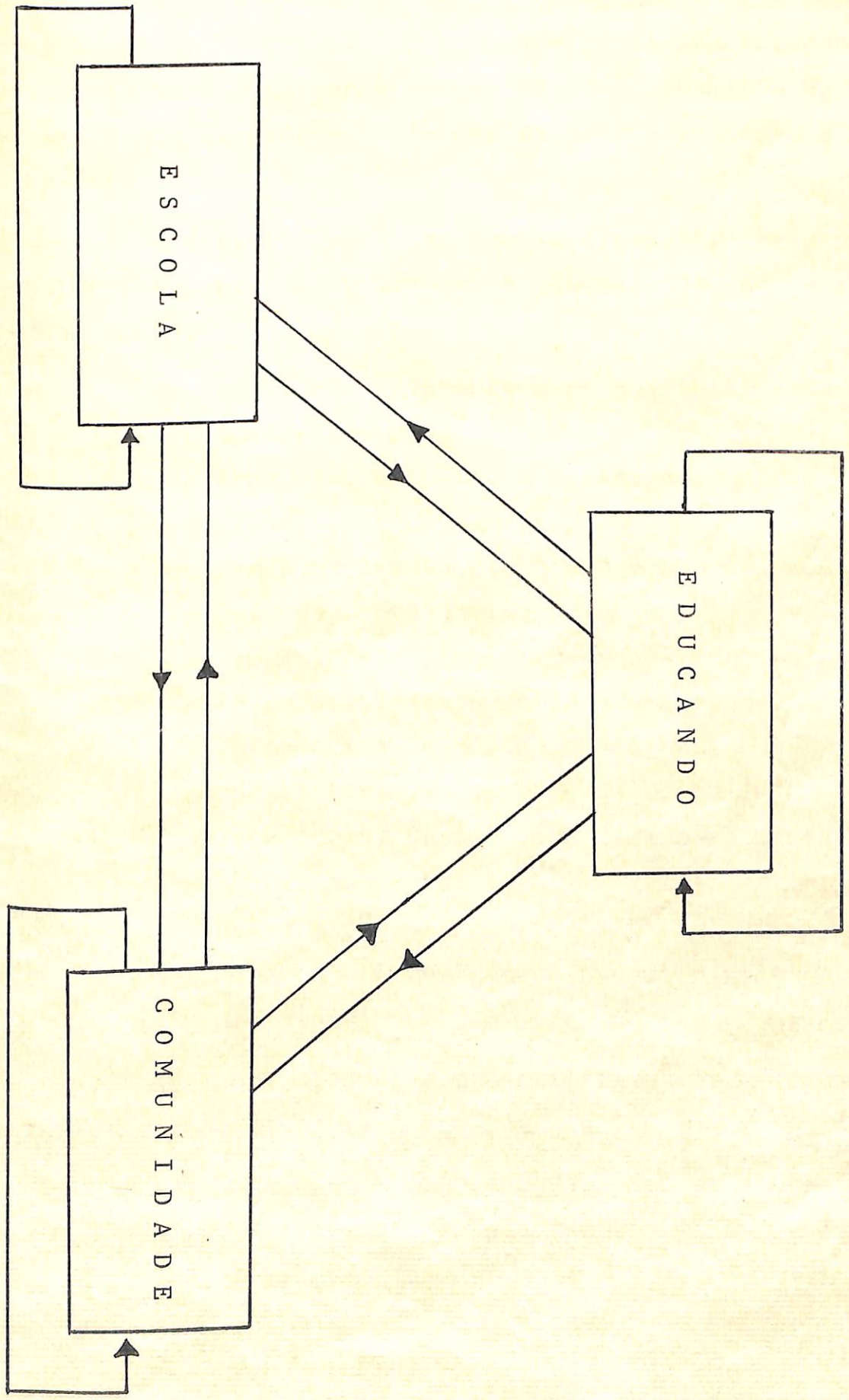
.....

- Desenvolvimento nacional;
- Integração social;
- Progresso individual e social.

.....

.....

INTERRELAÇÃO ESCOLA-EDUCANDO-COMUNIDADE



intencional e sistemático para realizar a educação, surge, no contexto nacional, não apenas como agente de consolidação, mas também como agente desencadeante do desenvolvimento.

Nessa nova perspectiva, a Escola, a Comunidade e o Educando tem igual valorização e formam o que, em linguagem matemática, se denomina "classe de equivalência". O intercâmbio contínuo entre os elementos assegura a progressiva e concomitante atualização e desenvolvimento dos mesmos e, conseqüentemente, se encaminha à consecução do objetivo a que se propõe o Sistema do qual a educação é um dos insumos (gráfico 1).

A difícil função da Escola é possibilitar, na atividade educacional as relações profundas e controladas, com eficiente atendimento, entre:

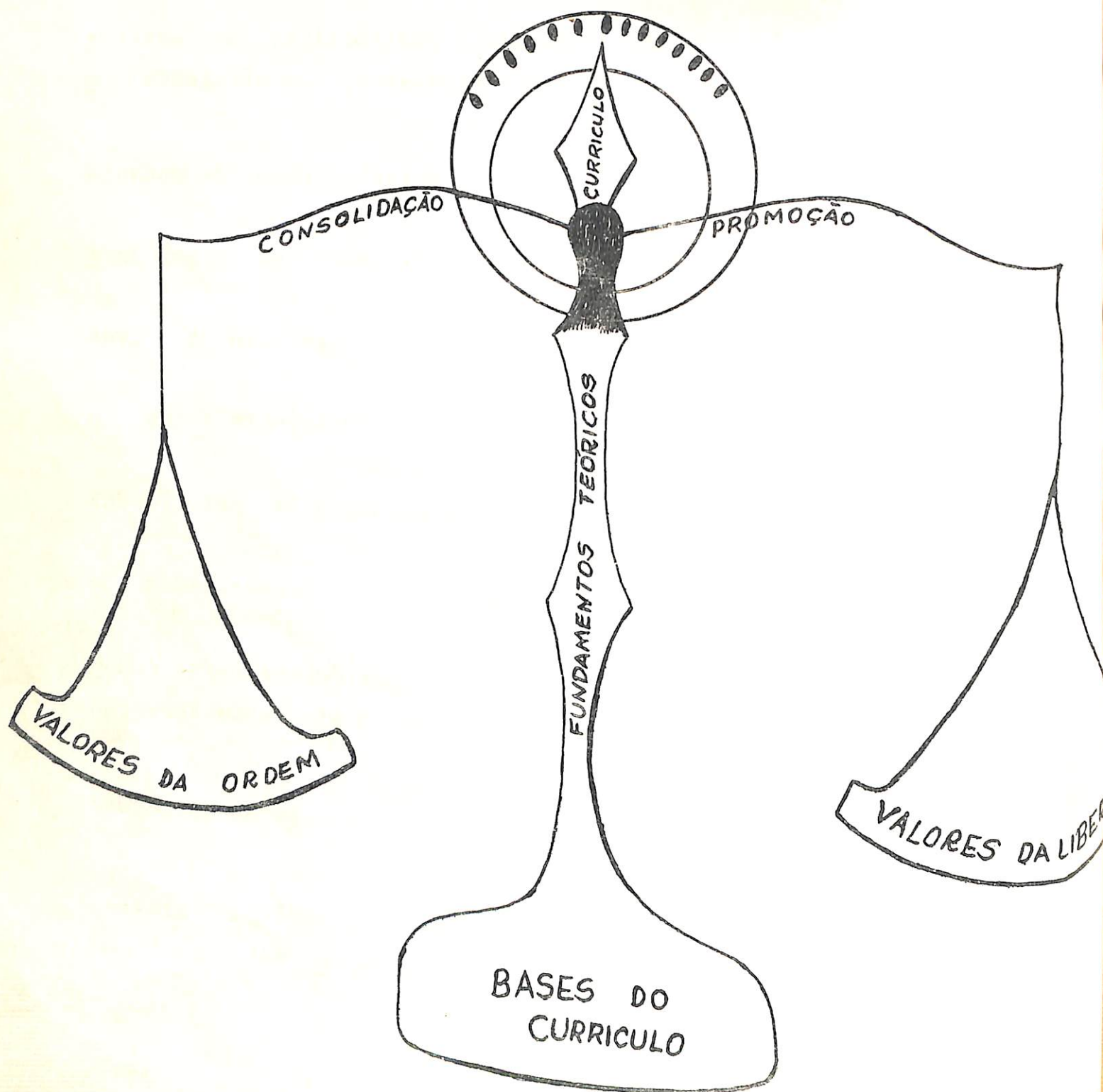
- a realidade existente e as possibilidades de mudança e aperfeiçoamento,
- o progresso atingido e o alargamento das forças pro dutivas,
- o desenvolvimento alcançado e a preparação de novos níveis de desenvolvimento,
- as imposições da comunidade e a influência a que a própria escola está voltada a exercer,
- as exigências imediatas dos alunos e as prioridades do nosso tempo,
- as premências da ação imediata e as necessidades de pesquisa educacional,-
- a organização de recursos e experiências para conso lidação de firme Educação Geral e eficiente Formação Profissional.

Em suma, atender e compatibilizar os valores da ordem e os valores da liberdade. (gráfico 2)

A escola, assim considerada, como um sistema aberto, voltado a um processo de consolidação e transformação, encontra no currículo sua força e sentido.

4.0 - Objetivo do Currículo de 2º Grau no Rio Grande do Sul

O currículo de 2º grau no Rio Grande do Sul expressa, com base em seus fundamentos teóricos, o equilíbrio entre a consolidação dos valores da ordem e a promoção dos valores da liberdade; visando ao desenvolvimento pessoal e à integração social.



<u>Curriculo é:</u>	<u>Curriculo é:</u>	<u>Expressa-se:</u>
Interpretação • técnico - administrativa e • técnico - pedagógico da legislação educacional vigente e se <u>expressa</u> por meio de: • fundamentação legal • caracterização técnico-administrativa e técnico-pedagógica • diretrizes programáticas • fundamentação teórica • modelos e critérios para seleção, organização, execução e avaliação de objetivos e processos na Educação.	Interpretação das diretrizes de secretaria à luz dos critérios de exequibilidade e adaptação às peculiaridades regionais • supervisão, orientação, acompanhamento, controle a avaliação do currículo das escolas sob sua jurisdição.	pelo planejamento global - de direção - de orientação pedagógica - de orientação educacional que permite a consecução de objetivos que exprimem as relações entre os elementos responsáveis pelo processo educativo dentro e fora da escola. (integração escola-comunidade)

A NÍVEL DOCENTE

A NÍVEL DISCENTE

Currículo é:

Seleção e estruturação de elementos

- ambientais
- situacionais
- de conteúdos e de experiências

de processo educacional

Estruturação expressa por objetivos operacionais
mente elaborados, cuja consecução o professor
se propõe a oportunizar ao aluno. (gráfico 3)

Currículo é:

O conjunto de todas as experiências que o aluno
vivencia e realiza, dentro e fora da escola, sob
a responsabilidade da mesma, visando a consecução
dos objetivos educacionais.

A idéia de níveis que se relacionam entre si
segundo a idéia: "tem responsabilidades mais
abrangentes que", como aqui foi apresentada
é o que se chama em matemática de relação de
ordem.

6.0 Bases do Currículo

O conjunto de elementos provenientes da realidade só cio-cultural, político-educacional e bio-psico-social, visualizados e estruturados sob forma de princípios orientadores, constitui as Bases do Currículo.

As bases do Currículo de 2º grau são:

- Base Sócio-Cultural
- Base Filosófica - Política Educacional
- Base Bio-Psico-Social do jovem na faixa etária dos 14 aos 18 anos.

6.1 Base Sócio-cultural

O homem de amanhã viverá em condições bem diferentes das de seus pais e professores, evidenciando-se com isso, a necessidade de que a educação tenha uma visão prospectiva do homem e da sociedade, a fim de melhor prepará-lo não só para o presente como também para o futuro, levando-o a penetrar, neste futuro, bem instrumentalizado.

Vivemos num mundo caracterizado por constantes mudanças e transformações.

O marcante desenvolvimento científico e tecnológico dos nossos tempos trouxe como consequência:

Tendência da ação humana.

Dentre as tendências ao mesmo tempo características da ação humana podemos apontar:

a) Tendência a ser eficiente, para tanto passar da vivência tradicional, axio-racional e efetiva para a vivência racional. Daí assumir tanta importância o planejamento.

b) Tendência à substituição do homem como força motriz e executor de tarefas mecânicas repositivas, por máquinas em crescente automatização ou autocondução mediante programação humana.

c) Tendência a localizar sempre mais o homem em funções mentais da ação humana tais como invenção, programação, etc.

d) Tendência à organização do trabalho em equipe grupos organizados, inclusive no intelectual - pesquisa.

e) Tendência a levar o homem a se auxiliar em máquinas nas funções mentais e, até certo ponto, a substituir-se por máquinas programadas.

f) Tendência de levar o ser humano e as coletividades a um ritmo de tempo social acelerado.

g) Tendência de ser um investimento, uma empresa organizada até mesmo na ação educacional.

6.2 Base Filosófica

A filosofia educacional, a partir de uma perspectiva global e realística, procura tornar o planejamento da educação humana coerente e objetivo, segundo os valores considerados relevantes a sociedade a que se destina.

A base filosófica da educação se concretiza através da política educacional adotada. Esta última está acelerada por um sistema filosófico que emite um escalamento de valores, fundamentada em princípios e por proposições da mesma política educacional que transformam a própria filosofia em aspectos legais de ação. Por isso, é de extrema importância que os planos curriculares se compatibilizem e ponham em ação os princípios básicos que orientam a Lei 5692/71 - 4024/61.

Princípio de Atualização - Flexibilidade

O princípio de atualização no Sistema Educacional é que permite orientar, e prever e selecionar dispositivos de realimentação para prontas e harmoniosas modificações no currículo, a fim de responder a novas necessidades e possibilidades na medida em que surgindo. Diz respeito também, a constante preparação dos elementos humanos e materiais para atender às demandas de uma Sociedade em mudança.

Princípio de Descentralização Articulada

O princípio de descentralização busca um estilo, evitando um modelo único de currículo, no sentido de adaptar-se às realidades.

O currículo deve ser elaborado e executado em função de uma dada realidade, considerando as peculiaridades da comunidade, as características da clientela, as possibilidades humanas e materiais da escola.

A descentralização curricular não é enfocada numa perspectiva de totalidade, porém se reveste de características de descentralização articulada onde os Estados, os Municípios, as escolas e os alunos possuem certa liberdade e autonomia.

Princípio de Integração

O princípio da integração - princípio altamente renovado, da Lei 5692/71, visualiza o ensino de 1º grau como um bloco único em que as articulações internas (currículo) se processam tanto no sentido vertical quanto no horizontal, de modo que os obstáculos ao progresso do aluno, na escola, sejam cada vez mais reduzidos.

A integração vertical do currículo do ensino de 1º grau deve garantir a continuidade, aprofundamento e o encadeamento lógico das experiências de aprendizagem, assim como deve dar maior flexibilidade à execução do plano curricular.

A integração vertical, no currículo, aparece como porta aberta por onde o aluno pode passar em busca de novas oportunidades.

A integração horizontal se especifica por série de atividades relacionadas e organizadas em torno de um foco integrador com o fim de atingir objetivos previamente estabelecidos.

A integração horizontal propicia à ação educativa:

- racionalizar o desenvolvimento das potencialidades do aluno;
- garantir a unidade nos diferentes momentos de interdependência e relação das várias disciplinas;
- dar sentido mais global e abrangente às experiências de apren

dizagem dentro e fora da sala de aula.

Decorrente do princípio de integração surge o da continuidade e de terminalidade.

O currículo, face a este último princípio, passa a organizar-se sob duplo aspecto no sentido de:

- oportunizar e favorecer a continuidade do processo educacional do aluno se assim o aluno desejar;
- oferecer condições de terminalidade educacional, isto é, instrumentalizar o educando para que ele, no momento em que as contingências sociais exigirem, se encontre apto, segundo suas possibilidades individuais a ingressar na força viva do trabalho.

Esta nova colocação dada ao atual sistema de ensino brasileiro, busca valorizar a criatura como pessoa capaz de progredir e aperfeiçoar-se, harmonizando o atendimento das condições pessoais do educando com o processo de desenvolvimento a que está empenhado o país.

Princípio de Concentração de Meios

Outro princípio, com significativas implicações curriculares, é o da concentração de meios.

Este princípio procura racionalizar o aproveitamento dos recursos disponíveis da comunidade, tentando amenizar as carências materiais e humanas que a implantação do novo sistema, ao mesmo tempo em que elimina duplicações e corrige a dispersão, reforça, amplia e acelera a implantação da reforma.

6.3 Base Bio-psico e Sociais do aluno de 2º Grau na Faixa Etária de 14 a 18 anos

Os currículos de 2º grau deverão atender à natureza, necessidade e capacidades de aprendizagem do aluno, bem como suas condições emocionais, psicológicas, sociais e físicas sendo necessário conhecer seu desenvolvimento bio-psico e social.

De posse desses dados, o professor poderá definir concretamente seus objetivos, considerando:

- o crescimento físico e fisiológico;
- a fase do crescimento intelectual e emocional;
- as expectativas e exigências da cultura e da classe sócio-econômica em que ele vive.

Dos 14 anos em diante surgem as operações que tendem ao pensamento operatório formal, quando é atingido um nível de abstração. É uma fase da vida do indivíduo que traz uma transformação realmente profunda no sentido da mentalidade.

A juventude muda sua forma de proceder de acordo com as suas motivações pessoais e culturais, apresentando comportamentos que talvez não sejam compreendidos pelos adultos que a rodeiam.

Para Piaget as operações lógicas começam a ser transpostas para o plano das idéias.

Para Spranger, nesta fase, há: o desenvolvimento do eu a formação de um plano de vida; e independência subjetiva.

Cole, por sua vez, amplia os problemas característicos desta fase vital e os enumera do seguinte modo: maturidade emocional, problema sexual, problema familiar, problema vocacional, problema social e problema lúdico.

A adolescência adquirirá caracteres distintos, de acordo com a espécie de influxos culturais (políticos, econômicos, sociais, religiosos, morais, etc.) que influem sobre sua personalidade.

O jovem é um ser humano com problemas, interesses, aspirações, expectativas, necessidades e aptidões, a procura de valores e significação de vida.

Seu primeiro grande problema é o encontro de sua identidade, é poder expandir todas as suas potencialidades criadoras e dinâmicas que o levam a afirmar-se na vida, como um elemento ajustado e atuante.

Tem necessidade de afirmar-se através de uma atividade que o situe num plano utilitário.

Spranger coloca a profissão e a escolha do trabalho co

mo uma das forças mais significativas da juventude.

Daí a Psicologia dar suma importância a escolha da profissão, nesta fase da vida, atendendo o ajustamento consciente e operacional do indivíduo à sociedade através da sua produtividade.

Outro aspecto ligado ao setor profissional é o contínuo preparo para a vida, mediante desenvolvimento intelectual que lhe proporcione sólida cultura.

O êxito e o fracasso escolar representam fortes incentivos para a estruturação da personalidade do adolescente.

Atuar educacionalmente sobre o ser humano significa oferecer condições para um crescimento físico harmonioso e uma mentalidade sadia.

À escola cabe não desperdiçar este consumo e oferecer oportunidades de equilíbrio energético.

O espírito é atingido através do corpo, na medida em que é dado ao indivíduo oportunidade de transcender o mundo circundante e a educação deve proporcionar condições necessárias a este ato, sem contudo o desligar da realidade concreta.

As atividades perceptivas se desenvolverão na medida em que a escola se preocupar com a educação dos sentidos, a estruturação de estímulos e a coordenação de movimentos.

Sob o prisma efetivo, faz-se mister oferecer condições para que o indivíduo atinja um auto-controle emocional, poupando-se de exaltações desnecessárias.

Em relação à vida intelectual, a educação deve ocupar-se da vontade, da inteligência e da memória, através de uma aprendizagem compatível com a idade do educando.

O papel da escola se desempenhará na proporção em que o adolescente possa aprender o mundo físico, social e psíquico e, saber usar, selecionar, transformar e criar, como também, relacionar-se com seu semelhante.

As relações inter-humanas se estabelecem quando o indivíduo

víduo aprende semelhanças e diferenças comportamentais nos planos do pensar e do fazer. É assimilando diferenças e semelhanças que o adolescente caminha para a socialização e conforme a ação educativa que o orienta, estabelecerá com os outros, laços de oposição, de conformismo ou de solidariedade.

O processo educativo deve visar, além do crescimento do indivíduo, as necessidades de um mundo em contínuas mutações, colocando o jovem num constante desafio de suas potencialidades.

A escola deverá ser um imenso laboratório, onde o educando possa vivenciar experiências, elaborar sua estrutura cognitiva e ao mesmo tempo, ajustar-se ao meio ambiente, garantindo assim, seu desenvolvimento pessoal e social.

O ADOLESCENTE : SUAS NECESSIDADES BÁSICAS E A ESCOLA

CARACTERÍSTICAS	NECESSIDADES	ATUAÇÃO DA ESCOLA
1. Biológica O crescimento do corpo não se faz uniformemente. A transformação do aspecto morfológico, a atitude e a expressão material do <u>eu individual</u> cria uma inquietação e preocupação constante por saber qual a aparência física definitiva. Há uma aquisição gradativa de um <u>equilíbrio</u> nas transformações somáticas e fisiológicas, resultando a possibilidade de realizar funções que implicam em esforço físico. Paralelamente à transformação morfológica, opera-se na intimidade dos tecidos e plasmas celulares, uma transformação metabólica produzida pelo desaparecimento de algumas glândulas de secreção interna (o timo) e o aparecimento de novos hormônios (glândulas sexuais).	1.1 - Movimentação física. 1.2 - Jogos vigorosos com regras. 1.3 - Demonstração de coragem pessoal. 1.4 - Atividades diversificadas para as horas de lazer.	1.1 - Técnicas dinamizadas da aprendizagem 1.2 - Variadas situações de participação física. 1.3 - Canalização de energias para iniciativas orientadas. 1.4 - Ocasão de participação social, intelectual e emotiva.

CARACTERÍSTICAS	NECESSIDADES	ATUAÇÃO DA ESCOLA
2. Psico-social Instabilidade emocional, traduzindo-se ambivalência do comportamento e na afirmação do <u>eu</u>, manifesto em reações de rebeldia, agressividade e negativismo. De um momento para outro passa de forte, são e alegre a moribundo, violento e desesperado. Toda esta instabilidade deve-se a mudança de atitude afetiva e esta oscila em virtude de não se poder apoiar em base cenestésica (conjunto de sensações internas, oriundas de todo o organismo) hormonal sólida. Observa-se, também, um egocentrismo introspectivo que se reduz gradativamente e se revela através da exploração e descoberta das características subjetivas com auto-avaliação desproporcionada das qualidades e defeitos.	2.1 - Auto-afirmação 2.2 - Independência 2.3 - Integração social 2.4 - Atração por valores 2.5 - Estabelecimento de um código comportamental 2.6 - Desenvolvimento de uma filosofia de vida.	2.1 - Empreendimentos atraentes e variados, de caráter ocupacional e recreativo para todos. 2.2 - Tarefas que levem à redescoberta e acréscimos no processo da aprendizagem e contribuição voluntária e cooperativa. 2.3 - Oportunidade de participar em experiências novas e de responsabilidade. 2.4 - Desempenho de papéis na escola e na comunidade, permitindo que o aluno passe a receber aceitação social. 2.5 - Criação de um clima de amistosidade, envolvendo todos os componentes da comunidade de escolar.

CARACTERÍSTICAS	NECESSIDADES	ATUAÇÃO DA ESCOLA
Seu comportamento psico-social revela, também, interesses afetivos, sociais, sexuais dando grande importância à opinião do grupo. A adaptação e identificação com a turma assume proporções enormes, preocupa-se com as atividades sociais, fazendo da escola seu laboratório social. Aprende a se comportar como adulto e tende a inserir-se no meio dele, numa busca de maturidade, firmada nas experiências profissionais, nas áreas políticas, educacionais, artísticas e religiosas, que o conduzem a uma integração na vida pública. Observa-se acentuada curiosidade, manifesta na diversificação de interesses e na comprovação objetiva dos fatos. Constata-se, também, uma preocupação com o absoluto, aliada à busca de glória e desejo de recreação do mundo. Estas considerações acompanham-no com profundidade de		2.6 - Informações sistemáticas sobre áreas diversificadas do conhecimento humano. 2.7 - Oportunidade de opções e de adesão à escolha feita. 2.8 - Desenvolvimento de tarefas operatórias que permitam associação de idéias. 2.9 - Seminários e palestras envolvendo temas relacionados com a transcendência. 2.10 - Debates e discussões sobre valores religiosos e formas de vida. 2.11 - Exercícios de disciplina da imaginação e educação da vontade.

CARACTERÍSTICAS	NECESSIDADES	ATUAÇÃO DA ESCOLA
expansão, se sua evolução psicológica for normal. Deste problema provém em grande parte as oscilações da fé religiosa, assim como as atitudes místicas e religiosas. 3. Intelectual Nota-se no adolescente acentuada curiosidade científica, traduzida na diversificação de interesses e na exigência da comprovação objetiva dos fatos. Paralelamente a este aspecto, evidencia-se forte afirmação na vida através de atividades que o situem num plano utilitário e dentro do setor econômico: Observa-se, também, uma acentuada necessidade de tomar decisões, planejar atividades e comunicar-se com seu semelhante de maneira correta e expressiva.	3.1 - Sistematizar e sintetizar conhecimentos. 3.2 - Justificar suas escolhas e decisões. 3.3 - Cumprir tarefas com assiduidade e competência 3.4 - Manipular instrumentos necessários à execução de tarefas. 3.5 - Reformular seus métodos de trabalho. 3.6 - Desenvolver seus conhecimentos no campo científico e tecnológico.	3.1 - Desenvolvimento de tarefas operatórias que permitam associação de idéias e palavras. 3.2 - Exercitar a expressão do pensamento com precisão, clareza e lógica. 3.3 - Capacitar o aluno a formular novas hipóteses, novos problemas. 3.4 - Desenvolver atitudes e hábitos sensoriais e motores para utilização de equipamentos e conhecimentos técnicos sobre materiais e processos de trabalho. 3.5 - Incentivar o espírito de ordem e métodos de trabalhos.

7.0 - Fundamentos Teóricos do Currículo de 2º Grau

O Currículo de 2º grau no Rio Grande do Sul tem como Fundamentos Teóricos para a consecução da finalidade a que se destina:

- Criatividade
- Atitude Científica
- Sistematização no Pensamento e na Ação
- Processo de Comunicação.

7.1 - Criatividade

7.1.1 - Pressupostos:

O ensino formal, dando excessiva ênfase às informações quantitativas, justificava a reclamação de que a ação escolar desconsiderava e muitas vezes obstruía a criatividade natural do aluno.

Hoje, quer pelas colocações sócio-culturais e filosóficas do sistema educacional quer pelas exigências da Lei 5692/71, devem os educadores mobilizar o potencial criador do aluno em todas as situações de aprendizagem.

Damos por implícitas as disposições legais e as colocações expressas nas Bases do currículo.

7.1.2 - Conceituação:

Criatividade é um processo mental e emocional que leva alguém a descobrir, contruir e expressar uma idéia, um artefato, uma forma de comportamento que seja novo para si.

A essência da criatividade, diz Fange, primou sempre pela transformação, em novas combinações, de coisas e atributos já existentes.

Emporta ressaltar que o processo criador envolve, sempre, descobertas ou redescobertas pessoais referentes a qualquer empreendimento humano, constituindo-se em resposta a uma situação ou experiência singulares.

Seguindo essa mesma linha, Margaret Mead declara que "desde que uma pessoa faz, inventa ou pensa algo que é novo

QUADRO DE REFERÊNCIAS PARA O CURRÍCULO DE 2º GRAU NO
RIO GRANDE DO SUL

BASE

SÓCIO-CULTURAL

SOCIEDADE-CULTURA

BASE

BIO-PSICO-SOCIAL

TEORIAS EDUCACIONAIS

BASE

FILOSÓFICA

POLÍTICA
EDUCACIONAL

ALUNO

CRIATIVIDADE

ATITUDE CIENTÍFICA

SISTEMATIZAÇÃO NO PENSAMENTO E NA AÇÃO

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

C U R R Í C U L O

O B J E T I V O S

Seleção e Organi
zação de Conteúdos

Seleção e Organiza
ção de Situações
de Aprendizagem

Seleção e Organiza
ção de Avaliação

CURRÍCULO POR DISCIPLINA

para si mesma, podemos dizer que realizou ato criador." Assim, uma criança "que em pleno século XX redescobre que o quadrado da hipotenusa de um triângulo reto é igual à soma dos outros dois lados, está realizando ato tão criador como o de Arquimedes, embora as implicações da descoberta para a tradição cultural sejam nulas, porque a proposição já é parte da geometria".

1.3 - Criatividade na Escola:

O Professor deve considerar que:

- a) o processo educativo e a realidade sócio-cultural são fatores importantes para o desenvolvimento da criatividade, na medida em que encorajam o aluno à abertura para a experiência e para a mudança.
- b) uma educação com sentido criador deve visar não só a coordenação dos diversos modos de percepção e de sensação entre si e com o meio ambiente, mas também a expressão dos sentimentos de forma comunicável.
- c) uma educação criativa deve favorecer a mobilização do potencial criador do aluno em todas as disciplinas e assuntos, dando valor às realizações produtivas individuais.
- d) o desenvolvimento da criatividade favorece a evolução psicológica da personalidade do aluno, enriquecendo-o e levando-o a viver suas fases evolutivas de maneira pessoal e significativa para uma realização autêntica.
- e) as atitudes criativas levam o aluno a uma maior independência interna, à autoconfiança, que proporcionem o verdadeiro encontro consigo mesmo e com os outros.
- f) a criatividade é uma necessidade não só pessoal (porque autodisciplina e permite a expressão da autêntica liberdade) mas também social (porque é uma força construtiva e essencial para o desenvolvimento e progresso da sociedade).
- g) a criatividade abrange todos os aspectos significativos da

vida do indivíduo: o da comunicação e da linguagem; o das relações e convívio com os demais; o da livre expansão, da exploração do mundo, o do enriquecimento da sensibilidade.

Consciente dos elementos acima considerados, deve professor planejar o trabalho escolar de modo a promover só atividades criadoras mas atitudes criadoras, implicando em:

- dinamizar as potencialidades individuais
- favorecer:
 - a originalidade
 - a apreciação do novo
 - a invenção
 - a expressão individual
 - a curiosidade e sensibilidade aos problemas
 - a percepção sensorial e mental
 - a amplitude e fertilidade de abordagens
 - a capacidade de imaginação e julgamento
 - a transferência e aplicação dos conhecimentos às situações da realidade.

7.2 - Atitude Científica

7.2.1 - Conceito de Ciência

Vista sob aspecto dinâmico, a ciência é a atividade (processo) que o homem executa para obter conhecimento objetivo, metódico-sistemático, demonstrativo e universal dos fenômenos naturais e humanos. Tal conhecimento é expresso por aplicações coerentes a respeito das condições sob as quais fenômenos ocorrem, generalizados em forma de princípios e leis.

O ponto de partida do processo científico são os dados imaginativos e senso de criação de pesquisador que, aliado às referências científicas (conhecimentos e atitudes) se estrutura, face aos eventos, sob forma de hipóteses sem as quais pesquisa é cega, o método perde eficácia e o produto resultante é nulo.

A característica fundamental da ciência é o método, concebido como lógica geral que, nas ciências experimentais, mediante critérios para a seleção de hipóteses e princípios de avaliação, orienta a pesquisa controlada, estabelece modalidades de testagem das hipóteses, em face dos resultados já comprovados e dos fatos concretos e permite a consecução de generalizações válidas. Nas ciências abstratas se orienta do mesmo modo, permitindo a criação de modelos teóricos.

A força que origina sustém e dá à ciência um caráter dinâmico e objetivo é a procedente crítica fundamentada no sincero anseio de atingir a verdade e expressá-la corretamente.

Vista em seu aspecto estático (como produto cultural) é o conjunto de conhecimentos explicativos (teorias) construído sob forma teórica de sistemas coerentes que, em face dos eventos concretos e dos resultados da atividade científica, mediante a constante comunicação e pertinaz crítica, em determinado momento histórico, uma cultura possui como resultado da busca de conhecimento e como fonte de orientação vital.

7.2.2 - A Ciência e a Técnica

Não raro pessoas, dotadas até de certo nível cultural, incorrerem em identificação de Ciência e Técnica. De fato as relações entre esses dois campos em nossos dias é estreita e quase torna indiferenciados os elementos pertencentes a um ou outro campo.

Deve-se entretanto discriminar:

- A Técnica historicamente precede a ciência.
- Embora o avanço científico tenha se acelerado com o surto da técnica, a introdução de técnicas atualizadas na elaboração científica está presidida por questões de método e adaptação aos objetivos da pesquisa em face das hipóteses selecionadas.
- A Técnica, a partir dos resultados da ciência, estabelece e executa o controle prático da natureza para atender às necessidades prioritárias do momento histórico.

Dessa forma:

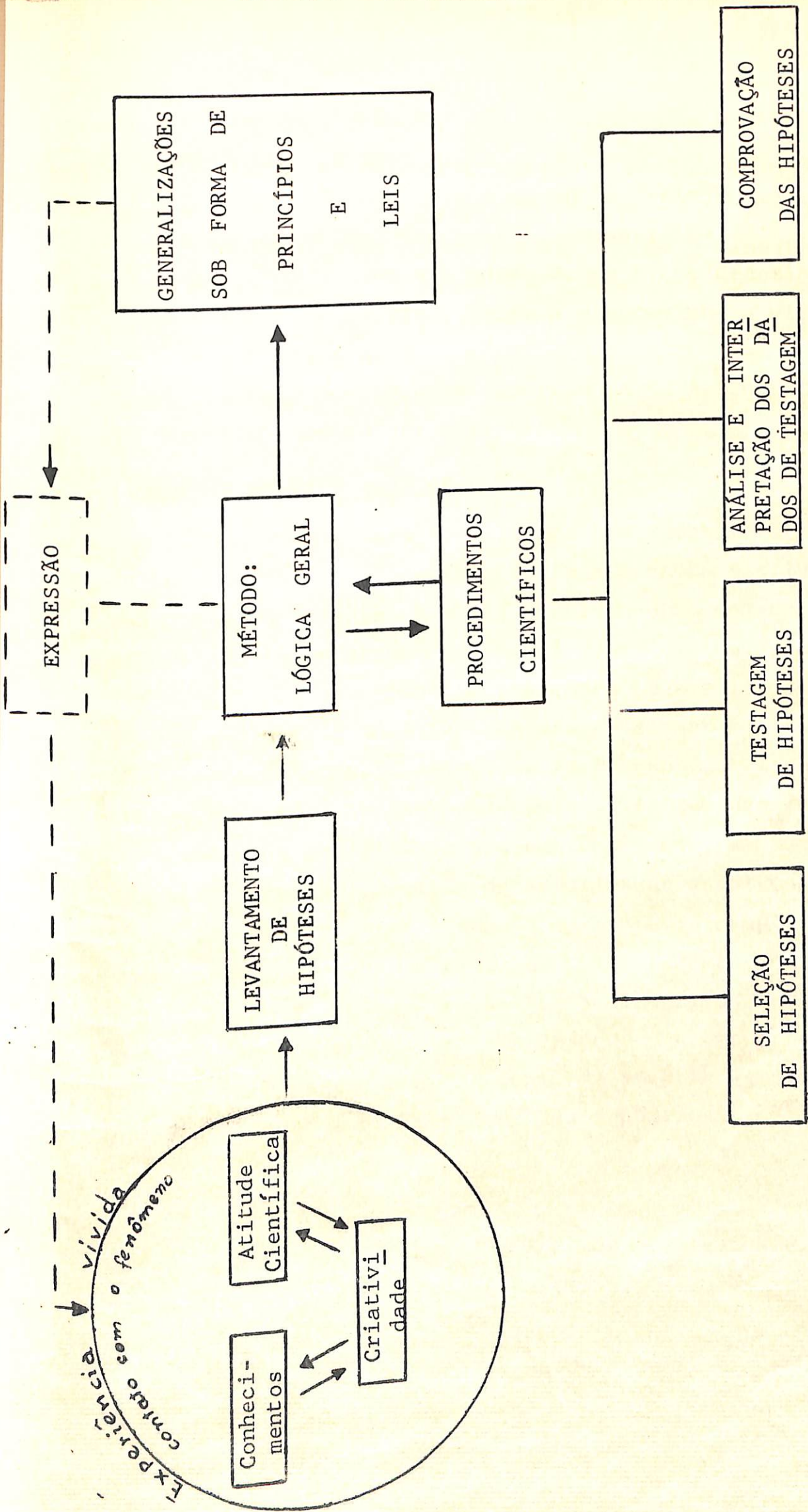
A Técnica (Tecnologia) é o processo que consiste na descoberta, organização e reorganização de meios (técnicas) mediante a aplicação dos resultados da ciência, para atingir soluções de eficácia no controle prático da natureza e na solução eficiente dos problemas humanos.

7.2.3 - A Atitude Científica ponto de partida para o Conhecimento Científico.

As concepções científicistas do séc. XIX, por não atingirem a uma idéia unitária de homem, reduziram o mesmo a uma simples "natureza" e escamotearam a iniciativa e participação responsável do cientista na elaboração da ciência e nos destinos da cultura. O menosprezo à significação vital da ciência e aos seus fundamentos antropológicos produziu e ainda produz, infelizmente, um tipo de cientista que perdido com os mágicos modelos e princípios de procedimento, nada percebe das consequências de sua atividade e permanece alheio à interioridade de sua produção. Tal menosprezo só evidencia que "as coisas são fatos puros e simples" (Edmundo Husserl).

No primeiro quarto desse século se tornou possível, pelo impacto das novas teorias da Física, Química, Matemática, as novas filosofias e o avanço técnico, total reformulação dos princípios nas ciências, crise tão profunda e extensa cujo resultado tem sido uma ciência mais aberta à realidade, ao homem e às demais expressões culturais, e singular posicionamento a respeito da importância e significação do concurso humano na elaboração científica. De tal modo que, a literatura referente à ciência de nosso tempo afirma:

- a) Sendo as explicações da ciência formas de interpretar condições sob as quais os fenômenos ocorrem, os símbolos, relações, leis, princípios e teorias são expressões originais do contacto experiencial homem - fenômeno; a ciência se encontra referida a um mundo vivido do qual todo conhecimento procede e é testemunho;



- A Ciência se beneficia do avanço tecnológico, estruturando e incluindo, em seus procedimentos, técnicas atualizadas.
- A Tecnologia, a partir dos resultados da Ciência, estabelece e executa o controle prático da natureza para fins humanos.

- b) o estudo dos fenômenos não se separa das possibilidades humanas desse estudo;
- c) essas possibilidades estão em íntima relação com as atitudes estabelecidas face aos fenômenos;
- d) conjunto de atitudes e capacidades a que denominamos Atitude Científica preside, orienta e encaminha a elaboração sob forma de ciência.

Parecem de singular importância na Atitude Científica, os seguintes elementos:

- Capacidade de Admiração

Desde os gregos a admiração tem sido vista como ponto de partida para o conhecimento. Na admiração o trivial, os fenômenos se apresentam à observação, em dado momento, dotados de estranheza. O observador se dá conta de que, presente os fenômenos, não se encontram presentes as explicações dos mesmos. A explicação deve ser buscada - daí ser a ciência um conhecimento buscado, desejado. A admiração faz nascer as perguntas que levam ao conhecimento explicativo dos fenômenos. O fundamento da admiração é a consciência que, em sua dupla dimensão relacional (relação de aproximação e relação de separação), une observador e fenômeno e, ao mesmo tempo, faz com que o observador não se confunda com o fenômeno. A admiração impele a uma atitude de respeito (aceitação do fenômeno tal qual ele se apresenta - receptividade) e a uma atitude de humildade (o observador se dá conta da própria ignorância a respeito do "como" e do "por que" dos fenômenos).

- Senso Crítico

A admiração é limitada por sua positividade, isto é, só nos podemos admirar do que é positivo, daí seu aspecto ingênuo.

À Capacidade de Admiração deve unir-se o senso crítico. O senso crítico emana da dúvida e esta supõe conhecimentos adquiridos e a necessidade de estabelecer evidências incontestáveis a respeito dos conhecimentos. O importante na dúvida é

sua dinamicidade que transita para a certeza e vai ao encontro de critérios e procedimentos pelos quais os fatos e o saber adquirido possam ser julgados convenientemente. O Senso ou Atitude Crítica possibilita o exercício da dúvida comedida (não aceitar senão o que pode ser comprovado através de evidência factual ou por demonstração lógica) e a atitude de problematização (pela qual se busca estabelecer e configurar as questões e problemas a serem resolvidos mediante pesquisa e se pesquise sobre os fundamentos e conseqüências da mesma).

- Atitude Metódico-Sistemática

Essa atitude orienta a previsão e discriminação de condições, necessidades, restrições e etapas a serem considerados no processo científico. Tal atitude funda a atitude de parcimônia, pela qual as hipóteses levantadas são susceptíveis de comprovação e as explicações procuram ser tão simples quanto possível. Funda também a atitude de confiança no conhecimento, pela qual se postula que todo fenômeno possui, uma explicação racional.

Esta última atitude diz respeito ao reconhecimento das possibilidades humanas de atingir a Verdade em triplicado aspecto: a) Verdade como "alétheia" relação, desvelamento do que estava encoberto, através do "logos" - tal aspecto funda a Verdade concebida como "adequação" do intelecto a coisa (fenômeno); b) a Verdade como dizer (Veritas) verdadeiro, isto é adequação do que se diz do fenômeno e o modo de se dar do fenômeno; c) Verdade como confirmação (emunali - promessa e confiança) pela qual está assegurada a coincidência da abertura do fenômeno ao homem com a abertura do homem ao fenômeno.

- Atitude Criativa ou Criatividade - tal como ficou enunciado em 7.1.

Se, em nosso tempo, há carência de cientistas responsáveis e pessoas capazes de, a partir do bom senso, aportar a enunciados e comportamentos libertos das impurezas e limitações

das crenças do saber empírico, é possível que descuidos graves quanto a Atitude científica sejam os diretos responsáveis por isso.

→ Cabe ~~(à Escola de 2º grau)~~ e aos professores em direto contato com a população estudantil, fazer frente ao desafio de nosso tempo: a necessidade de que a atitude científica se torne o elemento comum e dominante de nossa cultura, estabelecendo os caminhos e as condições para a consecução desse objetivo.

→ 7.3 - Sistematização no Pensamento e na Ação

Situação Estimuladora - é o conjunto de fatores do meio que determina do momento afetam os órgãos dos sentidos. Quando tomamos como referência um determinado fator, esse fator é denominado "estímulo".

Resposta - é a ação do organismo que resulta da estimulação e da atividade própria desse mesmo organismo.

Aprendizagem - é o processo pelo qual situações estimuladoras proporcionam a elaboração e conseqüente aquisição de uma proposta que, antes, o organismo não era capaz de articular.

Sistematização - é a operação que, pela reunião e organização de elementos segundo determinados princípios, forma um todo inteiro e significativo. O produto da sistematização é uma estrutura (um todo articulado cujos elementos se comunicam de forma consistente e interdependente) ou um sistema (processo estruturado com uma determinada finalidade).

7.3.1 - A Resposta Humana

A característica fundamental de um ser vivo é a constante atividade pela qual assegura sua unidade orgânico-estrutural, mantendo certa independência e certo controle em relação ao "meio".

Denomina-se "meio" o conjunto de fatores internos e fatores externos capazes de alterar o estado de um organismo vivo e suscitar modificações na atividade do mesmo. Tais fatos

res quando considerados no momento de afecção recebem o nome de estímulos.

A função pela qual os estímulos são detectados e significados pelo organismo dotado de sistema nervoso é o que denominamos "sentir".

(A capacidade de sentir estímulos permite ao animal a constituição de um repertório de resposta intensa e estensamente variadas, entretanto presas à imediatez da estimulação. A resposta animal se refere imediatamente ao conteúdo do estímulo e tem seu sentido a partir do mesmo.)

No que diz respeito ao homem e no que há de especificamente humano na relação estímulo-organismo, é que o organismo humano articula nova e deferente função: a inteligência ou entendimento. *até aqui*

O que conhecemos da inteligência é sua imagem nas coisas, sua maneira de aparecer no contorno objetivo, sua objetividade. Através de certas respostas empreendidas pelo organismo humano podemos inferir a presença dessa função expressa na atividade de receber, integrar, compreender e traduzir os elementos provenientes do contacto sensível homem-meio. Seu exercício primordial é interpretar a estimulação como algo real que se verifica numa situação vista como real.

Assim, o que chamamos de "coisa" ou "realidade" é a interpretação, o significado dado ao estímulo, ao nível da inteligência, no próprio ato de percepção de estímulo.

O surgimento dessa função no indivíduo está referida e vinculada ao contexto em que se insere a vida humana. Ou seja, o meio para o homem, num sentido objetivo, é primeiramente o "meio" humano em três aspectos: em primeiro lugar, a maioria de realidades com as quais o indivíduo entra em contacto são obras provenientes da atividade humana; em segundo lugar, a maior parte das relações que esse indivíduo mantém com indivíduos semelhantes a ele; e por último, todas as relações já se encontram dotadas de um significado humano e visam a relação homem-homem. Dessa forma só em segundo plano o "meio" no sentido objetivo é meio natural. Por essa razão, a

cepção de um estímulo, no ser humano, se reveste, pelo concurso da inteligência e do contexto ambiental, de conotação "sui-generis" que afeta o próprio tipo de resposta, possibilitando ao organismo, através de sua atividade, considerável ampliação de independência e controle em relação ao meio.

As respostas humanas:

- a) perdem a imediatividade de uma simples reação, uma vez que não ficam presas ao conteúdo dos estímulos, mas ao que o homem pretende das realidades e de si mesmo.
- c) possuem como horizonte um mundo (conjunto de coisas reais enquanto vistas como reais) transformado continuamente pela atividade do homem e dotado de um sentido que ele confere, sustenta e enriquece.
- d) são em grande parte aprendidas e susceptíveis de aprendizagem e perfeição.
- e) apresentam um caráter pessoal de intenção e responsabilidade.
- f) apresentam-se dotadas de qualidades predominantemente racionais ou predominantemente imaginativas.
- g) dizem respeito aos complexos domínios das atividades sócio-emocionais das atividades motoras e dotadas de intenção conotativa e/ou denotativa.
- h) ainda, como respostas, abrem ao homem, possibilidades sempre mais variadas e efetivas de:
 - tomar consciência de si mesmo como realidade subsistente, capaz de perceber, conhecer e atuar eficientemente em seu contorno e de auto-realizar-se.
 - deixar de se ater imediatamente às realidades para perguntar e responder pelo significado das mesmas e dessa forma, situar-se ajustadamente face ao mundo e, pela ação refletida, transformá-lo e adaptá-lo às exigências humanas.

- estabelecer relações com seus semelhantes, descomprometidas cada vez mais de finalidades de mera conservação e sobrevivência individual.
- formar conceitos e representações teóricas cada vez mais correspondentes aos fenômenos naturais e humanos.
- desenvolver técnicas e processos cada vez mais funcionais e adaptados às finalidades humanas de convivência, integração e organização sócio-cultural.

7.3.2 - A Sistematização no Pensamento e na Ação como Condição de Eficácia

No atual ambiente humano, em que:

- o avanço e orientação tecnológica e científica, proporcionando o desenvolvimento vertiginoso dos meios de comunicação, desencadeia mudanças aceleradas e suscita uma comovisão planetária de inserção participativa, consciente e responsável e integral dos homens no processo histórico
- o crescimento rápido das populações, as complexas relações sócio-político-econômico-culturais,
- a complexidade dos fatos, características e tendências de nosso tempo,
- o grande número de informações novas e de qualidade variável,
- o impacto ocasionado pela ação simultânea de estímulos diversos, estabelecendo uma multiplicidade de solicitações que despertam infinidade de interesses,
- exigem a articulação de variadas e complexas operações mentais; o desempenho de variados tipos de função e atividades, e obrigam a recorrer a sistemas de seleção, eliminação, organização e referência,
- o ambiente brasileiro, em processo de desenvolvimento, com um quadro de diversificada paisagem sócio-político-econômico-cultural, exige constante atualização cultural e profissional; ação integrada em soluções criativas planejadas adequadamente face as prioridades, restrições e possibilidades.

lidades a que se destinam,

- a expansão do dinamismo físico, psicológico e social dos indivíduos, orientada com vistas a uma atuação ajustada e enriquecedora, quer pessoal, quer para a comunidade, exige coerência interna originalidade e logicidade em sua manifestação;

Torna-se completamente claro que a sistematização no pensamento e na ação os apresenta como condição de eficácia para a resposta humana.

7.3.3 - "Sistematização no Pensamento e na Ação" (Referida ao Ensino de 2º Grau)

Poder-se-ia considerar que a "sistematização no pensamento e na ação" apenas disesse respeito ao modo de organização de estratégias e táticas pelas quais os conteúdos e experiências fossem abordados, portanto, numa perspectiva docente. Tal perspectiva, na verdade, é subsidiária de outra de maior vulto e intimamente vinculada aos fins do ensino de 2º grau.

O ensino de 2º grau, organizado predominantemente sob forma sistemática, tem como centro de referência a aprendizagem de conceitos e princípios. Qual é o sentido de propiciar aprendizagens desse tipo? Com que finalidade isso será feito?

Sabe-se que: - a capacidade humana de formar representações internas dos objetos, de interiorizar seu ambiente, pode se expressar original e criadoramente:

- a) sob forma intelectual dotada de logicidade e adequação aos objetos representados;
- b) sob forma de comportamentos sócio-emocionais variados e ricos em significação.
- c) sob forma de atividades técnicas e artísticas eivadas de qualidades de imaginação.

As representações intelectuais constituem enorme econo

mia de esforços. Pela generalidade de conteúdo e pela formalização podem ser aplicadas as mais variadas situações, de forma eficiente. Coisas, qualidades, lugares, fatos e processos quando conceituados podem propiciar o estabelecimento de novos conceitos, mediante convenientes operações mentais. A experiência individual e grupal, através da compreensão conceitual, ganha profundidade e se adensa. Por outro lado, no ambiente humano, os conceitos alicerçam e conectam as mais variadas formas de expressão e comunicação.

O conhecimento humano, pela articulação e organização de conceitos, estabelece desde princípios explicativos de fatos corriqueiros até generalizações amplas sob forma de leis e enunciados pelos quais ficam compreendidos grande número de fenômenos de mesma natureza. Esses mesmos princípios sob forma de critérios podem ser utilizados na avaliação de eventos e ações humanas, e, quando articulados de forma conveniente, propiciam a solução de grande número de situações problemáticas.

Conceitos e princípios desempenham importante papel no exercício da criatividade.

Assim, "sistematização no pensamento e na ação" deve ser encarada como operação que ocorre no indivíduo, significando a atualização de uma tendência humana que visa unir o aparentemente separado:

- conhecimentos e experiências
 - inteligência e sensibilidade
 - raciocínio e imaginação
 - reflexão e ação
 - pessoalidade e comunidade
 - indivíduo e grupo
 - cultura e civilização
 - consciência e mundo
 - comunicação e expressão
 - realidade e possibilidade
- em suma ordem e liberdade, através de estruturas conceituais

hipóteses verificáveis, soluções viáveis, modelos de processo e ação.

Cabe pois à escola e principalmente aos professores como orientadores e técnicos da aprendizagem, estabelecerem as condições propícias para o desencadeamento de processos que levem à "Sistematização no Pensamento e na Ação".

7.4 - Processo da Comunicação

Sistema é um processo em marcha, ou melhor, é um conjunto de objetos (ou elementos) com atributos específicos a cada objeto - e que se relacionam entre si, para a consecução dos mesmos objetivos. É uma estrutura com finalidade.

Comunicação é um processo físico-mental de transmissão e recepção de significados com sentido.

Relacionando esses dois conceitos: o de sistema e o de comunicação, podemos dizer que:

Um sistema de comunicação interpessoal está composto de dois objetos (elementos) - comunicador (falante) e receptor (ou vinte); com atributos específicos:

- o comunicador codifica a mensagem;
- o receptor decodifica a mensagem;

ambos têm um mesmo objetivo: a busca de um ¹sentido comum (semelhante, próximo) nos seus processos mentais de significação.

Quando ambos concordam é porque atingiram o objetivo. Quando discordam é porque o sentido de seus objetivos não era comum.

Num grupo humano, o conjunto desses acordos entre os seus elementos constituintes forma um sistema de crenças, de normas e leis que passarão a reger a vida em comum nesse grupo, tornando possível a integração social.

Uma situação de ensino-aprendizagem se configura como um sistema de comunicação, com dois objetivos (elementos): professor e aluno, com funções (atributos) diversificadas;

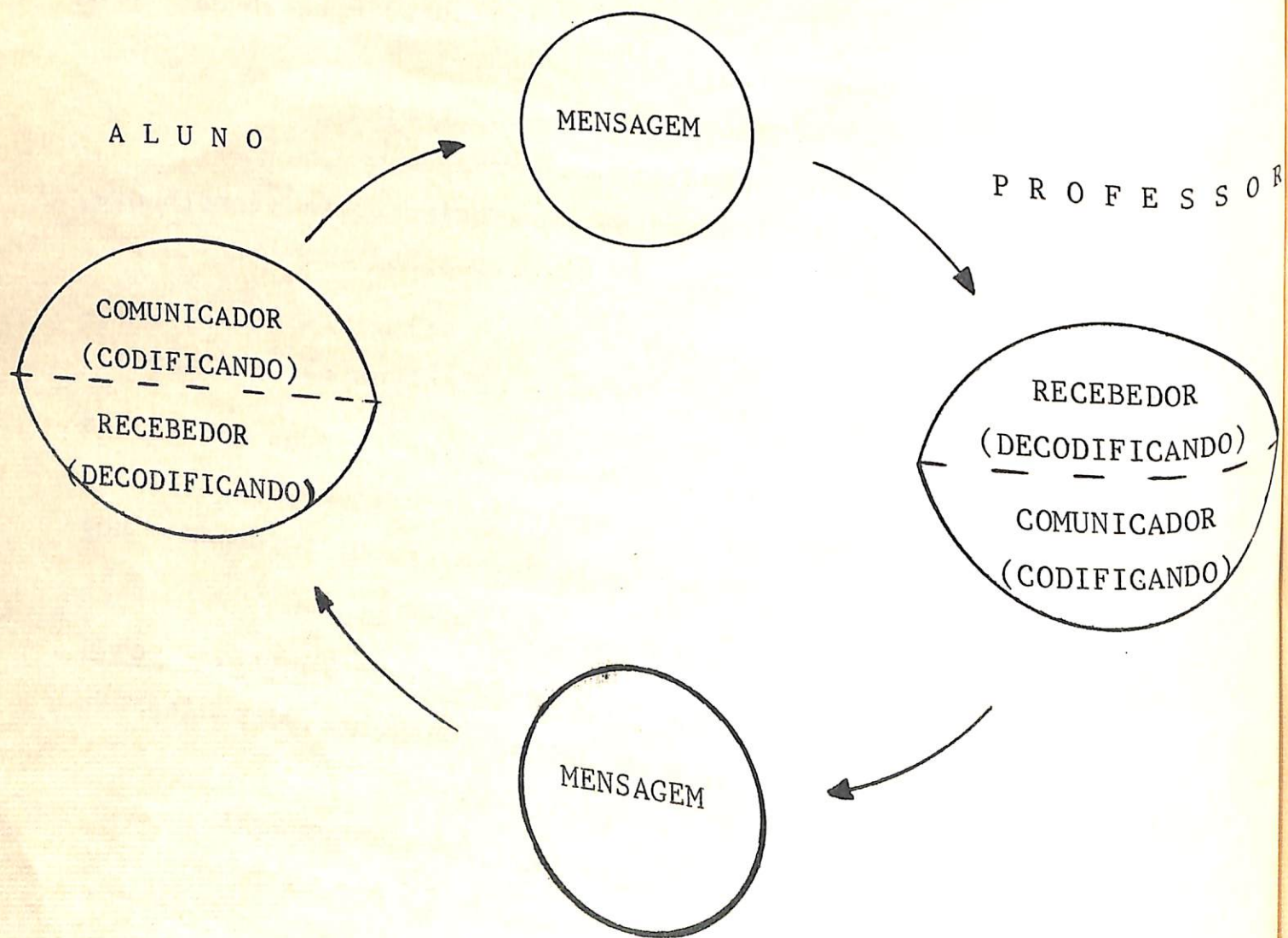
- o professor é um facilitador de aprendizagem
- o aluno é quem dá significação às mensagens que constituem o conteúdo.

Mas para que se constituam de fato, num sistema é preciso que tenham ambos objetivos comuns. Se os objetivos do professor não forem os mesmos do aluno, não haverá comunicação, ou, pelo menos estará seriamente comprometida pelos desacordos que prejudicam, quando não invalidam, o estabelecimento de um "Clima Pedagógico".

Por isso, é necessário que o professor estabeleça sempre uma sondagem inicial dos conhecimentos, habilidades e necessidades dos alunos, e esteja constantemente reajustando seus processos e estratégias de ensino, graças a um feedback constante que permitirá intervir nos seus próprios modos operacionais, face aos objetivos pessoais do aluno, interpretados pelo professor à luz das finalidades da educação.

Por outra parte, convém lembrar que um processo de comunicação se efetiva quando houver troca de função (comunicador, receptor) entre os dois elementos professor e aluno. Em outras palavras, o professor não pode ser sempre comunicador e o aluno receptor.

Representando, graficamente, a troca de função, temos:



- Características do Professor - Comunicador/Recebedor:

- ser um facilitador de aprendizagem;
- propor situações - problemas;
- aceitar e valorizar a pessoa do aluno como sujeito da aprendizagem;
- estabelecer um clima de confiança que leve à comunicação interpessoal: clima pedagógico;
- ser autêntico;
- acolher com calor;
- por à disposição do aluno recursos (entre estes incluir - se);
- relacionar-se francamente com os alunos;
- por o aluno em contacto com sua (de aluno) própria experiência, permitindo-lhe aprofundamento;
- aceitar idéias inovadoras, desafiantes, perturbadoras, criativas que vêm dos estudantes, ao invés de reagir contra tais "ameaças";
- superar os atritos interpessoais e problemas com estudantes, ao invés de lidar com tais questões de maneira disciplinar e punitiva;
- valorizar e utilizar métodos e procedimentos que provoquem o pensamento criativo, o trabalho independente e em equipe;
- valer-se da dinâmica do grupo para atingir um bom relacionamento entre os elementos constituintes das equipes de trabalho.

- Características do Aluno - Comunicador/Recebedor

- comprometer-se responsabilmente com a liberdade que lhe proporciona o professor;
- compreender que a avaliação mais importante é a que ele próprio realizar, a respeito de suas próprias atitudes escolares e extraescolares;
- ser autêntico e aceitar a autenticidade do professor;
- retribuir o interesse que o professor tem por ele;
- desempenhar-se de suas tarefas, responsabilizando-se por elas perante si próprio, os colegas e o professor;
- colaborar com os colegas nos trabalhos em grupo, na medida de suas possibilidades;

- procurar responder às situações - problemas, com o melhor de sua criatividade.

Com base em tais considerações, o processo de comunicação não só é entendido como suporte para a inter-relação aluno-aluno, professor-aluno, professor-professor, mas também está presente no sistema aberto de currículo de 2º grau, no RS, permitindo a interação da escola com a comunidade (família, empresa, clubes de serviço, etc.).

O currículo pleno de uma escola de 2º grau expressa intercâmbio de influências entre a escola e o seu meio ambiente.

O processo de comunicação, quando bem vivenciado dentro da sala de aula, propicia o diálogo com a realidade do meio ambiente em que a escola deve atuar, tornando o sistema educacional produtivo ao desenvolver um mecanismo de retroinformação que lhe permite avaliar os seus "produtos", em função de adaptação às demandas sócio-culturais e influências positivas exercidas pela escola no meio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Azevedo, Marcelo C. de - Teoria da Informação
P.A. Co-edição Vozes - UFRGS
- Bloom, S. Benjamin e outros - Taxionomy of Educacional Objectives
Longmaus, Green and Co.LTD - London, 1956
- Brener, Jeromes - O Processo da Educação
Companhia Editora Nacional - São Paulo, 1968
- Fauge, Eugene Van - Criatividade Profissional
Ed. Ibrasa, São Paulo, 1966
- Kueller, George F. - Arte e Ciência da Criatividade
Ed. Ibrasa - São Paulo, 1968
- Lima, Lauro de Oliveira - Mutações em Educação Segundo Meluhan
Ed. Vozes, - Rio de Janeiro, 1971
- Lima, Lauro de Oliveira - Educar para a Comunidade
Ed. Vozes - Rio de Janeiro
- Merleau - Ponty, Marcel - Fenomenologia da Percepção
Ed. Freitas Bastos, S.A. - Rio de Janeiro, SP - 1971
- Mira J Lopes, Emílio - Psicologia Evolutiva da Criança e do Adolescente
Ed. Científica, Rio de Janeiro - 1941
- Mosqueira, Juan José - A Juventude e seus Problemas (texto) - 1972
- Nassif, Ricardo - Pedagogia de Nosso Tempo
Ed. Vozes, Rio de Janeiro - 1968
- Osborn, Alex F. - O Poder Criador da Mente
Ed. Ibrasa, São Paulo - 1972
- Piaget, Jean - Seis Estudos de Psicologia
Ed. Forense, Rio de Janeiro - 1967
- Souza, Eny Knackuss - Currículos do Ensino de 2º Grau
Porto Alegre - 1972
- Teixeira, Anísio - Reinventando o Papel do Professor
in Revista Pedagógica - INEP
- Weatherall, M - Método Científico
Ed. da Universidade de São Paulo - Pologno - 1970
- Zubiri, Xavier - in "Revista de Occidente"
Año I - Madrid, 2ª ép, nº 1 - Abril, 1963 (pág. 5 e 99)
- Lei 5692/71 - Conselho Federal de Educação
- Parecer nº 853/71 - Conselho Federal de Educação
- Parecer 45/72 - Conselho Federal de Educação
- Critérios para Currículos de Ensino de 2º Grau - Ministério da Educação e Cultura - 1972.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MÉDIA
ASSESSORIA TÉCNICA

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA DA NOVA
LEI DO ENSINO

GRUPO BASE - CURRÍCULO DE 2º GRAU

"Para que a implantação da nova lei de ensino seja correta é necessário apreender-lhe os objetivos e identificar os dispositivos mais importantes que, postos em práticas, levem a obtenção dos propósitos da lei". (Plano Estadual de Implantação)

ENY KNACKFUSS SOUZA
ASSESSORA DO DEM

Compatibilizado na UPO/SUT

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 5692/71	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO CURRICULAR Art. 4º - Os currículos do Ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender... ... conforme as necessidades e possibilidades concretas e às peculiaridades locais... aos planos dos estabelecimentos e ... às diferenças individuais dos alunos.	É evidente que da eficiência de uma organização curricular vai depender a qualidade do ensino, considerando-se o currículo como o potencial da escola em crescimento. Na elaboração de uma base curricular de 2º grau, será levada em conta a adequação a realidade, o nível dos educandos e os recursos da escola. "A verdadeira escola é aquela que reflete as necessidades da comunidade, em sua organização deliberada e sistemática, possibilitando ao educando, integrar-se à vida, conquistando um Status, mantendo-o, ocupando certa posição social e desempenhando ou assumindo vários papéis sociais." A organização curricular condiciona-se às exigências legais. Abrange conhecimentos da área de Educação Geral da área de Formação Especial, além do período no qual de aplicam os conhecimentos e se adquirem

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
		habilidades da aprendizagem. O currículo será flexível e <u>di</u> nâmico para que possa atender ade<u>q</u> quadamente, não só as necessida - des bio-psico-socio econômicas dos alunos, mas às exigências da tec- nologia e das ciências no mundo mo<u>d</u> erno. Na organização da base curri- cular é preciso dar importância às matérias e ao grupamento das dis- ciplinas que integram a mesma; - as obrigatórias, fixadas pelo - CFE, para assegurar a unidade da educação no país e as que acres<u>centam</u> por exigências legais. O CEE deve como órgão regio- nal relacionar as matérias impor- tantes que atendam às peculiarida<u>des</u> do meio. A escola promove uma formação de cultura geral, selecionando con<u>teúdo</u> das matérias que integram o currículo, cujo sentido vem às as<u>pirações</u> da comunidade e aos seus planos ou oferece outros que cons<u>tituem</u> interesse e preferência - dos educandos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PLANO ESTADUAL DE IMPLANTAÇÃO PAR. 45/72 PAR. 45/72	OBJETIVOS DOS NOVOS CURRÍCULOS "Identificar seus próprios valores antes de proceder a estruturação de seus programas de estudos". O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral - proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.	Elaborar os planos de maneira que o currículo seja mais condizente com a realidade, a dos alunos, a das localidades das escolas ao desenvolvimento das ciências e das técnicas da atualidade. Não somente pensar na determinação dos conteúdos, mas nos seus aspectos relacionados e à determinação de objetivos, operacionais, de experiências, de aprendizagem e das formas como avaliar. "Os objetivos predominantes das correntes educativas, apoiam-se no respeito à dignidade humana e procurem a auto-realização do indivíduo, para que possa atuar como um ser humano responsável, bem ajustado consigo mesmo e com os demais".

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 4.024/61	Art. 1º letra d) - desenvol- vimento integral da perso- nalidade humana e sua par- ticipação na obra do bem comum. letra e) preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recur- sos científicos e tecnoló- gicos que lhes permitem u- tilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio. Art. 44 - parágrafo 2º Entre as disciplinas e prá- ticas educativas de cara	Entretanto, permanece o espírito da Lei 4.024/61 em seus 22 primei- ros artigos, exceptuando-se o art. 18 e o art. 21. Suas referências sobre o preparo ao trabalho eram teóricas e sobre o ensino profis- sional, muito vagas. Pela Lei 5.692 ajusta-se o ensi- no aos objetivos propostos, ora desenvolvendo as potencialidades, ora dando eficiência no trabalho, ora garantindo-o senso de civismo no educando, levando-o à educação integral. As referências da Lei 4.024/61 no campo do preparo do trabalho são vagas e imperfeitas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 8/71	ter optativo no 1º e 2º ciclo, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais. Art. 3º - parágrafo 1º - O ensino das matérias, fixadas no currículo e o das que se lhes acrescentam, deve convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, encorajadas como objetivo geral do processo educativo.	As modificações da estrutura, da organização e dos objetivos de educação expressam-se na Lei, com clareza e coerência à realidade nacional, projetando os reflexos desta dinâmica em todo o sistema educacional. Especificamente três dos artigos da Lei (art. 1º, 5º e 27º) levam a estudar os objetivos do 2º grau. O 1º trata da qualificação. O 5º trata da habilitação. O 27º da aprendizagem e qualificação.
RES. 8/71	"A parte de formação especial..... situa, preparando-o para as necessárias projeções em áreas crescentes e, no futuro, mediante estudos e experiências sobre: espaço físico, relação antecedente-consequente, causa-efeito, relações quali-	Na formação especial o objetivo será de habilitar para a profissão de técnicos ou capacitar para uma ocupação, por isso inclui a grande responsabilidade da seleção de conteúdos para atender os propósitos da Lei.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	tativas, arte e cultura". "Auto-realizar-se pelo exercício de discriminação de estímulos, compreensão de conceitos e princípios. ... "afirmar-se individualmente, apreensão da realidade. Seleção de experiências..... "agir produtivamente, mediante perícias no uso dos instrumentos de trabalho, domínio da tecnologia..... " Na formação integral do adolescente, considerar - suas necessidades básicas de desenvolvimento físico e fisiológico, levando à independência auto-afirmação auto-reflexão criatividade integração social, plano de vida. <u>CURRÍCULO PLENO</u> - Art. 5º - As disciplinas, áreas de estudos e atividades, que resultam das matérias fixadas	Para as habilitações na formação especial os objetivos se propõem conforme o expresso na Res. 8/71. Estes objetivos desenvolvem a disciplina de hábitos, o gosto da pesquisa, da invenção e o senso da responsabilidade. As direções, então citadas caracterizam o objetivo - específico de 2º grau. A escolha, dos conteúdos das matérias que integram e unificam uma base curricular abrange critérios de seleção

LEI 5.692/71

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 8/71	na consti- tuição para cada grau o cur- rículo pleno do estabeleci- mento. Art. 2º - As matérias fixa- das diretamente e por seus conteúdos obrigatórios, de- verão conjugar-se entre si e com outras que se lhes a- crescentem, para assegurar, a unidade do currículo em todas as fases do seu de- senvolvimento. PREScrições NA DEFINIÇÃO DE CONTEÚDOS CURRICULARES	diversos e significativos de relevância e da atualização. X Na montagem dos currícu- los plenos, atender-se-ão as necessidades do mercado de trabalho local e regional e as preferências que levarão a formar e capacitar os edu- candos, a fim de participa- rem da comunidade. A escola oferecerá, além da parte hu- manística em conhecimentos, a tecnologia e a prática para o tipo de educação requerida no presente. O artigo evidencia o con- ceito: X "Currículo é uma intera- ção completa, vital e dinâmi- ca de atividades, experiên- cias, matérias, métodos de ensino, recursos humanos sob condições planejadas e con- troladas em um ambiente fle- xível. Inclui perguntas a de- bater, forças a racionaliza- zar, metas a iluminar, pro- gramas a ativar e resultados a avaliar".

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 5.692/71	Art. 4º - Parágrafo 1º - Observar-se-ão as <u>segui</u> tes prescrições na defini ção dos conteúdos curricu lares: I - O CFE fixará para cada grau as matérias rela tivas ao núcleo comum, definindo-lhes os obje tivos e a amplitude. II - Os Conselhos de Educa ção relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devem constituir a parte di versificada. III - Com a aprovação do com petente Conselho de E ducação, o estabeleci mento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relaciona das, de acordo com o inciso anterior. § 3º - Para o ensino de 2º grau o Conselho de Educa ção fixará, além do nú cleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habi litação profissional ou conjunto de habilitações afins. x	Observados os conteúdos, quanto à determinação na di nâmica curricular, sob a com petência das instituições da educação: . matérias do núcleo comum CFE . parte diversificada - CEE . inclusão de estudos obrigatórios e optati vos.

QUADRO DETALHADO

JURISDIÇÃO	PROPOSIÇÃO COMPLEXA	CONTEÚDOS APLICADOS
<u>C F E</u> <u>COMPETÊNCIA</u>	* fixar.....	matérias - núcleo comum e m <u>i</u> nimos exigíveis para as habi <u>l</u> itações técnicas e grupos a <u>l</u> fins.
	* aprovar ou autorizar	Outras habilitações
	* definir.....	Objetivos e amplitude das ma <u>t</u> érias.
<u>C E E</u> <u>COMPETÊNCIA</u>	relacionar	matérias a serem escolhidas , pelos estabelecimentos
	acrescentar	diversificações das matérias com conteúdos específicos
	aprovar ou autorizar	estudos sugeridos pelos esta <u>b</u> elecimentos, não constantes' do catálogo.
ESTABELECIMENTOS <u>COMPETÊNCIA</u>	encaminhar	-habilitação de âmbito regional sugestões dos estabelecimentos ao CFE.
	cumprir	determinações dos Conselhos
	escolher	matérias relacionadas pelos Conselhos
	sugerir	outros estudos para aprovação
	adotar	outras habilitações, fora dos mínimos.
	interpretar	documentos legais.
	executar	os textos legais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	NÚCLEO COMUM	
RES. 8/71	Art. 6º a) b) c) ..as do ... tenham duração e intensidade inferiores de formação especial.	As matérias do núcleo comum fornecerão os elementos da cultura , adequados e necessários a todos os alunos. As matérias do núcleo são obrigatórias em todo o território nacional, distribuídas por séries, dosadas sob carga horária e avaliadas em períodos anuais ou semestrais.
LEI 5692/71	Art. 13º - A transferência do aluno de um para outro estabelecimento, far-se-á pelo núcleo-comum, fixado em âmbito nacional, e quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações.	O núcleo comum servirá como apoio para a transferência do aluno. Deve-se considerar o aspecto legal, o plano de estudos que o aluno traz da escola de origem as possibilidades reais de adaptação da escola a que se destine.
RES. 8/71	Art.1º -O núcleo comum, a ser incluído obrigatoriamente nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, abrangerá as seguintes matérias: a) comunicação e expressão b) estudos sociais c) ciência	Sendo um ponto de referência , dedicado aos conteúdos e atitudes comuns, o CFE o fixou, determinando os objetivos e a amplitude de cada matéria. Entende-se esta como a abrangência de cada matéria, assim como a forma mais adequada, para organizá-la e classificá-la para promover maior integridade

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	- parágrafo 1º - Para efeito da obrigatoriedade <u>a</u>tribuída ao núcleo-comum incluem-se como conteúdos específicos das <u>maté</u>rias fixadas. a) em Comunicação e <u>ex</u>pressão; a) Ling. Port. e Lite<u>r</u>atura Nac. b) em Est. Sociais, a.. c)	de e unidade em todo o território nacional.
LEI 5692/71	Art. 4º - parágrafo 1º Inciso I - O CFE fixará,, definin<u>do</u>-lhes a amplitude e os objetivos.	
LEI 5692/71	INCLUSÃO DOS CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS Art. 7º - Será obrigatório a inclusão de Educa<u>ção</u> Moral e Cívica, Educa<u>ção</u> Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos <u>ple</u>nos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observa<u>do</u> quanto à primeira o disposto no Decreto- Lei 869 de 12 de setembro de 1969.	Os conteúdos citados no art. 7º da Lei integra<u>ção</u> o currículo pleno, em caráter obrigatório. Regem-se por normas e legislação específica. Promovem o desenvolvimen<u>to</u> integral da personali<u>dade</u> nos aspectos físico artístico, cívico e espi<u>ritual</u>

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
DEC.-LEI 869/69	MORAL E CÍVICA Art. 3º - § 1º - dispõe: - Nos estabelecimentos de grau médio, além de educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de OSPB.	É determinada sua inclusão nos currículos, como disciplina obrigatória ou como prática educativa, segundo o Decr.-lei 869, regulamentado pelo Decreto 68065/71. É estabelecido pelo menos um período anual de Educação - MORal e Cívica como disciplina e um período para Organização Social e Política do Brasil. Deve formar a consciência cívica com a finalidade de preservar os valores espirituais fortalecer a unidade nacional. Como atividade possibilitará o desenvolvimento de hábitos democráticos, estudos dos problemas relacionados a moral e ao patriotismo..

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	EDUCAÇÃO FÍSICA	
LEI 4023/61	Art. 22 - Determina a obrigatoriedade da prática de Educação Física em todos os níveis e ramos de escolaridade.	Caracteriza-se por atividades que contribuem para o aprimoramento de todas as forças - potenciais da educação, conduzindo-as a boa técnica e prática dos desportos.
DECR. 69450/71	- Integrar a Educação Física como atividade escolar regular no currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.	Nos cursos noturnos os que exercem atividades profissionais terão frequência facultativa. O desenvolvimento da Educação Física objetivará despertar o gosto pelas atividades esportivas.
LEI 5692/71	-	O Decreto definiu como atividade regular no currículo de 2º grau.
DECR. 69450/71	Regulamenta o art. 22 da Lei 4024/61	Estabelece 3 períodos semanais para o 2º grau. A lei 5692 reforça a lei 4024/61.
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	
LEI 5692/71	Art. 7º - Será obrigatória a inclusão de Educação Artística	A Educação Artística tem uma importante função no contexto - educacional desenvolve a sensibilidade, contribuindo para uma autêntica realização do homem, além de despertar a capacidade criadora e estabelecer uma comunicação no processo educativo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 8/71	Art. 1º - O núcleo comum a ser incluído obrig..... a) comunicação e expressão EDUCAÇÃO DA SAÚDE	A Educação Artística como - forma de expressão contribui - para o fortalecimento da área de Comunicação e Expressão. Pela importância formativa deverá ser incluído no mínimo em um período anual. A educação da Saúde, propor<u>ci</u>ona conhecimentos que levam o indivíduo a ser influenciado pelos hábitos sadios e normas do bom viver. O programa poderá ser desdo<u>br</u>ado e incluído nos currícu<u>l</u>os, sob diversos aspectos, re<u>l</u>acionados à saúde mental, à - Saúde emocional, à saude soci<u>a</u>l e à física.
LEI 5693/71	EDUCAÇÃO RELIGIOSA Art. 7º - Parágrafo ú<u>n</u>i<u>co</u>. O Ensino Religioso, de ma<u>tr</u>ícula facultativa, cons<u>tit</u>uirá disciplina dos ho<u>r</u>ários normais dos estabe<u>lec</u>imentos oficiais de 1º e 2º graus.	A Educação Religiosa defini<u>da</u> como uma vivência dos valô<u>res</u> espirituais e religiosos , comunicando conteúdos, doutri<u>n</u>ais atualizados, que venham - corresponder as aspirações da vida moderna.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PAR. 45/72	EDUCAÇÃO GERAL - Valores da cultura - Confronto - "A técnica é trabalho e ao mesmo tempo cultura... é enganoso pensar que os novos valores da técnica trazem o desaparecimento dos antigos valores da cultura. "oportuno recordas que não existe autêntica cultura fora daquela que, fiel embora aos valores do passado, é a expressão da realidade atual da civilização. A integração cultural da técnica não se impõe, apenas, para o bem cultural; é condição essencial para a integração da técnica na	É a parte que integra o currículo realizando a cultura humanística moderna, constituída por matérias que visam prover necessidades comuns e interesses especiais do país, da região, da escola e dos alunos. É a educação exigida para a formação atual dos jovens. Resulta do bom ensino, e de uma interação dinâmica do currículo. A lei insiste por uma educação mais técnica não querendo com isto expressar a materialização do homem. O educador, por sua habilidade, há de promover a integração dos elementos culturais e técnicos, na medida do avanço das ciências e da tecnologia. A escola necessita estar consciente dos valores espirituais e morais que promovem o ser humano Na educação há que se considerar a responsabilidade da escola ao proporcionar as técnicas, através do ensino das matérias, devendo definir suas funções e relações com os objetivos a que se propõe.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 5692/71	nossa civilização no senti- do do autêntico progresso do homem e da humanidade."	
	DA POPULORUM PROGRESSIO: "....o trabalho ao mesmo - tempo que disciplina os ha- bitos, desenvolve o gosto da pesquisa e da invenção, o acolhimento do risco pru- dente, audácia nas empre- sas, a iniciativa generosa e o sentido da responsabi- lidade..... Debruçado sobre a maté- ria que lhe resiste, o tra- balhador imprime-lhe o seu cunho, enquanto para si, ad- quire tenacidade, engenho e espírito de invenção".	Haverá necessidade de uma cultura geral, tanto literá- ria como científica. × É mais fácil o homem cul- to adaptar-se às novas técni- cas do que qualificar um anal- fabeto. Seria necessário um embasamento de conhecimentos gerais antes de realizar uma aprendizagem significativa - com objetivo produtivo, na área técnica. A interação da técnica e do humanismo é uma "autênti- ca conquista para a educação".
	Art. 5º - Parágrafo 1º - Observadas as mesmas de- cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especi- al.	A Educação geral permite a participação do educando na co- munidade. Na educação geral desenvol- vem-se as matérias do nucleo comum, os conteúdos obrigató- rios, determinados pela lei - (Art. 7º) e os acréscimos re- lacionados pelo Conselho de Educação of. Parecer 817/72 e Res. 97/72 do CEE. A formação ou a educação geral

importante

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
		proporciona através de conhecimentos gerais e específicos confere ao educando habilidades básicas comuns e ao mesmo tempo, atende as necessidades do desenvolvimento.
	Art. 5º parágrafo 1º letra B No ensino de 2º grau predomina a parte de formação especial.	A base curricular será organizada de maneira que a Educação geral seja menor em intensidade que a de formação especial.
LEI 5692/71	PARTE DIVERSIFICADA Art. 4º/§ 1º/Inciso II - Os Conselhos relacionarão...devam constituir a parte diversificada.	É a parte dos conteúdos relacionados pelos Conselhos, voltada para a formação especial.
	Art. 4º - Os Currículos do ensino de 1º e 2º grau terão um núcleo comum..... e uma parte diversificada para atender.....	Pode integrar tanto a Educação Geral como a Formação especial.
RES. 9/72	"O ensino das matérias do núcleo comum converter-se-á, assim, igualmente, em instrução -	Os objetivos da parte diversificada visam atender as necessidades dos alunos, às suas aptidões, preferências, aos planos das escolas, às necessidades de mercado de trabalho da região.
		Expressa a Res. 97: Tanto mais diversificada a natureza das matérias, mais

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 97/72	mento de consecução dos objetivos da parte <u>diversificada</u> do currículo. Essa instrumentalidade do núcleo comum terá uma graduação proporcional a consciência que dela <u>tiveram</u> os organizadores dos currículos e à <u>intencionalidade</u> manifestada por eles nesse sentido nos <u>objetivos</u> formados, nas <u>situações</u> de aprendizagem planejadas. Art. 2º As <u>matérias</u> <u>relativas</u> a parte <u>diversificada</u> do currículo <u>destinam-se</u> tanto à <u>educação</u> <u>geral</u> como a <u>formação</u> <u>especial</u>. ACRESCIMO Art. 3º - § 1º - O <u>ensino</u> das <u>matérias</u> <u>fixadas</u>	ricas serão as possibilidades dos alunos neste sentido. A relação de conteúdos da parte diversificada, estabelecida pelo CEE obedece ao anexo da Res. 97/72. Haverá, ainda, a se considerar posteriormente, os estudos da Escola - sugeridos para a <u>plenificação</u> do currículo. Selecionam-se conteúdos da parte diversificada, os quais integrarão ambas as partes do currículo (EG e FE) para garantir a unidade de desenvolvimento na formação do aluno. Algumas matérias tem predominância num aspecto da Educação Geral e ao mesmo tempo completam algum aspecto da Formação especial. Devem conduzir à que se estabeleçam hábitos, habilidades, aptidões e a que se <u>assimilam</u>. Valores morais e espirituais, criando-se uma <u>recíproca</u> interação entre EG e FE.

RES. 8/71

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	e das que lhes são acrescenta- das, sem prejuízo..... Art. 2º - As matérias fixa- das diretamente e, por seus conteúdos obrigatórios deve- rão julgar-se entre si e com e com outros que se lhes acres- centam, para assegurar a uni- dade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento. Os acréscimos curriculares do sistema de ensino e dos es- tabelecimentos sejam feitas, - não tanto pela indicação de novas disciplinas, mas sob a forma de especificações de ma- térias que..... Art. 5º - Conforme a habi- litação pretendida, qualquer conteúdo da parte de Educação geral poderá ser tratado como instrumental da parte de for- mação especial e assim inte- grar esta última.	Alguns conteúdos da parte diver- sificada figuram na Educação Ge- ral, desde que a escola necessi- te reforçar as matérias do nú- cleo-comum, estendendo a apren- dizagem por tempo determinado ou ao longo da escolaridade. A língua estrangeira é uma disciplina acrescida e que a es- cola poderá ou não incluir em seu currículo.. A escola poderá acrescentar aqueles outros conteúdos das ma- térias necessárias ou úteis à - região ou que atendam os fins a que se propõe. Os acréscimos podem ser estu- dos especiais que atendam inte- resses individuais ou necessida- des, às peculiaridades locais, e ao reforço à educação geral com vistas à continuidade. O CEE relaciona em Anexo à Res. 97 as matérias que consti- tuem a parte diversificada e que os estabelecimentos irão es- colher de acordo com seus pla- nos e os interesses dos educan- dos.

PAR. 45/72

W/C

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PLANO DE IM- PLANTAÇÃO	FORMAÇÃO ESPECIAL	Os acréscimos que o CEE re- laciona e que as escolas dese- jam colocar nos seus planos de pendem da aprovação daquele <u>ór</u> gão. Ao mesmo tempo que o <u>órgão</u> relaciona novas diversifica - ções das matérias já indicadas pelo C F E acrescenta novos conteúdos específicos. O objetivo da formação espe- cial é preparar o educando pa- ra uma ocupação, qualificando- -o para ingressar na força de trabalho, melhorando seu pa- drão social. É espírito da lei habilitar à medida que vão surgindo as necessidades no mercado de tra- balho. Envolve conhecimentos científicos, confere habilida- des especiais pormenorizadas de uma determinada área de ati- vidade individual e social, le- vando ao domínio da técnica. A educação técnica e a cien- tífica devem, necessariamente, combinar com a humanística. A parte de formação especi- al do currículo terá o objetivo

X
Infant

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 5692/71	Art. 5º - § 2º - A parte de formação especial do currículo. a) terá o objetivo de sondagem....., e de habilitação profissional no ensino de 2º grau. b) será fixada, quando se destine..... e à habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local. à vista de levantamentos periodicamente renovados.	de habilitação profissional no ensino de 2º grau. Caracteriza-se pela terminalidade. O plano curricular vai prever disciplinas e atividades - que proporcionarão a formação para capacitar e habilitar técnicas de nível médio. A parte diversificada mais voltada para a formação especial deve predominar, podendo integrar tanto a Educação Geral como a formação Especial. Assim, qualquer conteúdo da parte da Educação Geral pode - ser tratado sob a forma instrumental, considerando-se então, integrante da parte de Formação especial, dependendo das possibilidades da Escola e das necessidades dos alunos.
PLANO ESTADUAL DE IMPLANTAÇÃO	A formação especial deverá ser entendida no seu triplice aspecto: "como elemento integrante do contexto da educação geral quando concorre para ampliar, no educando, a capacidade de observação, de análise e síntese, a possibilidade de	A educação especial vai concorrer para o desenvolvimento da capacidade de observação, - análise, síntese; contribui para a formação do espírito de adaptação aos grupos e ao progresso das técnicas. - Concorre para a especialização técnica ou qualificação para

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PLANO	estabelecer melhores rela - ções humanas, de adaptar - se mais rapidamente e facil - mente ao constante progres - so da técnica, de aperfei - çoar qualidades pessoais, co - mo elemento de profissiona - lização, quando procura de - senvolver em intensidade c - rescente, até a especiali - zação para o trabalho; - como elemento de prospec - ção vocacional, quando - possibilita situação de descoberta de aspirações e inclinações mais especí - ficas, no campo das habi - litações afins. encaminhando para a pro - fissionalização no 3º grau. Trata-se de oportunizar a todos, no 2º grau, não só a habilitação profissional a nível técnico especializado mas uma formação especial - que cresça de intensidade , desde um mínimo que qualifi - que para o trabalho até a formação do técnico especia - lizado de 2º grau.	o trabalho. - Acentua os propósitos da des - coberta da vocação, incenti - vando às atividades e ao a - perfeiçoamento pelo prosse - guimento de estudos, numa di - reção intencionada. Na organização da base curricular tem-se em vista o que determina o Parecer 853/ 71 - A determinação dos con - teúdos é feita em camadas: 1ª - núcleo-comum - CFE 2ª - inclusão de conteú - dos obrigatórios - CFE 3ª - parte diversificada relacionada pelo - CEE. 4ª - mínimos exigíveis CFE.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 97/72		Os acréscimos da parte diversificada do currículo, anteriormente chamadas práticas educativas e que figurem na formação especial, serão denominados conteúdos da tecnologia. De uma ou outra forma eles servirão para enriquecer os mínimos exigíveis, estabelecidos pelo CFE.
PAR. 871/72	"... sé é verdade que a parte diversificada, tende a constituir-se um complemento de caracterização, enriquecendo o núcleo e os mínimos de profissionalização, em função do meio e de cada projeto escolar, também por essa via é que se farão os acréscimos de educação geral, tidos por necessários. Como tendência, entretanto, o núcleo será em si mesmo geral, e a parte diversificada, geral ou especial.	Destas considerações procura-se compor um currículo, conceituando além dos objetivos de 2º grau, os objetivos das matérias, os da parte diversificada, os da escola e os das preferências individuais dos alunos. Das matérias relacionadas pelo CEE o anexo à Res. 97/72 é explícito, matérias predominantes da Educação Geral - - em Comunicação e Expressão - em Estudos Sociais - em Ciências e - em Filosofia - matérias predominantes da Formação Especial. Conteúdos da tecnologia. As disciplinas serão distribuídas pelas séries, aten-
RES. 8/71	Art. 5º - § 3º - Nas disciplinas a aprendizagem se	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	desenvolverá predominante - mente sobre conhecimentos - sistemizados.	dendo os princípios da ordena- ção e sequência das matérias , em período semestral ou anual. Admitem-se variações na car- ga horária, se a escola julgar necessário. A lei prevê que a carga re- servada aos conteúdos profis - sionalizantes, seja feita num mínimo de 1.200 ou 900 h. com um total para todo o curso de 2.900 ou 2.200 h. Tal distribuição atende o art. 5º da Lei, com a predomi- nância da Formação Especial. Como sugestão, daríamos os seguintes quadros para exempli- ficar: ou

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PAR. 45/72 Res. 97/72 PAR. 45/72	INSTRUMENTAIS OU TECNOLÓGICAS "a definição de uma ordem de ideais como geral ou <u>es</u>pecial resulta, largamente, do contexto em que figura. O estudo da língua vernácula ou das estrangeiras, por ex., será geral como <u>a</u>quisição de um instrumento de comunicação, aplicável a todas as situações, nas surgirá como especial na perspectiva de uma habilitação de secretariado". No 2º grau as matérias de formação especial servirão para enriquecer os mínimos estabelecidos pelo CFE. "a fim de compor o mínimo exigido para cada uma das demais habilitações, o es-	Escala gradativa, exemplifican<u>do</u> a carga horária distribuída proporcionalmente com predomi<u>nância</u> da Formação Especial. As disciplinas encaradas <u>co</u>mo aquisição de cultura ou de simples conhecimento, poderão ser acrescidas à parte de Educação Geral. As mesmas porém, se inten<u>cionais</u> para a profissionaliza<u>ção</u>, dimensionam-se com características de instrumentais , servindo assim a formação espe<u>cial</u>. A parte diversificada que atende a formação especial recebe a denominação de tecnologia. Estes conhecimentos, sendo extensões da especialização , necessariamente devem se relacionar com a habilitação pro<u>fissional</u>. As matérias estabelecidas e previstas para a formação <u>de</u> técnicas, serão as mesmas <u>que</u>

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 5692/71	tabelecimento de ensino, <u>u</u>tilizará as mesmas maté - rias, previstas para o t<u>éc</u>nico... " A duração dos estudos teóricos e das aplicações indispensáveis a esse gru<u>pu</u>po mínimo de matérias dependerá do grau de intensidade que o estabelecim<u>en</u>to de ensino pretenda imprimir a cada habilitação, tendo em conta seus planos e características locais ou regionais". MÍNIMOS EXIGIDOS PARA AS HABILITAÇÕES TÉCNICAS. Art. 4º - § 3º - Para o ensino de 2º grau, o CFE fixará, além do núcleo , o mínimo a ser exigido pa<u>ra</u> cada habilitação...	as constantes nos exemplos do Parecer 45, quando realizadas em cursos de habilitações a<u>fi</u>ns. A escola agrupa os conteú<u>dos</u> obrigatórios, acrescenta - matérias da região, ordenando e relacionando os conteúdos, de acô<u>rd</u>o com a sua filosofia e suas reais possibilidades; fixa as cargas horárias preser<u>va</u>ndo o módulo. Deve considerar muito o aspecto qualitativo dos estudos e intensificar os aspectos significativos da habilitação profissional. Atende a lei, o CFE fixará os mínimos exigidos para dada habilitação, fornecendo o catá<u>lo</u>go de enumerar habilitações afins. A escola tem a liber<u>da</u>de de escolher programas que constituem e levem ao desenvol<u>vi</u>vimento dos interesses espe<u>cia</u>is dos alunos em que se estimulem as aptidões e as habilidades individuais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PAR. 45/72	"Habilitação profissional é o resultado de um - processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou para o desempenho das tarefas típicas de uma ocupação". "mínimo exigido para cada habilitação nos estudos de 2º grau, o menor nº de matérias cujo conteúdo proporcione ao educando, necessariamente, conhecimentos e habilidades que o capacitem para o desempenho de determinada ocupação.	A lei dá abertura a que, periodicamente, possa haver mudanças nestes programas. <i>IMPORT.</i>
PLANO DE IM- PLANTAÇÃO	A habilitação profissional deve sempre se embasar na formação geral, incluindo conhecimentos humanísticos, tecnológicos e práticos.	
LEI 5692/71	Art. 4º - ... além do mínimo (§ 4º) mediante aprovação do CFE, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações.	Para as habilitações há uma abertura na lei - renovar os currículos, à medida que surjam avanços na tecnologia e alterações no Mercado de Trabalho. Esta medida vem atender o princípio da flexibilidade. <i>IMPORT.</i>

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 2/72	Art. 3º - O catálogo citado no art. 1º ... a) <u>no</u> vas habilitações sejam <u>su</u> - cessivamente adicionadas, a medida que forem institui - das e aprovadas pelo CFE.	Há outras ocupações <u>qué</u>, <u>ape</u> sar de serem técnicas, envolvem menor soma de exigências <u>que pa</u> ra as habilitações relacionadas e, ao título de técnico - na realidade ocupam um grande con - tingente de mão-de-obra. Para uma e outra, são exigidos <u>conhe</u> cimentos e habilidades, <u>que for</u> mem e capacitem o aluno a um <u>de</u> sempenho eficaz.
LEI 5692/71	Art. 4º, § 4º - O CFE a - prova outras habilitações <u>o</u> ferecidas pelos estabeleci - mentos, para as quais, não haja mínimos estabelecidos, assegurada a validade <u>nacio</u> nal dos respectivos estudos.	Os sistemas de ensino, atra - vés dos Conselhos serão <u>compe</u> - tentes para estabelecer os cur - rículos e sua duração, definin - do outras habilitações <u>profis</u> - sionais (parciais) de âmbito <u>lo</u> cal ou regional, cujos certifi - cados expedidos pela Escola; <u>te</u> rão apenas validade regional.
PAR. 45/72	<u>"</u>habilitações para o desem - penho de ocupações, que en - volvam tarefas de assistên - cia técnica ao trabalho dos profissionais de nível <u>supe</u> rior, ... tarefas de super - visão, controle e execução de trabalhos técnicos espe - cializados... <u>"</u>	A formação de Técnicos em 2º grau é de grande importância <u>co</u> mo assessoramento executivo aos profissionais habilitados em <u>ní</u> vel superior. A estas se <u>rese</u> rvam tarefas técnicas mais espe - cilizadas como a supervisão, <u>q</u> acompanhamento, <u>q</u> controle e a execução de trabalhos altamente especializados.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
PAR. 45/72 LEI 5692/71 LEI 5692/71 IMBRT. IMBRT.	INTERCOMPLEMENTARIDADE "intercomplementaridade, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de um para suprir deficiências de outros... Impõe-se no campo das habilitações: "a pluralidade que deve existir em cada escola para atender à exigência da Lei. Art. 3º - Os sistemas de ensino estimularão no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados por uma base comum". Art. 8º - A ordenação do currículo será feita de forma a permitir ... a inclusão de opções que no 2º grau ensejem variedade de habilitações.	A lei deverá ser cumprida no que se refere ao oferecimento de condições concretas de determinadas aprendizagem pela escola, às habilitações pretendidas, bem como ao estabelecimento de recorrer a vários locais, na busca de elementos e recursos que não possua. Há de operar no sentido da entrosagem e intercomplementaridade; Oferecer-se-ão condições para o aluno realizar o seu plano de estudos em um ou dois estabelecimentos; na formação especial poderá optar por uma habilitação e encaminhar-se à escola que oferece as disciplinas específicas, tanto instrumentais como profissionais. Os créditos conseguidos serão computados para as habilitações realizadas. O estabelecimento de origem deverá acompanhar, controlar e avaliar a atuação do educando, através do CCPE, este exercendo atribuições sobre as escolas cujos alunos estarão integrados por uma base comum, embora recorrendo a vários locais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
LEI 5692/71	aprofundamento de estudos Art. 5º - § 3º - excep - cionalmente, a parte espe - cial do currículo poderá as - sumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de es - tudos gerais, para atender à aptidão específica do es - tudante, por indicação de professores e orientadores. PARCELAMENTO DE ESTUDOS "O aluno que se apresse em ingressar na força de - trabalho, sem de momento - pretender chegar à Universi - dade, terá o ensejo de par - celamento dos estudos... pa	A aluno que realizar apenas parte do conteúdo profissionali - zante (300 h) será conferido pe - la escola o certificado que cor - responde à sua habilitação para o trabalho. Para a conclusão de 2º grau, o aluno deve realizar completa - mente a parte de Formação Espe - cial. É recomendável, na situação - de aprofundamento de estudos, re - lembrar as condições seguintes: ... que conduza a determinada or - dem de estudos ... que o aluno revele aptidão - específica ... que haja comprometimento do orientador ou professor através de comprovação adequada. A parte profissionalizante de 2º grau, abrangerá então um ter - ço do que está determinado para o mínimo de profissionalização, caso haja antecipação dos estu - dos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 2/72	ra uma conclusão mais rápida... "O aluno já na força de trabalho com as primeiras habilitações (parciais) obtidas na escola, passa facilmente com este regime, ir galgando outros..." Art. 10 - Pode o aluno - de 2º grau chegar ao término da 3ª série (2.200 h) ou correspondente no regime de matrícula por disciplinas, tendo obtido, apenas, parte da formação especial, desde que a habilitação conseguida desta forma lhe assegure ocupação definida no mercado de trabalho, podendo candidatar-se a prosseguimento de estudos em grau superior.	Haverá possibilidade em retomar os estudos. As disciplinas técnicas podem ser feitas parceladamente. Pela lógica, se pressupõe que pelo parcelamento haverá um regime de matrícula por disciplinas.
RES. 2/72	CARGAS HORÁRIAS Art. 2º - As matérias fixadas e a carga horária conjunta da parte profissional específica devem ser consideradas, como mínimo obrigatório.... na Educação Geral, admitem-se variações...	A duração dos estudos depende do grau de intensidade imposto a cada habilitação, levando em conta as características locais e regionais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
	"habilitação de técnicos do Setor Primário - Mínimo de 2.900 Conteúdo pro - fissionalizante - 1.200 Estágio a mais. "Habilitação de Técnicos de Setor Terciário mínimo 2.200 Conteúdo pro - fissionalizante... 900 Estágio a mais Outras habilitações mínimo 2.200 Conteúdo profiss sionalizante - (1/3 de 900) 300 "deve ser respeitado o módulo mínimo de cada habilitação". ESTÁGIO Art. 6º - § único - O estágio não acarretará ... e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio.	São prescritos os mínimos de 2.200 e 2.900 h de duração dos trabalhos escolares, no ensino de 2º grau. Deve ser considerado o fator predominância para a Formação Especial. A lei obriga todo aluno o 2º grau a obter um certificado de habilitação profissional que lhe permita ingresso imediato na força de trabalho do país, mesmo quando se dirija a estudos superiores. As cargas horárias, atendendo o mínimo, são fixadas a critério da escola. O estágio supervisionado é o exercício orientado da profissão. É o treinamento que permite o desenvolvimento do desempenho eficaz na

PAR. 45/72

LEI 5692/71

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	INTERPRETAÇÃO	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
RES. 2/72	Art. 8º - O estágio nas empresas terá a duração <u>va</u>riável de acordo com as exigências da habilitação - pretendida pelo aluno, e...	execução das técnicas que constituem a habilitação profissional; quanto maior for sua exigência, mais elevado será o padrão profissional obtido pelo aluno. A duração do estágio <u>depende</u> também dos critérios estabelecidos pelo Regimento da Escola.

III - PARTE

S U G E S T Ö E S C U R R I C U L A R E S

I N T R O D U Ç Ã O

O Departamento de Ensino Médio da Secretaria da Educação e Cultura, através de seu grupo-base de currículos, apresenta su gestões baseadas no resultado dos estudos feitos.

Segue a linha sistêmica como dispõe o Conselho Federal de Educação no Parecer nº 45/72, sobre a Implantação da Reforma de En sino no 2º Grau: "colocar-se em condições de atender ao CFE e aos con selhos Estaduais, nas suas necessidades de Estudos fundamentados na pesquisa e experiência sobre o assunto, além de provar os seus pró prios estabelecimentos de dados que lhes permitam exercer a respon sabilidade de elaborar currículos adequados à realidade e ao nível dos educandos".

Atende, assim, às determinações legais sobre a organi zação de currículos baseados na própria Lei 5692/71 e nos seguintes documentos do Conselho Federal de Educação:

- Parecer 853/71
- Resolução 8/71
- Parecer 45/72
- Resolução 2/72
- Parecer 339/72
- Parecer 349/72
- Parecer 871/72
- e no Plano Estadual de Implantação.

Além dos elementos do DEM, colaboram no Grupo-base de currículos representantes do DEF, DAC, DAE, DED e de Escolas de 2º Grau, devidamente credenciados.

Na montagem do currículo de 2º Grau, leva-se em conta o quadro de estrutura do Currículo Pleno, com a justificativa legal, as bases e fundamentos do currículo, procurando-se estabelecer as linhas

diretivas sem perder o sentido do relacionamento, da ordenação e da sequência.

Houve cuidado especial, no atendimento aos princípios da continuidade, integração, atualização e terminalidade, prevalecendo os critérios da racionalidade, bem como os institucionais às situações dos diversos setores representativos.

Os quadros curriculares constituem-se, preliminarmente, do ajustamento à forma estabelecida pelo art. 5º - parágrafo 1º, letra b, de que a Formação Especial predomine no 2º grau. Convém, porém, enfatizar que a proporção da matéria distribuída, abrangendo a área de Educação Geral e Formação Especial convencionada pelo Grupo-base, obedece a critérios lógicos e específicos, conforme atestam os quadros inclusos.

Respeitando a carga horária da parte de Formação Especial, correspondente aos setores primário, secundário e terciário, dedicam-se 1536 hs. aos dois primeiros e 1312 hs. ao terciário para a parte de Educação Geral e, 450 hs. e 330 hs., respectivamente, para as disciplinas instrumentais.

O regime adotado, semestral consta de 16 semanas, com a distribuição percentual da matéria por série, computando-se para a carga semanal, 30 horas de trabalho escolar.

O currículo por disciplinas caracteriza a organização curricular de 2º grau e, para completá-lo admitem-se algumas atividades que figuram para maior integração da unidade.

Inclui-se um quadro demonstrativo da análise dos Fatores G - T - U e Cargas Totais.

O presente trabalho tem a intenção de fornecer sugestões, para que as Escolas as adaptem ou enriqueçam, de conformidade com as suas peculiaridades locais.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO CURRÍCULO DE 2º GRAU

EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	Matérias: Comunicação e Expressão Ciências Estudos Sociais	Disciplinas de Educação Geral	.Língua Portuguesa e Liter. Brasileira .Ciências Físicas e Biológicas .Matemática .Geografia .História	Obrigatório para todos em território Nacional
				.O.S.P.B. .Ed. Moral e Cívica .Ed. Artística .Ed. Física .Ed. Religiosa .Progr.de Saúde	
				. Inglês . Psic. Geral . Filosofia etc.	
FORMAÇÃO ESPECIAL	PARTE DIVERSIFICADA	Matérias Profissionalizantes (Mínimos Exigidos)	Disc. Instrumental	Dependentes da Habilitação	Prof. completa para alguns
			Disc. Profiss.	pag 34-45/72 item 7.3 Dependentes da Habilitação	

SUGESTÃO PARA CURSO TÉCNICO DO SETOR TERCIÁRIO NOTURNO

Educação Geral		Ed. Geral	
13 hs. sem.	9 hs. sem.	5 hs. sem.	
538 hs.	384 hs.	230 hs.	
63 %	45 %	27 %	
37 %	55 %	73 %	
316 hs.	470 hs.	623 hs.	
7 hs. sem.	11 hs.sem.	15 hs.sem.	
F. Especial		Formação Especial	

Educação Geral: 1152 horas + 288 horas de Educação Física
 Formação Especial: 1408 horas

32 semanas por ano

7 SUGESTÕES PARA EDUCAÇÃO GERAL PARA OS CURSOS DE HABILITAÇÃO PLENA
32 semanas/ANO

	MAT.	DISCIPLINAS	1º		2º		3º		TOTAL GERAL
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	
EDUCAÇÃO GERAL	COMUN. EXPR.	Língua Portuguesa e Litera <u>a</u> tura Brasileira	4	4	3	2	2	2	272
		Educação Artística	2	2					64
		Educação Física	3	3	3	3	3	3	288
		Língua Estrangeira			2				32
	EST. SOCIAIS	História	2	2					64
		Geografia	2	2					64
		Org. Social e Pol.Brasilei <u>a</u>				2			32
		Educação Moral e Cívica			2	2			64
	CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Bioló- gicas	3	3	5	5	3		304
		Matemática	4	4	3	2	2	3	288
		Educação Religiosa	1	1					32
		Programas de Saúde	1	1					32
	SUBTOTAL		22	22	18	16	10	8	1.536
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAIS								
		SUBTOTAL							
	PROFISSIONALIZANTE								
		SUBTOTAL							
SUBTOTAL									
TOTAL GERAL									

1º Ano		2º Ano		3º Ano	
1º	2º	1º	2º	1º	2º
22 horas semanais		22 horas semanais		22 horas semanais	
TOTAL 704 HORAS		TOTAL 704 HORAS		TOTAL 704 HORAS	
6 horas sem.	7 horas sem.	8 horas sem.	8 horas sem.	8 horas sem.	8 horas sem.
Total: 96 h.	Total: 112 h.	Total: 128 h.	Total 128 h.	Total 128 h.	Total: 128 h.

Total de semanas por ano: 32

Total de horas para Educação Geral: 2.112

Total de Aulas para Formação Especial: 336

Total de Horas do Curso: 2.448

384 horas que o aluno pode cumprir fora da escola em estudos de aprofundamento.

EDUCAÇÃO GERAL 2.496 horas

EDUCAÇÃO ESPECIAL 336 horas

32 semanas por ano

MATÉRIAS		DISCIPLINAS	1º	2º	3º	4º	5º	6º	TOTAL GERAL
EDUCAÇÃO GERAL	COM. EXPRESSÃO	Língua Portuguesa e Literatura Nacional	4	4	4	4	3	3	352
		Língua Estrangeira	-	-	2	2	2	2	128
		Educação Artística	2	2	-	-	-	-	64
		Educação Física	3	3	3	3	3	3	288
	E. SOCIAIS	Geografia	2	2	2	2	6	-	128
		História	2	2	2	2	-	-	128
		Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	1	1	32
		O.S.P.B.	-	-	-	-	1	1	32
	CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas	6	6	6	9	9	9	720
		Matemática	3	3	3	3	3	5	320
		Programas de Saúde	-	-	-	-	1	1	32
		Educação Religiosa	-	-	-	-	1	1	32
		Psicologia das Relações Humanas	-	-	-	-	2	2	64
		SUBTOTAL							
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAIS								
	PROFISSIONALIZANTES								

FORMAÇÃO ESPECIAL 336 horas

EDUCAÇÃO GERAL 2.112 horas

32 semanas/ano

MATERIAS		DISCIPLINAS	1º	2º	3º	4º	5º	6º	TOTAL GERAL
EDUCAÇÃO GERAL	COM. EXPRESSÃO	Língua Portuguesa e Literatura Nacional	4	4	4	4	3	3	342
		Língua Estrangeira	-	-	2	2	2	2	128
		Educação Artística	2	2	-	-	-	-	64
		Educação Física	3	3	3	3	3	3	288
	EST. SOCIAIS	Geografia	2	2	2	-	-	-	96
		História	2	2	2	-	-	-	96
		Educação Moral e Cívica	-	-	-	2	1	-	48
		O.S.P.B.	-	-	-	-	1	1	32
	CIÊNCIAS	Matemática	3	3	3	3	2	3	272
		Ciências Físicas e Biológicas	6	6	6	6	6	6	576
		Educação Religiosa	-	-	-	-	1	1	32
		Programas de Saúde	-	-	-	-	1	1	32
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAL	Psic. das Relações Humanas	-	-	-	-	2	2	64
		Filosofia							
	PROFISSIONALIZANTES	Desenho	22	22	22	22	22	22	2.112
		SUBTOTAL							

SUGESTÃO PARA CURSO TÉCNICO DO SETOR PRIMÁRIO

	1ª série	2ª série	3ª série
EDUCAÇÃO GERAL	22 horas semanais 704 horas anuais 55 %	16 horas semanais 512 horas anuais 40 %	10 horas semanais 320 horas anuais 25 %
FORMAÇÃO ESPECIAL	18 horas semanais 576 horas anuais 45 %	24 horas semanais 768 horas anuais 60 %	30 horas semanais 960 horas anuais 75 %

semanas p/ ano 32
horas p/ semana 40
total de horas p/Educação Geral 1.536
total de horas p/Formação Esp. 2.304
Total de horas do Curso3.840

SUGESTÃO PARA FORMAÇÃO ESPECIAL DE TÉCNICO DO SETOR PRIMÁRIO

DISCIPLINAS		TÉCNICO EM AGRICULTURA						TÉCNICO EM PECUÁRIA							
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	Horas Totais	1º	2º	3º	4º	5º	6º	Horas Totais
De Educação Geral		22	22	18	16	10	8	1.536	22	22	18	16	10	8	1.536
Física		-	2	-	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-
Química		-	-	2	2	-	-	64	-	-	2	2	-	-	64
Biologia		-	-	3	3	-	-	96	-	-	3	3	-	-	64
Redação e Expressão		-	-	-	-	-	2	32	-	-	-	-	-	2	32
Psicologia das Relações Humanas..		-	2	-	-	-	-	32	-	2	-	-	-	-	32
SUBTOTALS		-	4	5	5	-	2	256	-	2	5	5	-	2	224
PROFISSIONALIZANTES		6	-	-	-	-	-	96	6	-	-	-	-	-	96
Desenho e Topografia		-	-	-	1	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-
Irrigação e Drenagem		-	-	-	-	3	3	96	-	-	-	-	3	3	96
Administração e Economia Rural ..		4	4	6	6	5	4	432	4	4	6	5	4	4	64
Agricultura		4	4	-	-	-	-	64	4	4	-	-	-	-	432
Zootecnia		-	4	4	-	-	-	64	-	4	-	-	-	-	64
Construções e Instalações		4	6	11	13	23	23	1.280	4	4	-	-	-	-	96
Culturas		-	-	-	-	-	-	-	-	6	11	14	23	23	1.232
Criações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTALS		18	14	17	19	30	30	2.048	18	16	17	19	30	30	2.080
TOTAL GERAL		40	40	40	40	40	40	3.840	40	40	40	40	40	40	3.840

Obs.: As disciplinas profissionalizantes "Culturas" e "Criações", são do fator U (de práticas).
As demais do grupo são do fator T (Tecnologia).

ANÁLISE DOS CURSOS SUGERIDOS PARA O SETOR PRIMÁRIO
PELOS NÍVEIS PROFISSIONAIS

FATORES	Valores calculados com N = 0,126	CURSOS SUGERIDOS	
		TÉCNICO EM AGRICULTURA (horas)	TÉCNICO EM PECUÁRIA (horas)
		Valores	Valores
U	1.358	1.280 - 78	1.232 - 126
T	1.254	1.024 - 230	1.072 - 182
G	1.228	1.536 + 308	1.536 + 308
C	3.840	3.840	3.840
		Nível Profissional: N = 0,134	Nível Profissional: N = 0,138

U = Utilização de Conhecimentos T = Conhecimentos Tecnológicos
G = Educação Geral C = Duração Total do Curso

Observação:
Os níveis profissionais dos cursos sugeridos estão pouco acima do valor indicado no sistema anterior de ensino brasileiro, para técnicos de grau médio (N = 0,126).
Tal fato está de acordo com a nova lei, quando ela preconiza a formação de técnicos de 2º grau com maior Reserva de Conhecimentos, ou seja, com nível profissional mais elevado.

HABILITAÇÕES DERIVADAS DO CURSO DE TÉCNICO EM PECUÁRIA

D I S C I P L I N A S	H A B I L I T A Ç Õ E S							
	Agente de Apicultura	Agente de Cunicultura	Auxiliar de Forragens e Rações	Agente de Avicultura	Classificadores de Lã	Agente de Suinocultura	Agente de Defesa Sanitária Animal	Agente de Pecuária Leiteira
QUÍMICA								
BIOLOGIA								
PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS								
ZOOTECNIA								
CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES								
CRIACÕES								
HORAS TOTAIS	304	304	304	320	304	336	320	352
SEMESTRE	2º	2º	3º	3º	4º	4º	4º	5º

HABILITAÇÕES DERIVADAS DO CURSO DE TÉCNICO EM AGRICULTURA

D I S C I P L I N A S	H A B I L I T A Ç Õ E S						
	Agente de Conserva- ção de Solos	Agente de Operação e Manut. de Tratores	Auxiliar de Adubação	Agente de Floricul- tura	Agente de Floresta- mento	Agente de Defesa Sanitária Vegetal	Agente de Fruticultu- ra
QUÍMICA			64				32
BIOLOGIA				16	16	32	96
FÍSICA		32					
PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS	32	32	32	32	32	32	32
AGRICULTURA	64	48	48	48	64	32	64
DESENHO E TOPOGRAFIA	64	32		32	32		32
CULTURAS	160	160	176	176	192	160	192
HORAS TOTAIS	320	304	320	304	336	320	352
SEMESTRE	2º	2º	3º	3º	4º	4º	5º

SETOR SECUNDÁRIO

CURRÍCULOS E ANÁLISE DOS CURSOS DE:

Eletrotécnica

Eletrônica

Estradas

Mecânica

Edificações

Química

com terminalidades intermediárias

VALORES ADOTADOS

1 semestre - 16 semanas

30 aulas por semana

Carga de Educação Geral - 1.536 horas

Índice de Profissionalização + 0,150

Representante: Prof. Fernando Fabiano Rosa
Escola Técnica Parobé

CURSO DE ELETROTÉCNICA

EDUCAÇÃO GERAL		SEMESTRE									
		SUBTOTAL									
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUM.	Red. e Expressão						1	2		
		Organização e Normas						2	2		
		Estudos Regionais						2	2		
		Física			2						
		Química									
		Matemática		2							
		Subtotal		2	2			5	6		240
	PROFISSIONALIZANTE	Desenho Técnico	5	2	2	2					
		Eletrotécnica e Med.		5	8	6	3				
		Instalações			4	8	4				
		Máquinas					4	4	8		
		Projetos Eletrotéc. n.					4	8	10		
		Mecânica Técnica					3	3			
		Eletrônica Industrial							6		1824
		Subtotal	5	7	14	16	18	15	24		1584
	TOTAL GERAL		30	30	30	30	30	30	30		3360

1824
1536

HABILITAÇÕES: ELETROTÉCNICAS

SEMESTRES		1	2	3	4	5	6	7	8
HABILITAÇÕES									
AUXILIAR TÉCNICO DE ELETRICIDADE 480 hs.									
SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA 1024 hs.									
ELETROTÉCNICO									

ESTÁGIO

Outras habilitações possíveis:

- Desenhista de Instalação Elétrica
- Desenhista de Máquinas Elétricas
- Laboratorista de Ensaios Eletrotécnicos
- Inspetor de Segurança em Serviços de Eletricidade

EDUCAÇÃO GERAL			SEMESTRES								Total Geral
			HABILITAÇÕES								1536
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENT.	Redação e Expressão						1	2		
		Organização e Norm.						2	2		
		Estudos Regionais						2	2		
		Física			2						
		Química									
		Matemática		2							
		SUBTOTAL		2	2			5	6		240
	PROFISSION.	Desenho Técnico	5								
		Eletrotécnica		7	5						
		Eletrônica			9	9	9	6	6		
		Análise de Circuitos				7	9	9	9		
		Projetos							9		
	SUBTOTAL		5	7	14	16	18	15	24		1584
TOTAL GERAL		30	30	30	30	30	30	30		3360	

Técnico em Eletrônica - 3360 horas

SEMESTRES	1	2	3	4	5	6	7	8
HABILITAÇÕES								
Auxiliar Técnico de Eletrônica 726								
Supervisor de Manutenção 1024								
Técnico em Eletrônica								

- Outras habilitações possíveis
- Desenhista de circuitos eletrônicos
 - Desenhista de circuitos de telecomunicações
 - Operador de estações de telecomunicações

EDUCAÇÃO GERAL			SEMESTRES										1536
			SUBTOTAL										
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUM.	Redação e Expressão						1	2				
		Organiz. e Norm.						2	2				
		Estudos Regionais						2	2				
		Física											
		Química											
		Matemática	2	2									
	PROFISSION.	SUBTOTAL	2	2				5	6		240		
		Desenho Técnico	5	4	4	4	4						
		Topografia		3	6	4	4	4	4				
		Solos			4	4	4	2	2				
		Mat. de Construção						2	2	2			
		Maq.e Equipamentos						2	4				
		Construção Estradas				4	4	5	12				
		SUBTOTAL	5	7	14	16	18	15	24		1584		
SUBTOTAL			5	7	14	16	18	15	24		3360		
TOTAL GERAL p/ semana			30	30	30	30	30	30	30				

Habilitações

Técnico em Estradas - 3360 h

Terminalidades e cargas horárias de conteúdos de Educação Especial

SEMESTRES	1	2	3	4	5	6	7	8
HABILITAÇÕES								
Auxiliar de Técnico em Estrada 480 h								
Auxiliar de Topógrafo 736 h								
Supervisor de Construção 1024 h								
Técnico em Estradas								

Outras habilitações possíveis
Desenhista de estradas
Laboratorista de estradas
Topógrafo de estradas

CURSO DE MECÂNICA

EDUC. GERAL		SEMESTRES	1	2	3	4	5	6	7	8
		SUBTOTAL								
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENT.	Redação e Expressão						1	2	
		Organ. e Norm.						2	2	
		Estudos Regionais						2	2	
		Física			2					
		Química								
		Matemática	2							
		SUBTOTAL	2		2			5	6	240
	PROFISSIONALIZAÇÃO	Desenho Técnico I	5		6	4	4			
		Mecânica Técnica			4	4				
		Resistência Materiais				4	4	4	4	
		Elementos de Máquinas		3						
		Desenho Técnico II					4	2	2	
		Materiais e Ensaios		4	4	4	4	4	4	
		Construção Mecânica						3	14	
		Projetos Mecânicos					2	2		
		Eletrotécnica								
		SUBTOTAL	5	7	14	16	18	15	24	1584
	TOTAL GERAL		30	30	30	30	30	30	30	3360

Habilitações - Mecânico

HABILITAÇÕES	SEMESTRES	1	2	3	4	5	6	7	8
Auxiliar Técnico de Mecânica 480 h									
Supervisor de Manutenção Mecânica									
Técnico Mecânico									

& Outras habilitações: Cronometrista
 Supervisor de Lubrificação
 Desenhista Mecânico
 Desenhista de Ferramentas
 Controlador de Dimensões
 Laboratorista de Ensaios Tecnológicos

SEMESTRES		1	2	3	4	5	6	7	8	Tot. Ger.
EDUC. GERAL										1536
SUBTOTAL										
INSTRUMENTAL.	Red. e Expressão						1	2		
	Organização e Norm.						2	2		
	Estudos Regionais						2	2		
	Física									
	Química									
	Matemática	3	1							
	SUBTOTAL	3	1				5	6		240
PROFISSIONAL.										
	Desenho Técnico	4	4	6	7	9	8	14		
	Tecnologia		2	4	3	3	2	3		
	Topografia			3	3					
	Inst. Domiciliares					2	2	3		
	Mat. de Construção					2	1	1		
	Resist. dos Materiais					2	2	3		
Edificações				3	3					
SUBTOTAL		4	6	16	16	18	15	24		1584

Técnico em Edificações

SEMESTRE	1	2	3	4	5	6	7	8
SUBTOTAL								
Auxiliar de Técnicos em Edificações								
Supervisor de Construções								
Técnico em Edificações								

Outras habilitações possíveis:

- Orçamentista de Construção Civil
- Desenhista de Construção Civil
- Fiscal de obras

EDUCAÇÃO GERAL		SEMESTRES									1536
		SUBTOTAL									
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAL	Redação e Expressão						1	2		
		Organização e Norm.						2	2		
		Estudos Regionais						2	2		
		Física			2						
		Química									
		Matemática	2					5	6		240
		SUBTOTAL	2		2						
	PROFISSIONALIZANTE	Físico Química			6						
		Química Inorgânica		7	8						
		Química Orgânica				6	8				
		Análise Química				8	6	8	8		
		Operações Unitárias				2	2	2			
		Processos Industriais					2				
		Corrosão									
		Desenho	5								1584
		SUBTOTAL	5	7	14	16	18	15	24		
			30	30	30	30	30	30	30		3360

Terminalidades e Cargas Horárias de Conteúdo de Educação Especial

SEMESTRE	1	2	3	4	5	6	7	8
SUBTOTAL								
Auxiliar de Laboratório Químico - 480 h								
Auxiliar de Análise Química 1024 h								
Técnico em Química - 1824 h								

- Preparador de Soluções
- Coletador de Amostras
- Supervisor de Produção Química
- Assistência Técnica para Produtos Químicos

ESTÁGIO

FATORES		VALORES PARA O NÍVEL N=0,126		CURSOS											
				ELETROTÉCNICA		ELETRÔNICA		ESTRADAS		MECÂNICA		EDIFICAÇÕES		QUÍMICA	
VALOR	DIF.	VALOR	DIF.	VALOR	DIF.	VALOR	DIF.	VALOR	DIF.	VALOR	DIF.	VALOR	DIF.		
U	1.189	1.008	-181	954	-235	1.100	-89	1.022	-167	1.050	-139	1.000	-189		
T	1.021	816	-205	870	-151	724	-297	802	-219	774	-247	824	-197		
G	1.160	1.536	+376	1.536	+376	1.536	+376	1.536	+376	1.536	+376	1.536	+376		
C	3.360	3.360		3.360		3.360		3.360		3.360		3.360			
NÍVEL PROFISSIONAL		N = 0,148		N = 0,154		N = 0,142		N = 0,146		N = 0,145		N = 0,149			

OBSERVAÇÃO: O NÍVEL PROFISSIONAL para o Técnico de Grau Médio situava-se em torno do Valor 0,126. Segundo a doutrina da Nova Lei, este nível foi levado a $\pm$ 0,150 a fim de haver uma dosagem correta de Humanismo e Tecnologia.

	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
EDUCAÇÃO GERAL	EDUCAÇÃO GERAL 68% a 75% ($\frac{+}{-}$)	50% (+ ou -)	28,5%, 25% ($\frac{+}{-}$)
ED. ESP.	EDUCAÇÃO ESPECIAL 32%, 25% ($\frac{+}{-}$)	50% ($\frac{+}{-}$)	71,5%, 75% ($\frac{+}{-}$)

TOTAL SEM./ANO: 32

TOTAL HORAS/SEMANA: 28

TOTAL HORAS EDUC.GERAL: 1.312

TOTAL HORAS EDUC. ESP.: 1.376

TOTAL HORAS CURSOS: 2.688

SUGESTÃO PARA CURSO TÉCNICO DO SETOR TERCIÁRIO - NOTURNO

Educação Geral			Formação Especial		
538 h	13 h sem.		384 h	9 h sem.	230 h
63%			45%		27%
37%	316 h		55%	470 h	623 h
		7 h sem.		11 h sem.	15 h sem.

Educação Geral: 1152 horas + 288 horas de Educação Física
 Formação Especial: 1408 horas

32 semanas p/ ano.

DISCIPLINAS		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL DE AULAS:
		1º SEM.	2º SEM.	3º SEM.	4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	
INSTRUMENTOS PROFISSIONAIS	Matemática Financeira	2	2	2	2			128
	Estudos Regionais					3	3	96
	Estatística	4	4	4	4	8	8	512
	Desenho	3	3	2	2	2	2	224
	Mecanografia	3	3					96
	Economia e Mercados					3	3	96
	Processamento de Dados			4	4			128
T O T A I S		12	12	12	12	16	16	1.280

HABILITAÇÃO PLENA:

Técnico em Estatística

HABILITAÇÕES PARCIAIS

1. Auxiliar Estatístico
2. Auxiliar de Desenhista

DISCIPLINAS		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL DE AULAS
		1º SEM.		3º SEM.		5º SEM.		
		1º SEM.	2º SEM.	3º SEM.	4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	
INSTRUMENTAIS	Redação e Expressão					3	3	96
	Estudos Regionais					2	2	64
	Matemática Financeira					3	3	96
	Mecanografia	2	2					64
PROFISSIONALIZANTES	Direito e Legislação	2	2	2	2	2	2	192
	Administração e Controle	3	3	4	4	4	4	352
	Estatística	2	2	2	2			128
	Contabilidade e Custos	3	3					96
	Psicologia			2	2	2	2	128
	Processamento de Dados			2	2			64
	Economia e Mercados					2	2	64
	TOTALIS	12	12	12	12	18	18	1.344

HABILITAÇÃO PLENA:

Assistente de Administração

HABILITAÇÕES PARCIAIS:

1. Auxiliar de Departamento Pessoal

2. Auxiliar de Almoxarifado

3. Auxiliar de Cadastro

4. Auxiliar de Expedição.

CURSO TÉCNICO DE SECRETARIADO

DISCIPLINAS		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE			TOTAL	
		1º SEM.		2º SEM.		3º SEM.	4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	DE AULAS
INSTRUMENTAIS	Redação e Expressão					2	2	2	2	128
	Estudos Regionais							2	2	64
PROFISSIONALIZANTES	Mecanografia e Processamento de Dados	3	3							96
	Direito e Legislação	2	2	2	2	2	2	2	2	192
	Organização e Técnica Comercial	2	2	2	2	2	2	2	2	192
	Técnicas de Secretariado	3	3	3	4	4	4	4	4	352
	Estatística	2	2	2	2	2	2			128
	Psicologia							4	4	128
	Economia e Mercados							2	2	64
T O T A I S		12	12	12	12	12	12	18	18	1.344

HABILITAÇÃO PLENA:

Secretário

HABILITAÇÕES PARCIAIS:

1. Recepcionista
2. Mecanógrafo
3. Auxiliar de Biblioteca
4. Arquivista e Ficharista
5. Auxiliar de Secretaria
6. Estenógrafo

DISCIPLINAS		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL			
		1º SEM.		2º SEM.		3º SEM.		4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	DE
										AULAS	
INSTRUMENTAIS	Redação e Expressão								2	2	64
	Estudos Regionais								2	2	64
	Matemática Financeira								3	2	80
	Mecanografia		2	2							64
	Direito e Legislação		2	2	2	2			2	2	192
	Organização e Técnica Comercial		2	2	2	2			2	2	192
	Contabilidade e Custos		4	4	4	4			4	5	400
	Estatística		2	2		2			2		128
	Economia e Mercados								3	3	96
PROFISSIONALIZANTES	Processamento de Dados					2		2			64
	TOTALS		12	12	12	12	12	12	18	18	1.344

HABILITAÇÃO PLENA:

Técnico de Contabilidade

HABILITAÇÕES PARCIAIS:

- 1. Caixa
- 2. Faturista
- 3. Operador de Sistemas de Contabilidade
- 4. Auxiliar de Processamento de Dados
- 5. Auxiliar de Escritório

TERMINALIDADES - Setores secundário e terciário nas áreas de serviço, comércio, e saúde e indústria.

PLENAS:

- Técnico em Economia Doméstica.
- Técnico em Prótese Dentária.
- Técnico em Decoração.
- Técnico em Artesanato e Artefatos.

PARCIAIS:

- Desenhista de Vestuário e Padronagem.
- Auxiliar de Dietética e Nutrição.
- Auxiliar de Orientação Comunitária.
- Auxiliar de Laboratório de Prótese.
- Auxiliar em Prótese Total.
- Auxiliar em Prótese Removível.
- Auxiliar em Prótese Fixa.
- Desenhista de Móveis.
- Desenhista de Decoração.
- Orçamentista de Interiores.
- Auxiliar em Artefatos de Cerâmica e Metal.
- Desenhista Industrial. (auxiliar)
- Auxiliar em Artefatos de Madeira e Couro.

--- as que não constam no parecer 45.

SUGESTÕES - SETOR TERCIÁRIO E SECUNDÁRIO

"Uma sólida base de Educação Geral favorece a adaptação às mudanças rápidas e constantes que ocorrem no campo tecnológico, enquanto a Formação Especial, aproveitando-a, reforça os procedimentos técnicos.

A Educação Geral favorece a compreensão de conceitos, a generalização, a abstração, a análise e reflexão sobre os fatos".

Sugerimos para Educação Geral, no setor terciário, um mínimo de 1.530 horas, distribuídas conforme abaixo.

Achamos que este mínimo deva ser adotado pelos três setores. Esta sugestão se baseia no fato de não encontrarmos justificativas para que o técnico do setor terciário, receba uma formação geral inferior a dos técnicos dos demais setores, como vem acontecendo até então. Devemos considerar, ainda, que é no setor terciário onde vamos formar os professores para o ensino fundamental, até a quarta série, razão porque julgamos imprescindível uma sólida formação geral.

Com a adoção de um currículo idêntico de Educação Geral para os três setores estaremos favorecendo também, aos alunos que por razões justificáveis, deseja trocar de curso na sua formação profissional. Este aluno, em qualquer momento, não precisará de recuperações ou revisões em seu currículo de Educação Geral.

As disciplinas do artigo 7º estão incluídas no quadro de Educação Geral.

Os Programas de Saúde poderão se repetir nos quadros de Formação Especial, dependendo da natureza do Curso.

FORMAÇÃO ESPECIAL - DISCIPLINAS INSTRUMENTAIS

Matemática	120 horas
Química	90 horas
Física	90 horas
Biologia	120 horas
Inglês	90 horas
	(saúde e magistério)
	120 hs. (serviços)

História Econômica 90 horas

Geografia Econômica 90 horas

A Formação Especial subdividir-se-á em conteúdos específicos que fixam as bases das habilitações profissionais, o número de horas será variável em torno de 330 e 450 horas.

EDUCAÇÃO GERAL

Matérias	Disciplinas	Horas	Total
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	270	690
	Língua Estrangeira	90	
	Educação Física	270	
	Educação Artística	60	
ESTUDOS SOCIAIS	História	90	330
	Geografia	90	
	Organização Social e Política Brasileira	60	
	Educação Moral e Cívica	60	
	Educação Religiosa	30	
CIÊNCIAS	Matemática	210	510
	Ciências Físicas e Biológicas: Biologia, Física e Química (90 hs. cada)	270	
		30	
	Programas de Saúde		

Os conteúdos profissionalizantes serão variáveis de acordo com as habilitações profissionais, variando o número de horas de 300 a 900 horas.

Para a habilitação plena, exigir-se-á um mínimo de 420 horas de estágio orientado na profissão. A orientação e supervisão bem como o acompanhamento deste estágio estará a cargo da escola, devendo portanto fazer parte do currículo de Formação Especial.

A Educação geral deverá ser predominante nos primeiros semestres do segundo grau, enquanto a Formação Especial deverá ter a predominância nos últimos semestres. Para acomodar a situação, estabeleceremos percentuais e distribuições gradativas das respectivas car

gas horárias.

EDUCAÇÃO GERAL	1º ANO		2º ANO		3º ANO	
	1ª S	2ª S	3ª S	4ª S	5ª S	6ª S
	22h. semanais		16 h. semanais		10 h. semanais	
		704 h	512 h			320 h
FORM. ESPECIAL						

No quadro acima apresentamos a distribuição da Educação Geral porque já a temos fixada em número de horas. Na Formação Especial, o número de horas será variável de acordo com o curso.

O ano letivo deverá ter 32 semanas.

As Escolas poderão adotar o regime de currículo semestral bem como a matrícula por disciplinas.

Para calcularmos a distribuição da Formação Especial, procederemos de forma idêntica a adotada para o cálculo da educação geral, isto é, consideraremos o ano com 32 semanas e o semestre com 16. No primeiro ano usaremos 30% da carga total, no segundo ano 50% e no terceiro 70%. Esses percentuais poderão sofrer pequenas alterações desde que se tenha o cuidado de manter um total de 100% na soma da Educação Geral e Formação Especial.

Nem todas as Escolas terão condições de oferecer terminalidades plenas, bem como nem todos os alunos de segundo grau terão o desejo de cursá-las.

Isto posto, sugerimos em gráfico, uma carga horária de Educação Geral com o mínimo de formação profissionalizante. Dentro desta sugestão, temos uma carga horária de 1920 horas de Educação Geral, carga esta bem vantajosa para aqueles alunos que desejam e têm condições de fazer um aprofundamento em estudos gerais ou em determinadas

reas do núcleo comum.

EDUCAÇÃO GERAL		1º Ano		2º Ano		3º Ano	
		20 horas seman.		20 horas semanais		20 horas semanais	
F.ESP.	6 h sem. 96 h	6 h sem. 96 h	7 h sem. 112 h	Total de semanas por ano:..... 32 Total de horas por semana:..... 20 Total de horas de Educ. Geral: 1920			

A primeira vista, nos parece pouco 20 horas semanais durante o 4º, 5º e 6º semestres, mas se considerarmos que o aluno que pretende um aprofundamento em determinada área, não pode contar somente com os recursos da escola, devemos admitir que ele tenha tempo livre para se locomover e buscar estes recursos.

FORMAÇÃO ESPECIAL - SUGESTÃO DE TERMINALIDADES

FUNCIONAMENTO

O funcionamento será em regime semestral com matrícula por disciplinas.

O semestre se constituirá de 16 semanas. Nos cursos de terminalidades plenas, o aluno poderá optar por apenas uma das terminalidades parciais, desde que cumpra os pré-requisitos da terminalidade escolhida, dentro da seriação normal do curso.

A Educação Geral deverá ser paralela à Formação Especial ou poderá anteceder-lhe por completo.

Na Formação Especial, as disciplinas Instrumentais, sempre pré-requisitos para as disciplinas de conteúdos profissionalizantes. Devendo portanto, na organização curricular, as instrumentais antecederem as profissionalizantes ou terem o seu desenvolvimento paralelo com as disciplinas profissionalizantes.

SUGESTÕES DE HABILITAÇÕES

M A T É R I A S		H A B I L I T A Ç Õ E S			
		PARCIAL	PARCIAL	PARCIAL	PLENA
Nº DE ORDEM	T Í T U L O S	DESENHISTA DE MÓVEIS	DESENHISTA DE DECORAÇÃO	ORNAMENTISTA DE INTERIORES	TÉCNICO EM DECORAÇÃO
1	Desenho				
2	Desenho de Móveis				
3	História da Arte				
4	Organização e Normas				
5	Psicologia das Relações Humanas				
6	Materiais e Revestimentos				
7	Tecnologia da Decoração				
8	Projetos de Decoração				
9	Técnicas de Decoração				

TERMINALIDADES:

- Habilitação Plena - Técnico em Decoração
 Habilitação Parcial - Desenhista de Móveis
 - Desenhista de Decoração
 - Ornamentista de Interiores

--- As habilitações oferecidas pelo curso, podem pertencer ao setor secundário ou terciário, dependendo da área de atuação do profissional.

SUGESTÕES DE HABILITAÇÕES

M A T É R I A S	H A B I L I T A Ç Õ E S				
	PARCIAL	PARCIAL	PARCIAL	PARCIAL	PLENA
T Í T U L O S	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA	AUXILIAR EM PRÓTESE TOTAL	AUXILIAR EM PRÓTESE REMOVÍVEL	AUXILIAR EM PRÓTESE FIXA	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA
Anatomia e Escultura Dental					
Materiais Protéticos					
Desenho Aplicado					
Organização e Normas					
Aparelhos Ortodônticos					
Prótese Total					
Prótese Parcial Fixa					

TERMINALIDADES:

- Habilitação Plena - Técnico em Prótese Dentária
- Habilitação Parcial - Auxiliar de Laboratório de Prótese Dentária.
- Auxiliar em Prótese Total
- Auxiliar em Prótese Removível
- Auxiliar em Prótese Fixa

No curso de Prótese é interessante que se ofereça diferentes terminalidades porque a natureza de atividade exige especialização e bastante prática nos diferentes setores.

As habilitações oferecidas pelo curso pertencem ao setor terciário.

CURRÍCULO

		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º		
SUBTOTAL - EDUCAÇÃO GERAL		23	21	16	16	10	10		1.536	
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAL					2	4		96	
		Redação e Expressão em L.Nac.	2	2	4	4	-	-		192
		Estudos Regionais	-	-	-	4	-	-		64
		Organização e Normas	2	2	-	-	-	-		64
	Desenho Aplicado									
	PROFISSIONALIZANTE									
		Anatomia e Escultura Dental	3	3	-	-	-	-		96
			2	4	-	-	-	-		96
		Materiais Protéticos	-	-	4	-	-	-		64
		Aparelhos Ortodônticos	-	-	-	-	10	10		320
		Prótese Parcial Fixa	-	-	5	5	-	-		160
		Prótese Total	-	-	-	-	10	10		320
		Prótese Removível								
	SUBTOTAL - FORMAÇÃO ESPECIAL		9	11	13	13	22	24		1.472
TOTAL GERAL SEMANAL		32	32	29	29	32	34			

HABILITAÇÃO

- Plena : Técnico em Prótese Dentária
- Parcial : Auxiliar de Laboratório de Prótese Dentária
- Auxiliar em Prótese Total
- Auxiliar em Prótese Removível
- Auxiliar em Prótese Fixa

Nº DE ORDEM	M A T É R I A S	H A B I L I T A Ç Õ E S			
		PARCIAL	PARCIAL	PARCIAL	PLENA
	T Í T U L O S	DESENHISTA DE VESTUÁRIO E PADRONAGEM	AUXILIAR EM DIETÉTICA E NUTRIÇÃO	AUXILIAR DE ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA	TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
1	Psicologia das Relações Humanas				
2	Higiene e Enfermagem				
3	Desenho Aplicado				
4	Química Aplicada				
5	Arte e Habilitação				
6	Alimentação e Nutrição				
7	Vestuário				
8	Puericultura				
9	Administração do Lar				

TERMINALIDADES:

- Habilitação Plena - Técnico em Economia Doméstica
- Habilitação Parcial - Desenhista de Vestuário e Padronagem
- Auxiliar em Dietética e Nutrição
- Auxiliar em Orientação Comunitária

Habilitação que não consta do parecer 45.
O auxiliar em Orientação Comunitária atuará em projetos de comunidade e em programas de orientação e educação do consumidor.
As habilitações oferecidas pelo curso, podem pertencer ao setor secundário ou terciário, dependendo da área de atuação do profissional.

CURRÍCULO

		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	
SUBTOTAL - EDUCAÇÃO GERAL		22	22	16	16	10	10		1.536
INSTRUMENTAL	Redação e Expressão em Língua Nacional	-	-	-	-	2	4		96
	Estudos Regionais	2	2	2	2	2	2		192
	Química Aplicada	2	2	-	-	-	-		64
	Psicologia das Relações Humanas	-	-	2	-	-	-		32
PROFISSIONALIZANTE									
	Administração do Lar	-	-	-	2	-	-		32
	Higiene e Enfermagem	2	2	2	-	-	-		96
	Desenho	2	2	2	2	3	3		224
	Arte e Habilitação	-	-	3	3	4	4		224
	Alimentação e Nutrição	-	-	2	3	4	5		224
	Vestuário	-	-	2	3	4	5		224
	Puericultura	2	2	-	-	-	-		64
		10	10	15	15	19	23		1.472
SUBTOTAL FORMAÇÃO ESPECIAL		32	32	31	31	29	33		3.008
TOTAL GERAL SEMANAL									

HABILITAÇÃO: Técnico em Economia Doméstica

- Desenhista de Vestuário e Padronagem
- Auxiliar de Dietética e Nutrição
- Auxiliar de Orientação Comunitária

MATÉRIAS	HABILITAÇÕES			
	PARCIAL	PARCIAL	PARCIAL	PLENA
TÍTULOS	DESENHISTA INDUSTRIAL	AUXILIAR DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E METAL	AUXILIAR EM ARTEFATOS DE MADEIRA E COURO	TÉCNICO EM ARTESANATO E ARTEFATOS
Desenho				
História da Arte				
Folclore Brasileiro				
Organização e Normas				
Psicologia das Relações Humanas				
Tecnologia dos Materiais				
Cerâmica				
Metal				
Couro				
Madeira				
Materiais Típicos				

TERMINALIDADES:

- Habilitação Plena - Técnico em Artesanato e Artefatos
- Habilitação Parcial - Desenhista Industrial
- Auxiliar em Artefatos de Cerâmica e Metal
- Auxiliar em Artefatos de Madeira e Couro.

CONSIDERAÇÕES:

Com o incremento do turismo, sente-se a necessidade do desenvolvimento paralelo do artesanato. O artesão com conhecimentos tecnológicos e estudos da história da Arte e do Folclore poderá desenvolver e orientar um artesanato em escala comercial que represente a tradição e cultura de um povo.

O Técnico em Artesanato e Artefatos desenvolverá seu trabalho junto Secretaria de Turismo, Centros de Artesões, Indústrias de Artefatos e Escolas.

Habilitações que não constam no parecer 45.

As habilitações oferecidas pelo curso podem pertencer ao setor secundário e terciário, dependendo da área de atuação do profissional.

CURRÍCULO

A parte de Educação Geral do Currículo é apresentada pelo Grupo de Educação Geral.

		22	22	16	16	10	10		1.536
INSTRUMENTAL	SUBTOTAL - EDUCAÇÃO GERAL								
	Redação e Expressão em Língua Nac.	-	-	-	-	2	4		96
	Estudos Regionais	-	2	2	2	2	2	2	160
	Psicologia das Relações Humanas	-	-	-	-	-	-	-	32
	Organização e Normas	-	-	-	-	2	-	-	32
	História da Arte	-	-	2	2	2	2	4	192
	Tecnologia da Decoração	2	2	2	2	2	2		192
PROFISSIONALIZANTE									
	Desenho Técnico	2	2	3	3	2	2		224
	Desenho de Móveis	4	2	2	-	-	-		128
	Materiais e Revestimentos	-	-	-	-	-	4	8	64
	Projetos e Decoração	-	-	3	3	4	4		352
	Técnicas de Decoração	3	3	4	4	4	4		352
SUBTOTAL - FORMAÇÃO ESPECIAL		11	11	18	16	20	24	14	1.824
TOTAL GERAL SEMANAL		33	33	34	32	30	34	14	3.360

HABILITAÇÃO:

- Plena - Técnico em Decoração
- Parcial - Desenhista de Móveis
- Desenhista de Decoração
- Ornamentista de Interiores

HABILITAÇÃO PLENA DE 2º GRAU

SETOR: TERCIÁRIO

TÉCNICO: ENFERMAGEM

EDUCAÇÃO GERAL		SEMESTRES	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAIS
		SUBTOTAL									64
FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUM.	Estatística Vital	-	-	2	2	-	-			64
		Psicologia Evolutiva	2	2	-	-	-	-			64
		Psic. das Relações Humanas	2	2	-	-	-	-			64
		Psicologia da Aprendizagem	2	2	-	-	-	-			32
		Educação Familiar	1	1	-	-	-	-			64
		Educação para a Saúde	2	2	-	-	-	-			64
	PROFISSIONALIZANTES										64
		Primeiros Socorros	2	2	-	-	-	-			32
		Recursos para a Saúde	1	1	-	-	-	-			64
		Fundamentos de Enfermagem	-	-	2	-	-	-			160
		Enfermagem Médica	-	-	4	6	-	-			192
		Enferm. Maternal Infantil	-	-	6	6	-	-			160
		Enfermagem Cirúrgica	-	-	-	-	4	6			160
		Enferm. Neuro Psiquiátrica	-	-	-	-	4	6			64
		Estatística Aplicada	-	-	-	-	2	2			32
		Problemas Éticos em Enf.	-	-	-	-	2	2			64
		Administração Aplicada	-	-	-	-	2	2			960
		SUBTOTAL	3	3	12	12	14	16			
		TOTAL GERAL									

OBSERVAÇÃO:

Deixamos de especificar a carga horária da parte de Educação Geral porque pode ser a mesma de outros cursos do setor.

Parte diversificada de Educação Geral como pré-requisitos para as instrumentais:

Estatística
 Biologia
 Psicologia
 Sociologia
 Filosofia
 Administração.

SETOR TERCIÁRIO

Habilitação Específica de 2º Grau - MAGISTÉRIO DE 1º GRAU

Sugestão para: 2880 horas em 3 anos + Estágio Supervisionado

E.G. = 1.530 h	51 cred.	1	90 semanas com 32 h semanais
F.E. = 1.350 h	45 cred.	2	96 semanas com 30 h semanais
2.880 h	96 cred.		

QUADRO MODELO PARA OPÇÃO 1

Educ. Geral		F. Esp.		690 HORAS		510 HORAS		330 HORAS		Estágio Supervisório + 480 h.	
+	-	+	-	72%	28%	52%	48%	34%	66%		
270 HORAS		450 HORAS		630 h = 1.350						+ 480	

CURRÍCULO PLENO - Opção 1

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE
23 h	23 h	17 h	17 h	11 h	11 h	ESTÁGIO
9 h	9 h	15 h	15 h	21 h	21 h	ESTÁGIO
32 h	32 h	32 h	32 h	32 h	32 h	32 h

ÁREAS		E D U C A Ç Ã O G E R A L		F O R M A Ç Ã O E S P E C I A L	
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Educação Artística Educação Física Língua Estrangeira	H C		Aspectos Históricos e Filosóficos Aspectos Psicológicos Aspectos Sociológicos Aspectos Biológicos	H C
		690	23		600 20
Estudos Sociais	Geografia História O.S.P.B. Educação Religiosa	H C		Aspectos Legais Aspectos Técnicos Aspectos Administrativos Aspectos Estatísticos	H C
		360	12		150 5
Ciências	Matemática Ciências Físicas e Biológicas Programa de Saúde	H C		Didática Geral - 180 h - 6 créditos Didática Especial - 420 h - 420 créditos	H C
		480	16		600 20
		1530	51	Estágio + 480 h = 16 créditos	
				45	

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO - SETOR TERCIÁRIO

VER MODELOS PARA EDUCAÇÃO GERAL COM PREVISÃO DE 1.530 H.

E.G. - 1.530

F.E. - 1.350

2.880 + Est.

EM 3 ANOS

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA CORRESPONDENTE A SUGESTÃO I

		1.530 h						
EDUCAÇÃO GERAL - SUBTOTAIS		1ºS	2ºS	3ºS	4ºS	5ºS	6ºS	7ºS
DISTRIBUIÇÃO DE C.HORÁRIA EM 15 SEM.P/S.		1ºS	2ºS	3ºS	4ºS	5ºS	6ºS	7ºS
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO		H	C					
600 20								
Históricos e Filosóf.		3	3	2	2	2	3	
Psicológicos		3	3	3	3	3	3	
Sociológicos				2	2	2		
Biol.e Higiene Escólar							2	
Legais, Téc., Admin.		3	3			2		
Estatísticos				3	2	3	4	
Cienc.e Tecnol.no ens.					5	4	7	12
(Didática Geral)								
Metodologia dos cont.								
1ª e 2ª S. Com.e Expr.								
Curric.por Est.Soc.								
Atividade Cienc. SB								
3ª e 4ª S. Com.e Expr.								
Curric.por Est.Soc. M								
Áreas Cienc. FB		9	9	15	15	21	21	
S/TOTAIS		32	32	32	32	32	32	
H/SEMANA								
TOTAL								
C. PLENO								
Aspectos Espec.		H	C					
600 20								
Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º grau.								
ASPECTOS: H C								
150 15								
Didática								
Aspectos Espec.		H	C					
600 20								
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		480						
158 5 cred.								
150 5 H Cr.								
180 6 cred.								
420 14 cred.								
H C								
600 20								
H C								
1.350 1350 45								
2880								
+ Estágio								

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO
Sugestão de distribuição da carga horária correspondente ao

3 anos - 2.700 horas
excluindo Estágio

Sem/ano - 30

Horas/sem. - 30

EDUCAÇÃO GERAL - 70%			FORMAÇÃO ESPECIAL - 30%		
. Comunicação e Expressão	H	C	. Fundam. da Educação	H	C
	210	7		180	6
	180	6		90	3
	240	8			
. Estudos Sociais	H	C	. Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º grau	H	C
	630	21		270	9
. Ciências					
EDUCAÇÃO GERAL - 44%			FORMAÇÃO ESPECIAL - 56%		
. Comunicação e Expressão	H	C	. Fundamentos da Educação	H	C
	120	4		180	6
	120	4		120	4
	150	5		210	7
. Estudos Sociais	H	C	. Estrt. e func. 1º grau	H	C
	390	13		510	17
. Ciências			. Didática		
EDUCAÇÃO GERAL - 30%			FORMAÇÃO ESPECIAL - 70%		
. Com. e Expressão	H	C	. Fundamentos da Educação	H	C
	90	3		180	6
	90	3		450	15
	90	3			
. Estudos Sociais	H	C	. Didática	H	C
	270	9		630	21
. Ciências					

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Jardim e Maternal
1ª a 4ª série -

510 h - 17 c

Educação Geral - 1.290 h

Formação Especial - 1.410 h

TOTAL

2.700 h + Estágio
510 h

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO
(1ª a 4ª série do ensino de 1º grau)
2.700 horas - correspondentes a 3 séries

30 semanas/ano
30 horas/semana
Estágio - 510 h

NUCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	. Língua Port.e Lit.Brasileira . Educação Artística: Música Artes Plásticas Teatro . Educação Física	210h - 7c	
		30h - 1c	
		60h - 2c	
		30h - 1c	
		90h - 3c	
		H	C
		420	14
ESTUDOS SOCIAIS	.Geografia . História . Educação Moral e Cívica . Educação Religiosa . O.S.P.B.	120h - 4c	
		90h - 3c	
		60h - 2c	
		60h - 2c	
		60h - 2c	
		H	C
		390	13
	. Ciências Físicas e Biológicas . Programas de Saúde . Matemática	210h - 7c	
		90h - 3c	
		180h - 6c	
		H	C
		480	16
TOTAL		1290	43

EDUCAÇÃO ESPECIAL			
. Fundamentos da Educação: Biológicos Psicológicos Sociológicos Históricos Filosóficos	150h - 5c		
	180h - 6c		
	90h - 3c		
	60h - 2c		
	60h - 2c		
	H	C	
	540	18	
	60h - 2c		
. Estrutura e Funcionamento do ens.1º grau: Aspectos legais Aspectos Técnicos e Estatísticos Aspectos Administrativos	90h - 3c		
	60h - 2c		
. Didática	H	C	
	210	7	
	210h - 7c		
Aspectos de planej.(Did.Geral) execução e rend. do aprend. Hab.p/Mat.e Jardim Infância ou Hab. para 1ª e 2ª séries ou Hab. para 3ª e 4ª séries de acordo com a opção	450h - 15c		
	H	C	
	660	22	
TOTAL		1410	47

SUGESTÃO Nº 1Atende:

- Educação Geral - 1530 h - igual a Modelos comuns nos setores: Primário - Secundário - Terciário, 1º mantendo unidade curricular e 2º facilitando transferências de alunos.

Considera:

- Educação Geral como embasamento cultural e se desdobra em instrumental para o professor da Educação, propiciando:
 - . intercorrelação com os princípios metodológicos para o ensino de 1º grau
 - . melhor qualificação com vistas à terminalidade e à continuidade
 - . aprofundamento de estudos nas áreas de Ciências, já expressos em recentes reformulações de Currículos de Escolas Normais do RS, como necessários ao jovem de hoje.

Atende:

- Formação Especial predominante no 2º grau, porquanto considera o subtotal de nº de horas na parte seriada 1350 acrescida de 480 h de Estágio num global de 1830 horas.

Sugere:

- Teto máximo para qualificação profissional em 3 anos sem atingir o mínimo estabelecido para formação em 4 anos 2900 h.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Aspectos Históricos e Filosóficos	- 180 h - 6 créditos
Aspectos Psicológicos	- 270 h - 9 créditos
Aspectos Sociológicos	- 60 h - 2 créditos
Aspectos Biológicos e Hig.Escolar	- 90 h - 3 créditos

H	C
600	20

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU

Aspectos Legais e administrativos	- 60 h - 2 créditos
Aspectos Técnicos	- 60 h - 2 créditos
Aspectos Estatísticos	- 30 h - 1 crédito

H	C
150	5

DIDÁTICA

Aspectos Gerais:	
- Ciência e Tecnologia no Ensino	- 180 h - 6 créditos

Aspectos Específicos:	
- Metodologia de ensino dos conteúdos de	

1ª e 2ª	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	90 h	3 créed.	Opção para Intensificação no Estágio 480 horas
Séries	Estudos Sociais	60 h	2 créed.	
Curr.p/Ativ.	Ciências Matemáticas Fís.e Biológicas	60 h	2 créed.	
3ª e 4ª	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	60 h	2 créed.	Opção para - intensificação no Estágio 480 horas
Séries	Estudos Sociais	60 h	2 créed.	
Curr.por Ativ	Ciências	90 h	3 créed.	
		420 h	14 créed.	

H	C
600	20
1350	45

Estágio +

HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

SUGESTÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Sem/Ano - 32 sem.

Hora/sem. - 32 h

Nº HORAS: 1.024 h

Nº HORAS: 1.024 h

Nº HORAS: 1.056 h

EDUCAÇÃO GERAL $\pm$ 70%

- Comunicação e Expressão
- Estudos Sociais
- Ciências

H	C
736	23

FORMAÇÃO ESPECIAL $\pm$ 30%

	H	C
• Fund. da Educ.	224	7
• Estrut. e Func. Ens. 1º grau	64	2
SUBTOTAL	288	9

EDUCAÇÃO GERAL - 50%

- Comunicação e Expressão
- Estudos Sociais
- Ciências

H	C
512	16

FORMAÇÃO ESPECIAL - 50%

	H	C
• Fundamentos da Educação	128	4
• Estrut. e Funcionamento do ensino de 1º Grau	64	2
• Didática	320	10
SUBTOTAL	512	16

EDUCAÇÃO GERAL $\pm$ 30%

- Comunicação e Expressão
- Estudos Sociais
- Ciências

H	C
288	9

FORMAÇÃO ESPECIAL $\pm$ 70%

- Fundamentos da Educação
- Didática

H	C
320	10
448	14

SUBTOTAL

H	C
768	24

SUBTOTAL

H	C
512	16

TOTAL

H	C
1280	

ESTÁGIO

TOTAL

1536	48
------	----

nº total de horas: 3.616
nº total de cred.: 113

- 96 semanas - 32 horas

FORMAÇÃO ESPECIAL

EDUCAÇÃO GERAL

Fundamentos da Educação

Aspectos Filosóficos 96h (3c.)
Históricos 96h (3c.)
Sociológicos 128h (4c.)
Psicológicos 192h (6c.)
Biológicos 160h (5c.)

H C
672 21

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau

Aspectos Legais 32h (1c.)
Estatísticos 32h (1c.)
Administrativos 32h (1c.)
Técnicos 32 (1c.)

H C

H C
128 4

Didática

Metodologia e Tecnologia - 256h (8c.)
Metodologia dos conteúdos
em 1ª e 2ª séries - 256h (8c.)
em 3ª e 4ª séries - 256h (8c.)

H C

H C
768 24

SUBTOTAL

H C
1536 48

SUBTOTAL

1568 49

Estágio 512 h

1512 16

SUBTOTAL

2080 6

HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

Sugestão para distribuição de carga horária

Sem./ano - 32 sem.
Hora/sem. - 32 horas

1ª SÉRIE		992		EDUCAÇÃO GERAL ± 70%		FORMAÇÃO ESPECIAL ± 30%	
						H C	
						Fundam. da Educação 224 7	
						H C	
						Estrutura e Func. do Ensino de 1º grau 64 2	
						H C	
						288-9 288 9	
				H C			
				704 22			
2ª SÉRIE		1.024		EDUCAÇÃO GERAL - 50%		FORMAÇÃO ESPECIAL - 50%	
						H C	
						Fundamentos da Educação 160 5	
						H C	
						Estrut. e Func. 1º grau 64 2	
						H C	
						Didática 288 9	
						H C	
						512 16	
				H C			
				512 16			
3ª SÉRIE		1.024		EDUC. GERAL ± 30%		FORMAÇÃO ESPECIAL ± 70%	
						H C	
						Fundamentos da Educação 256 8	
						H C	
						Didática 480 12	
						H C	
						640 20	
						1440 45	
				H C			
				384 12			
				SUBTOTAL			
				SUBTOTAL 1600 50			
				ESTÁGIO 512 h			
				TOTAL: 3.552 h			

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO

1ª a 4ª séries Ensino de 1º grau

Nº total de horas: 3.552

Nº total de créditos: 111

3 anos

96 sem. 32 h

EDUCAÇÃO GERAL		FORMAÇÃO ESPECIAL	
Comunicação e Expressão . Língua e Literatura Brasil. - 256h (8c.) - 160h (5c.) . Educação Artística . Educação Física	H	C	
	704	22	
			640 20
Estudos Sociais . Geografia 96h (3c.) . História 96h (3c.) . O.S.P.B. 96h (3c.) . M.e Cívica 64h (2c.) . Ed.Religiosa 32h (1c.)	H	C	
	384	12	
			128 4
Ciências . Matemática - 256h (8c.) . Ciências Físicas e Biológicas - 256h (8c.)	H	C	
	512	16	
			672 21
SUBTOTAL		1600	50
1º SUBTOTAL		1440	45
ESTÁGIO		512h	
2º SUBTOTAL		1952	

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO
Sugestão de distribuição da carga horária

Sem/ano - 30
Horas/sem. - 30
Sem./Semestre 16
Horas/sem. - 30

1ª, 2ª e 3ª séries

Estágio - 17 sem. de 70 horas

EDUCAÇÃO GERAL - 70%		FORMAÇÃO ESPECIAL - 30%	
		H	C
		270	9
		H	C
		630	21
EDUCAÇÃO GERAL - 44%		FORMAÇÃO ESPECIAL - 56%	
		H	C
		510	17
		H	C
		390	13
EDUCAÇÃO GERAL - 30%		FORMAÇÃO ESPECIAL - 70%	
		H	C
		630	21
		H	C
		270	9
		FORMAÇÃO ESPECIAL - 100%	
		90	3
		30	1
		60	2
		300	10
		H	C
		480	16
		510	17
Fundamentos da Educação		aspectos psicológicos	
		aspectos sociais	
Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º grau			
Didática - Aprofundamento em uma das áreas opcional			
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESTABELECIMENTOS DE 1º GRAU			

FORMAÇÃO ESPECIAL

4 anos
3.690 h
30 h/sem.
30 sem/ano

Fundamentos da Educação
(660 h)

Biológicos

Aspectos Psicológicos

Sociológicos

Filosóf-Hist.

Estrut. e func. ens. 1º grau
(270 h)

Legais

Aspectos: Téc. e Estatíst.

Administrativos

Didática (960 h)

Aspectos: Gerais
Específicos

SUBTOTAL

[illegible]

ESTÄGIO

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA MAGISTÉRIO - 3 anos
1ª a 4ª séries - Ensino de 1º grau

Nº total de horas - 3.420
Nº total de créditos:

EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL		
Comunicação e Expressão			Fundamentos da Educação - Aspectos:		
. Língua e Liter. Brasileira - 270h(9c.)			. Filosóficos - 90h (3c.)		
. Educação Artística			. Históricos - 90h (3c.)		
. Educação Física			. Psicológicos - 210h (7c.)		
			. Biológicos - 180h (6c.)		
			. Sociológicos - 90h (3c.)		
			H	C	
			630	21	
Estudos Sociais			Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau		
. Geografia - 90h (3c.)			Aspectos:		
. História - 90h (3c.)			. Administrativos - 30h (1c.)		
. O.S.P.B. - 90h (3c.)			. Técnicos - 30h (1c.)		
. M. e Cívica - 60h (2c.)			. Legais - 30h (1c.)		
. Ed. Religiosa- 30h (1c.)			. Estatísticos - 30h (1c.)		
			H	C	
			120	4	
Ciências			Didática		
. Matemática - 240 h (8c.)			. Metodologia e Tecnologia - 240h (8c.)		
. Físicas e Biológicas - 240 h (8c.)			. Metodologia dos cont. em 1ª e 2ª séries } 3ª e 4ª séries }		
			- 360h (12c.)		
			H	C	
			600	20	
SUBTOTAL			1º SUBTOTAL		
			1350 45		
			ESTÁGIO		
			540h		
			2º SUBTOTAL 1890h		

HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO

SUGESTÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Sem./Ano - 30 sem.

Hor./sem. - 30 h.

nº	Hor.	EDUCAÇÃO GERAL ± 70%	FORMAÇÃO ESPECIAL ± 30%
960		• Comunicação e Expressão • Estudos Sociais • Ciências H C 660 22	• Fundamentos da Educação 240 h 8 c. • Estr.e Func. da Lei 60_Hh 2_Cc. H C 300 10
960		EDUCAÇÃO GERAL - 50% • Comunicação e Expressão • Estudos Sociais • Ciências H C 480 16	FORMAÇÃO ESPECIAL 50% • Fundamentos da Educação 210 h 7 c. • Estrut. e Func. da Lei 60 h 2c. • Didática 210 h 7 c. H C 480 16
960		EDUCAÇÃO GERAL ± 35% • Comunicação e Expres são • Estudos Sociais • Ciências H C 390 13	FORMAÇÃO ESPECIAL ± 65% • Fundamentos da Educação 180 h 6 c. • Didática 390 h 13 c. H C 570 19

E S T Á G I O - 540 h

1.350 h 45 c.

SUBTOTAL 1.530 h. 51 c

SUBTOTAL

EDUCAÇÃO GERAL - 1.530 h

FORMAÇÃO ESPECIAL - 1.890 h

TOTAL - 3.220 h

SETOR TERCÁRIO

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA DE 2º GRAU - MAGISTÉRIO DE 1º GRAU
3 e/ou 4 anos

3 anos: E.G. - 1.540 h + Estágio Supervisionado - 540 h
F.E. - 1.540 h
3.080 h

4 anos: E.G. - 1.540 h + Estágio Supervisionado - 540 h
F.E. - 2.080 h
3.620 h

QUADRO DEMONSTRATIVO

375 h	375 h	270 h	270 h	125 h	125 h	-	+
1º SEM.	2º SEM.	3º SEM.	4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	7º SEM.	8º SEM.
+	70%		50%		+ 30%	100%	100%
+							
+	30%		50%		+ 70%		
125h	125h	270h	270h	375h	375h	540h	540h
MAGISTÉRIO - 3 ANOS (6 SEMESTRES) + ESTÁGIO NO 7º SEMESTRE							

MAGISTÉRIO - 4 ANOS: 7 SEMESTRES + 1 SEMESTRE DE ESTÁGIO

CURRÍCULO PLENO							
1º SEM.	2º SEM.	3º SEM.	4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	7º SEM.	8º SEM.
25 h	25 h	18 h	18 h	11 h	11 h	36 h	36 h
11 h	11 h	18 h	18 h	25 h	25 h	36 h	36 h
36 h	36 h	36 h	36 h	36 h	36 h		

3 ANOS OU 90 SEMANAS DE 36 HORAS + ESTÁGIO
4 ANOS OU 105 SEMANAS DE 36 HORAS + ESTÁGIO

HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO

até a 4ª série do 1º grau

15 semanas/semestre

Carga horária: 3.620 horas

36h/semana

EDUCAÇÃO
GERALFORMAÇÃO
ESPECIAL

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	ESPECIFICAÇÃO
1º	Estrutura e funciona - mento do Ensino de 1º grau. Fundamentos Filosófi - cos e Históricos da E- ducação Fundamentos Psicológi- cos da Educação Economia e Educação	11 h sem.	Aspectos legais, técnicos e admi- nistrativos. Desenvolvimento psico-motor e social da criança na faixa etá- ria correspondente.
2º	Estrutura e funcionamen- to do ens. de 1º grau. Fundamentos Psicológi- cos, Biológicos e Socio- lógicos da Educação. Técnicas de estudo.	11 h sem.	Aspectos legais, técnicos, admi- nistrativos e estatísticos. Desenvolvimento psico-motor e social da criança na faixa etá- ria correspondente.
3º	Psicologia (evolutiva, genética e da aprendi- zagem). Didática (habilitação para o Ensino de 1ª e 2ª séries).	18 h sem.	Desenvolvimento psico-motor e so- cial da criança na faixa etária correspondente. Princípios e métodos do ensino - da leitura e da escrita. Iniciação ao ensino da Matemáti- ca, Ciências Físicas e Biológi- cas e Estudos Sociais. Princípios didáticos e técnicos de Recreação e Jogos e de Educa- ção Artística.

AL DE

FORMAÇÃO ESPECIAL	SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	ESPECIFICAÇÃO
	4º	Psicologia da aprendizagem. Didática (Habilitação para o ensino de 1ª e 2ª séries)	18 h sem.	Planejamento, execução e verificação. Técnicas de ensino e aprendizagem Orientação para o ensino da leitura e da escrita. Orientação para o ensino da Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e estudos sociais. Princípios didáticos e técnicos - de Recreação e Jogos e de Educação Artística.
	5º	Psicologia da Aprendizagem. Didática (habilitação para o ensino de 3ª e 4ª séries)	25 h sem.	Planejamento, execução e verificação. Técnicas de ensino e aprendizagem Orientação para o ensino da leitura e escrita. Orientação para o ensino da Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e Estudos Sociais. Princípios didáticos e técnicos de recreação e Jogos e de Educação Artística.
	6º	Estrutura e funcionamento do ensino do 1º grau (aspectos administrativos e estatísticos). Didática (intensificação na habilitação para o ensino de 1ª e 2ª s. ou 3ª e 4ª sér.) Psicologia das Relações Humanas.	25 h. sem.	Observação e interpretação dos fundamentos legais, técnicos e administrativos de uma unidade escolar. Desenvolvimento e realização de medidas estatísticas aplicadas em educação. Técnicas específicas para o nível.

HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO ATÉ 6ª SÉRIE DO 1º GRAU
4 anos - Carga Horária

Até 6º semestre igual ao quadro anterior

SEMESTRE	O P Ç Õ E S	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINAS
7º	Habilitação para Maternal e Jardim de Infância Habilitação para Comunicação e Expressão (5ª e 6ª séries) Habilitação para Estudos Sociais (5ª e 6ª séries)		Psicologia Evolutiva Didática incluindo prática de ensino: • Técnicas de ensino e aprendizagem de: Educação Artística, Recreação e Jogos, Linguagem (orientação para o desenvolvimento), Matemática (orientação para a formação e desenvolvimento de conceitos). Psicologia das Relações Humanas. Didática: Técnicas de ensino e aprendizagem. Fundamentos didáticos e técnicos de: • Educação Física, Recreação e Jogos • Educação Artística • Linguagem escrita e oral Psicologia: • Evolutiva dentro da faixa etária correspondente • Psicologia das Relações Humanas Didática: técnicas de ensino e aprendizagem. Fundamentos Didáticos e Técnicos. Recursos Audiovisuais: confecção e utilização.

FORMAÇÃO ESPECIAL	SEMESTRE	OPÇÕES	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINAS
	7º	Habilitação para Ciências (5ª e 6ª séries)		Psicologia evolutiva dentro da faixa etária correspondente. Psicologia das Relações Humanas. Didática: técnicas de ensino e aprendizagem. Recursos Audiovisuais: confecção e utilização.
	8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO		

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS SUGESTÕES APRESENTADAS NO QUE SE REFERE A HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO.

Considerando:

- que dentro da matéria de Comunicação e Expressão apresentam-se, como instrumentais, estudos sobre:
 - aspectos fonológicos
 - literatura infantil
 - aspectos de correção de linguagem
 - teatro infantil
 - artes gráficas
 - outros
 - que na matéria de Estudos Sociais, apresentam-se como instrumentais:
 - estudos regionais
 - noções de trânsito
 - estudos sobre folclore
 - outros
 - que nas Ciências apresentam-se como instrumentais, estudos sobre:
 - puericultura
 - nutrição
 - aspectos estatísticos
 - outros
 - que o parecer nº 45/72 não especifica situações distintas além das dadas: Educação Geral e Formação Especial;
 - que o parecer nº 349/72 esclarece, em detalhes, a posição da Habilitação para o Magistério;
 - que o parecer nº 871/72 não identifica, para Habilitação para o Magistério, disciplinas de caráter essencialmente instrucional.
- Sugere-se
- inclusão, na parte de Formação Especial, de carga horária específica para estudos das disciplinas apresentadas nestas considerações e distribuídas dentro das sugestões apresentadas nos quadros anexos.

DIRETRIZES PARA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE LÍNGUA NACIONAL E LITERATURA NACIONAL, NO ENSINO DE 2º GRAU, COMO PARTE DO NÚCLEO COMUM.

Elaboração de:

Alsina Alves de Lima

Raul José Moraes Machado

1. O ensino de Língua Portuguesa terá um total de aproximadamente 240 horas.
2. O ensino de Literatura Nacional terá um total de horas.
3. Nas escolas, onde houver número suficiente de especialistas, poderá haver, numa mesma turma, dois professores: uma para Língua, outro para Literatura.
4. O professor de Literatura Nacional planejará seu trabalho, sempre que possível, relacionando-o com o de Cultura Artística. Para isto é necessário que ambas disciplinas sejam trabalhadas no (s) mesmo (s) semestre (s), especialmente no tocante às características artístico-literárias de movimentos tais como: Barroco, Romantismo, Realismo, Simbolismo, Modernistas e Contemporâneos.
5. O professor de Literatura Nacional deverá buscar integração com aqueles conteúdos de História que o aluno tenha tratado ou esteja tratando nas aulas dessa disciplina.
6. Os métodos e técnicas utilizados pelo professor deverão enfatizar a atividade do aluno, reservando-se um máximo de 20% de aulas expositivas do professor.
7. Os objetivos contidos nestas Diretrizes, elaborados a nível de Secretaria, deverão ser operacionalizados pelos professores, quando do início de cada período de aprendizagem (unidade, aula).
8. A avaliação da aprendizagem do aluno, em Língua Portuguesa e Literatura Nacional, obedecerá às diretrizes legais e às técnicas pedagógicas emanadas da SEC.
9. O ensino de Língua Portuguesa se fará através de três conjuntos de atividades:
 - a. atividades de decodificação (ouvir e ler);
 - b. atividades de codificação (falar e escrever);

- c. atividades de estudo do código linguístico.
2. O ensino de Literatura Nacional se fará através de três abordagens:
- a. iniciação à teoria literária;
 - b. visão panorâmica da história da Literatura Brasileira;
 - c. atualidade literária no Brasil (não esquecendo os valores literários do Rio Grande do Sul).

ATIVIDADE DE DECODIFICAÇÃO

(ouvir e ler)

As atividades de decodificação terão como objetivos o desenvolvimento:

- a) da compreensão de mensagens orais e escritas (captação do sentido textual);
- b) da interpretação de mensagens e escritas: relacionamento do sentido textual com um quadro de referências (contexto sócio-cultural, situação histórica, implicações humanas e estilísticas).

Assim ao final deste grau, o aluno deverá ser capaz de:

- a) Aprender informações, valorizando a contribuição alheia;
- b) Demonstrar atitudes de bom ouvinte (atenção ao falante; interesse pela mensagem);
- c) Valorizar a atitude de bom ouvinte no grupo;
- d) Colher informações;
- e) Movimentar-se numa biblioteca: no ambiente físico da mesma - catalogos, fichários, estantes (se for o caso); numa obra de referência (dicionário, gramática, etc.), nos índices das obras; em obras diversas.
- f) Valorizar a expressão artística de obras literárias.
- g) Utilizar a leitura como meio de recreação.
- h) Realizar leitura em voz alta, dando-lhe ênfase e expressividade.

ATIVIDADES DE CODIFICAÇÃO

(falar e escrever)

1. As atividades de codificação terão como objetivos geral o desenvolvimento:
 - a. da comunicação oral e da comunicação escrita, adequadas à situação e ao contexto sócio-cultural;
 - b. da expressão, como exteriorização psíquica do indivíduo.
2. Assim, ao final deste grau, o aluno deverá ser capaz de:
 - a. Expor suas idéias de maneira:
 - precisa;
 - desembaraçada;
 - ordenada;
 - fluente;
 - adequada aos objetivos da comunicação e ao contexto (situação ouvinte, etc.).
 - b. Expressar oralmente e/ou por escrito suas impressões pessoais, a respeito de estímulos diversos, percebidos na realidade (ao vivo) ou através de representações dessa realidade (livros, revistas e jornais; filmes, obras de arte em geral, etc.).
 - c. Planejar e elaborar:
 - narração;
 - descrição;
 - dissertação;
 - argumentação;
 - resumos;
 - fichas;
 - roteiros.
 - d. Dar ênfase e expressividade à sua elocução, quando interpretar e dramatizar textos elaborados por outros ou textos de sua própria elaboração.
 - e. Improvisar diálogos para uma situação dada ou criada pelo aluno
 - f. Transmitir, de forma organizada, oralmente e por escrito, informações de que dispõe.

- g. Defender seus pontos de vista, argumentando com coerência e eficácia.
- h. Tomar notas, captando o essencial de informações.

ATIVIDADES DE ESTUDO DO CÓDIGO LINGÜÍSTICO

1. As atividades de estudo do código lingüístico terão como objetivo geral:
 - a) o desenvolvimento da comunicação oral e da comunicação escrita, adequadas à situação e ao contexto sócio-cultural, com ênfase nas situações e contextos que exijam o padrão lingüístico considerando cultõ, na região em que estiver localizada a escola;
 - b) a sistematização dos conhecimentos lingüísticos do aluno.
2. Assim, ao final deste grau, o aluno deverá ser capaz de:
 - IDENTIFICAR, DESCREVER, COMPARAR, CLASSIFICAR estruturas, processos e funções lingüísticas:
 - a. INTERPRETANDO-OS em atividades de Decodificação (análise);
 - b. APLICANDO-OS em atividades de Codificação (síntese).
3. Para que o aluno possa apresentar esses comportamentos de saída, o professor optará por uma das alternativas abaixo, no que diz respeito às atividades de Estudos de Código Lingüístico. Essa opção se fará em função de:
 - a. formação profissional do professor
 - b. realidade apresentada pelos alunos em termos de conhecimentos e habilidades.

1ª ALTERNATIVA

Desenvolvimento do estudo do código lingüístico, em suas estruturas, processos e funções, através da utilização correta de termos tais como: sintagma, morfema, fonema, denotação, conotação, área semântica, encadeamento e hierarquização ...

2ª ALTERNATIVA

Desenvolvimento do estudo do código lingüístico em suas estruturas, processos e funções, através da utilização correta de termos tais como: estrutura sintática, oração, período, regência, concordância, classes de palavras, estrutura morfológica, prefixo, sufixo, radical.

LITERATURA NACIONAL

1. O ensino de Literatura Nacional se fará através de três abordagens:
 - a) iniciação à teoria literária;
 - b) visão panorâmica da história da Literatura Brasileira;
 - c) atualidade literária no Brasil (não esquecendo os valores literários do Rio Grande do Sul).
2. O ensino da Literatura Nacional se norteará pelas diretrizes especiais (sem esquecer as diretrizes gerais já indicadas para Língua e Literatura):
 - a) a Literatura, como expressão global do homem, deverá ser estudada dentro do contexto sócio-cultural em que se produziu, não podendo, portanto ser abordada apenas como História da Literatura.
 - b) A obra literária será o foco do estudo, partindo-se da expressão artística de bons autores e não apenas de sua personalidade.
 - c) O ensino da Literatura Nacional, no 2º grau, visará à formação básica do aluno, visto que somente ao ensino de 3º grau caberá a formação de especialistas em Literatura.
3. O ensino da Literatura Nacional terá como objetivos gerais:
 - a) compreender a Literatura como fenômeno humano e expressão de uma realidade social;
 - b) refletir sobre o conteúdo cultural dessas obras, enriquecendo sua experiência humana;
 - c) valorizar a obra literária como expressão artística;
 - d) aperfeiçoar seus próprios recursos de expressão.

4. Assim sendo, ao final deste grau, o aluno deverá ser capaz de:

a) IDENTIFICAR num texto dado:

- . o gênero literário;
- . os tipos de personagens;
- . os elementos locais e universais;
- . o assunto;
- . características de movimentos literários;
- . os aspectos de uma dada realidade social;
- . os recursos formais utilizados pelo autor (estilo).

b) DESCREVER, a partir de um texto dado:

1. a estrutura do gênero literário no qual se enquadra esse texto.
2. as características de: personagens, gênero literário, movimentos literários.

c) COMPARAR:

- a partir de textos dados:
 - . os recursos formais (estilísticos) de dois autores de um mesmo movimento literário;
 - . as características de mais um movimento literário.
- a partir de um quadro teórico de referências
 - . a Literatura com as demais Artes.

d) CLASSIFICAR, a partir de um quadro de referências, ou de critérios dados:

- texto, quanto ao gênero literário;
- personagens, quanto ao tipo
- autores, quanto aos recursos formais utilizados em um determinado texto (fases pelas quais passa o autor);
- obras literárias, quanto à estrutura.

DIRETRIZES GERAIS PARA A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DO NÚCLEO
COMUM DO ENSINO DE 2º GRAU

1. - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

1.1 - A Educação Artística terá um total de 64 horas-aula no ano letivo.

1.2 - A Educação Artística deverá ser planejada sempre que possível, com a disciplina Literatura Nacional.

A Educação Artística, assim, deve ser trabalhada no(s) mesmo(s) semestre(s), especialmente no tocante às características e realizações artístico-literárias de movimentos, tais como: Barroco, Romantismo, Realismo, Simbolismo, Modernismo e Contemporâneo.

1.3 - A Educação Artística deverá buscar integração, com as disciplinas que compreendem a Área de Estudos Sociais.

1.4 - A Educação Artística deverá dar ênfase às atividades de livre expressão do aluno.

1.5 - Os objetivos destas diretrizes apresentam-se a nível de Secretaria, devendo ser operacionalizados pelo professor, no planejamento de sua atividade docente.

1.6 - A avaliação da aprendizagem do aluno em Educação Artística, obedecerá às diretrizes legais e às técnico-pedagógicas emanadas da S.E.C.

1.7 - A Educação Artística será desenvolvida em duas modalidades:

a) Cultura Artística

b) Clubes de Arte

1.8 - A Educação Artística no Ensino de 2º Grau visa à formação básica do aluno no que tange à:

a) sistematização do trabalho criador (Codificador-Emissor);

b) sistematização da compreensão e apreciação de obras de arte (Código-Conhecimento);

c) efetivação do aluno como verdadeiro consumidor de arte (Decodificador-Receptor).

1 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CULTURA ARTÍSTICA

- 1.1 - A Cultura Artística terá um total de 32 horas-aula no ano letivo.
- 1.2 - A Cultura Artística se fará através das seguintes abordagens:
 - a) iniciação à teoria das Artes: Plástica, Musical, Dramática, Cinematográfica, Coreográfica e outras;
 - b) visão panorâmica da História das Artes no Brasil;
 - c) atualidade artística no Brasil (não esquecendo os valores artísticos do Rio Grande do Sul).
- 1.3 - A Cultura Artística se norteará pelas diretrizes especiais (sem esquecer as diretrizes gerais para a Educação Artística):
 - a) a Cultura Artística, como expressão global do homem, deverá ser estudada dentro do contexto sócio-cultural em que se produziu, não podendo, portanto, ser abordada apenas como história das artes;
 - b) a obra de arte será o foco de estudo, partindo-se da expressão são criadora de artistas representantes dos movimentos mais significativos nas Artes;
- 1.4 - Os métodos e técnicas utilizados pelo professor deverão enfatizar a atividade do aluno, reservando-se um máximo de 20% de aulas expositivas ao professor.
- 1.5 - A Cultura Artística terá como objetivo levar o aluno à:
 - a) compreender as obras de arte como um produto humano e expressão de uma realidade social;
 - b) refletir sobre o conteúdo cultural dessas obras, enriquecendo sua experiência humana;
 - c) valorizar a obra de arte como fruto de um trabalho consciente;
 - d) aperfeiçoar seus próprios recursos de interpretação das obras de arte;
 - e) sistematizar seus conhecimentos sobre a Arte.
- 1.6 - Ao final das atividades de Cultura Artística, o aluno deverá ser capaz de:

- 2.6.1 - Identificar, descrever, comparar, classificar estruturas, processos e funções artísticas:
 - a) interpretando-os em atividades de decodificação (análise)
 - b) aplicando-os em atividades de codificação (síntese);
- 2.6.2 - demonstrar atitudes conscientes de bom receptor;
- 2.6.3 - comunicar informações sobre Arte, colhidas em fontes diversas, por meio de esquemas e estilo pessoais;
- 2.6.4 - utilizar a arte como fonte de lazer e de cultura.
- 2.7 - É indicável, para orientar as atividades de Cultura Artística, um professor de Filosofia que deverá planejar, em conjunto, trabalho cooperativo com os professores responsáveis pelos Clubes de Arte.

3. - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CLUBES DE ARTE

- 3.1 - Cada Clube de Arte terá um total de 32 horas-aula no ano letivo
- 3.2 - Os Clubes de Arte se nortearão pelas seguintes diretrizes essenciais (sem esquecer as diretrizes gerais, já indicadas para Educação Artística);

As atividades programadas deverão enfatizar a prática da arte e o respeito à cultura artística em suas diversas manifestações.
- 3.3 - Os Clubes de Arte têm por objetivos proporcionar ao aluno:
 - a) expressar-se individualmente e/ou em grupo, com criatividade
 - b) sistematizar as técnicas de expressão criadora;
 - c) vivenciar realizações artísticas.
- 3.4 - Cada escola deverá oferecer ao aluno três modalidades de Clube de Arte Musical, Arte Dramática e Artes Plásticas.
- 3.5 - O aluno durante todo o período letivo, deverá, obrigatoriamente frequentar um Clube de Arte de sua livre escolha, sendo-lhe, e, portanto, facultada a troca de Clube no segundo semestre.
- 3.6 - Ao final das atividades realizadas nos Clubes de Arte o aluno deverá ser capaz de:

- 1 - praticar um tipo de arte;
- 2 - demonstrar domínio de seus próprios recursos de expressão;
- 3 - demonstrar receptividade às realizações artísticas.

As atividades dos Clubes deverão ser integradas, sempre que possível, entre si e com as atividades da Cultura Artística.

As escolas do Estado deverão ter obrigatoriamente, um orfeão geral com a finalidade especial de interpretar corretamente o hinário cívico e o repertório do folclore brasileiro preparando o aluno para o exercício consciente da cidadania.

O Orfeão Geral poderá ser desenvolvido como atividade extra-classe.

Os Clubes de Arte deverão, respectivamente, ser orientados pelos professores de Educação Plástica, Educação Musical e Educação Dramática.

Não contando com esses professores, a escola deverá recorrer, para orientação dos Clubes de Arte, ao concurso de:

- a) professores das respectivas especializações, de outros estabelecimentos de ensino;
- b) outros professores da própria escola, que demonstrem aptidão para tal;
- c) pessoas capacitadas, da comunidade, que serão orientadas pelos Supervisores de Educação Artística da respectiva D.E.e/ ou da C.R.E.

Elaborado por:

Iara Valesca Babot - D.A.C. - S.E.C.

Lélia Maia - Instituto de Educação
Gen. Flores da Cunha

Laura Bohn Lautert - D.A.C. - S.E.C.

Wilmar Pereira dos Santos - D.A.C. -
S.E.C.

Parecer 349/72 - Conselho Federal de Educação

Parecer 871/72 - Conselho Federal de Educação

CRITÉRIOS PARA CURRÍCULOS DO ENSINO DE 2º GRAU - MINISTÉRIO DA
Educação E CULTURA - DEM - 1972

PLANO ESTADUAL DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DE ENSINO / 72.

SUGESTÕES PARA A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE EDUCAÇÃO
FÍSICA, NO ENSINO DE 2º GRAU, COMO PARTE INTEGRANTE
DA EDUCAÇÃO GERAL

Elaboração de:

Nair Pastro Pereira

1. O ensino de Educação Física terá um total de 270 horas, sendo na habilitação específica para o Magistério, terá 200 horas no curso Comum e as restantes 70 horas serão incluídas na Formação Especial, na Didática da Educação Física.
2. No 2º grau, a Educação Física caracterizar-se-á:
 - por atividades que contribuam para o desenvolvimento orgânico e harmônico, para a formação integrada de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do Educando, aliados a sua feita socialização, à conservação da saúde, fortalecimento da vontade aquisição de novas habilidades estímulos às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios, que lhe facilitem o emprego útil das horas do lazer.
3. Nas Escolas, onde houver número suficiente de especialistas em Educação Física dois ou mais professores, poderá haver, no mesmo curso, atendimento a uma ou mais turmas, subdivididas em grupos homogêneos, quanto a habilidade e conhecimento, para um melhor aproveitamento por parte do Educando.
4. O Professor de Educação Física planejará o seu trabalho, sempre

que possível, relacionando-o com o de Educação Artística e o de Língua Portuguesa.

Para isso é necessário que as disciplinas sejam trabalhadas no (s) mesmo(s) semestre (s).

5. O professor de Educação Física deverá buscar integração, quando possível, com aqueles conteúdos de História, Geografia e Biologia que o aluno já tenha tratado em aula, assim também fará com os Programas de Saúde, onde encontrará Unidades que enriquecerão suas aulas.
6. Os métodos e técnicas utilizadas, pelo professor de Educação Física, deverão enfatizar a atividade do aluno, reservando-se o mínimo de aulas expositivas.
7. Os objetivos mantidos nestas sugestões, elaborados à nível de Secretaria deverão ser operacionalizados, pelos professores, ao início do período de cada aprendizagem (Unidade Aula).
8. A avaliação da aprendizagem em Educação Física obedecerá diretrizes técnicas-pedagógicas emanadas da SEC.
9. A parte de Formação Especial - "Habilitação para o Magistério" desenvolverá através da Didática da Educação Física desenvolver uma programação que possibilite a futura professora a trabalhar no 1º grau, com o currículo por Atividades 1ª, 2ª, 3ª séries e, com o currículo por Área 4ª, 5ª, 6ª séries.
10. No 2º grau, deverá ser enfatizado o aprendizado e a prática dos Desportos, considerando as necessidades e o interesse do Educando, nesta fase de evolução, preparando-o não só para a continuação das práticas no 3º grau, mas também, para uma vida sadia e esportiva na sociedade em que vive.
- Entretanto, neste grau de ensino, as demais formas de atividades físicas deverão integrar o Planejamento de Educação Física, como a Recreação, Ginástica e a Dança.
11. O Ensino da Educação Física, no 2º grau, se fará através de quatro

conjuntos de atividades:

- I - Recreação
- II - Danças
- III - Ginásticas
- IV - Desportos

I - RECREAÇÃO

Justificativa da inclusão da Recreação no planejamento de Educação Física no 2º grau:

- como instrumento de educação social;
- como um dos mais poderosos instrumentos capazes de tirar o adolescente da ociosidade, encaminhando-o à prática sadia dos jogos, das danças, das atividades ao ar livre;
- como meio valioso indispensável na utilização adequada das horas de lazer;
- como processo de integração do educando na sociedade.

A aprendizagem das atividades recreativas efetuadas no ensino de 1º grau, deverão permanecer abrangendo outros centros de interesse.

Recomendamos que, no 2º grau, além das práticas recreativas (jogos recreativos, atividades ao ar livre, danças) seja ensinado o "Xadrez", que além de recreação é um excelente exercício mental, estimulando a atenção e o raciocínio.

II - DANÇA - Justificativa da inclusão da dança no planejamento de Educação Física, no 2º grau, pelos valores que representa:

- Valor Físico - melhoria do desenvolvimento físico praticante;
- Valor Moral - desenvolve a perseverança, o autodomínio, o cavalherismo, etc.;
- Valor Mental - exercita e estimula a atenção, a imaginação a memória e o raciocínio. É um excelente agente de caráter recreativo;
- Valor Social - desenvolve o senso de responsabilidade e o respeito às normas sociais;
- Facilita e beneficia a convivência entre rapazes e moças (co

educação);

- O professor Tomaz Ribas diz - "A Dança é uma das mais fortes e punjantes expressões da alma e do sentimento do povo. As danças, quando a elas nos entregamos com o coração limpo e o espírito são, nada tem de menos digno ou honesto. Não veja mos com sentimento menos limpos aquilo que em si é puro e a sã alegria do homem jamais o poderá tornar vil".
- Recomendamos aos professores de Educação Física, do 2º grau, que além das Danças Folclóricas gaúchas, brasileiras e inter nacionais, desenvolvam e enfatizem, para as moças, a Dança Moderna ou Livre, que oferece à educanda, a oportunidade de expressar-se criadoramente.
- Por seu valor educativo e cultural, a Dança não pode deixar de constituir uma das Unidades do Planejamento Escolar.

I - GINÁSTICA

Justificativa da inclusão da Ginástica no Planejamento Educação Física no 2º grau:

- Para assegurar uma ação formativa total, orgânica e funcio nal porque permite alcançar o maior aperfeiçoamento da forma e do movimento, como formação corporal, destreza psico-moto ra, como meio de expressão, como valor estético e como reali zação de um valor objetivo como objeto de cultura;
 - A ginástica tem valor por si - É um objeto de cultura, tanto como o jogo e o esporte;
 - Dizemos que é indispensável, porque permite cumprir alguns objetivos da formação biopsico-espiritual, que o desporto não consegue com igual intensidade;
 - Porque facilita o processo de formação, adaptando-se às exi gências do tempo, do espaço e aos meios que se dispõe;
 - A ginástica forma o homem, assim como o jogo é o Desporto.
- O homem que uma vez formado, é capaz e apto para o tra

balho, para o desporto e para uma vida sadia.

- A ginástica, nos programas de Educação Física, do 2º grau, se propõe especificamente a cumprir os fins da Educação Física particularizando uma ação sobre formação corporal, a educação dos movimentos e a capacidade física, atuando em segundo lugar (como ação mais geral) sobre o aperfeiçoamento da saúde, a eficiência física e sobre os objetivos referentes à instância psico-espiritual do educando;

Sugerimos aos professores de Educação Física do 2º grau a intensificação do aprendizado e o aperfeiçoamento da Ginástica Olímpica, que já foi iniciada no 1º grau, para ambos os sexos, e a Ginástica Feminina Moderna para as moças.

IV - DESPORTOS

Justificativa da maior ênfase do aprendizado e prática dos Desportos no Ensino de 2º grau;

- O Desporto é um fim em si, e é também, um meio de Educação Física um meio indispensável, porque é uma atividade própria do educando e que este necessita para sua formação;
- O Desporto é um meio educativo por seu valor em si e, especialmente, porque dá lugar ao "ato educativo", criado pelo mestre, que aproveita, estimula e intensifica a ação formativa do jogo em si, e o agrega com conteúdo próprio ou psico-espiritual, ou educativa propriamente dita.

Este conteúdo próprio que transmite o professor, é o que se chama "influência educativa do Desporto".

- O Desporto completa todo o programa de Educação Física, desde a infância, por assim dizer, até a idade adulta.

Valores Formativos do Desporto:

- Atividade física interna (necessária para manter o tonus da atividade vital, para estimular a formação, crescimento, desenvolvimento)

to, aperfeiçoamento e para aperfeiçoar as destrezas;

- O desenvolvimento das massas musculares;
- O aperfeiçoamento de todas as funções;
- O aperfeiçoamento da saúde;
- O aperfeiçoamento das qualidades psíquicas e da atividade da consciência, construção do caráter, educação da vontade;
- Formação da personalidade e desenvolvimento das qualidades sociais;

- O Desporto cria atitudes particulares de disciplina, solidariedade espírito de grupo, lealdade, fidelidade, altruísmo, responsabilidade e, finalmente, de espírito desportivo;

- O Desporto do ponto de vista da Educação Física, se propõe:

- . a aumentar a energia bio-psico-espiritual (por isso é uma atividade completa);
- . a exercitar uma intensa ação formativa (quantidade de trabalho);

- Recomendamos aos professores de Educação Física do 2º grau, a inclusão, sempre que possível, nos seus planejamentos, dos dois Desportos Fundamentais - A Natação e o Atletismo.

A natação, porque atua sobre todo o corpo, (sobre os músculos e sobre as funções) tem um grande valor funcional, cria variadas destrezas e proporciona o domínio do próprio corpo implica um trabalho criador de grande importância e finalmente, é um Desporto utilitário (domínio da água, salvação e etc.).

O atletismo, porque permite obter um desenvolvimento harmônico completo, porque no atletismo encontramos entre outros a velocidade, a força a resistência, a espontaneidade, o cultivo do psico-físico e espiritual, a ação sobre a inteligência, sobre as esferas emotivas e volitivas.

- Sugerimos também, a inclusão de, pelos menos duas modalidades de Desporto Coletivo, no Planejamento de Educação Física, como: Voleibol, Basquete, Hand-Ball.

Acreditamos que o atletismo, dada a variedade de atividades naturais que desenvolve, prepara o educando, também, para os Desportos Coletivos.

- O educando no 2º grau, deverá:

. Aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos (Regras e Técnicas) dos Desportos praticados e, cuja iniciação foi feita no 1º grau, como também adquirir conhecimentos de outros esportes não praticados na Escola, para enriquecimento cultural e como motivação para suas horas de lazer, no Clube, nos veraneios;

. Conscientizar-se do valor do Desporto para sua formação integral, para a conservação de sua saúde e bem estar;

. Desenvolver o espírito de equipe, cooperação e liderança;

. Desenvolver hábitos de higiene e adquirir conhecimentos sobre saúde nos socorros de urgência, (devem ser conservados e aprofundados no 2º grau, paralelamente com o ensino de todas as disciplinas do Currículo, principalmente, com Programas de Saúde).

Baseados nos objetivos do 1º grau, o educando, no 2º grau deverá aperfeiçoar em profundidade e complexidade, as habilidades, os conhecimentos e as técnicas adquiridas no 1º grau com vista a outras.

Assim, ao final do 2º grau, o aluno deverá ser capaz de:

- através da recreação, saber utilizar horas de lazer, integrando-se ao mesmo tempo na comunidade em que vive;

- através da dança, ter desenvolvido capacidade criativa e expressiva, possibilitando-o na elaboração de coreografias e aperfeiçoamento de seu campo expressivo;

- através da prática das danças folclóricas regionais, nacionais, e internacionais, conscientizar-se dos valores sociais, integrando seu Estado e sua Nação no contexto universal;

ter enriquecido sua cultura com o conhecimento dos usos e costumes dos outros povos;

- expandir-se com pureza e de forma cavalheiresca;

- demonstrar:
 - . eficiência física,
 - . formação corporal
 - . educação de movimentos;
 - . hábitos de higiene,
 - . boa saúde,
 - . boa formação total, física, orgânica e funcional,
 - . educação da vontade,
 - . liderança,
 - . caráter e personalidade;
- possuir atitudes de:
 - . disciplina,
 - . solidariedade,
 - . lealdade,
 - . espírito de grupo e de equipe
 - . altruísmo,
 - . responsabilidade e
 - . espírito desportivo;
- praticar com boa técnica, pelo menos dois desportos coletivos e um individual;
- praticar rasoavelmente, os desportos que aprendeu na Escola;
- conhecer as regras das diversas modalidades desportivas;
- conhecer para apreciar como espectador, diversos desportos individuais e coletivos;
- organizar torneios e campeonatos;
- atuar no quadro de árbitros;
- organizar clubes esportivos;

Ao término do 2º grau, o Educando deverá apresentar, como comportamento de saída, a concretização do valor das atividades físicas na sua formação integral.

DIRETRIZES PARA A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO ENSINO DE 2º GRAU

1. Considerando o artigo 1º da Lei 5692/71 e o parecer ... 853/71 do C.F.E. no que se refere a objetivo e amplitude da matéria Estudos Sociais, a disciplina de História, no ensino de 2º grau, terá como OBJETIVO GERAL:

Interpretação do contexto histórico atual:

Interpretação da ação profissional como fator histórico em relação de interdependência com outros fatores constitutivos do processo de desenvolvimento da sociedade:

Participação no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e internacional.

2. A disciplina de História, no ensino de 2º grau, desenvolver-se-á atendendo as mesmas idéias básicas da ciência, aplicadas no programa da área de Estudos Sociais, 1º grau, tendo em vista a integração vertical:

- as relações entre os fatores históricos (elementos da vida material e espiritual da sociedade) configuram o fato histórico;
- as relações entre os fatos históricos configuram uma realidade de ou contexto histórico - a complexidade destas relações depende da delimitação dos fatos no tempo e no espaço;
- as relações entre os fatores históricos, em um determinado tempo e espaço, se estabelecem de acordo com a acumulação de conquistas materiais e espirituais pelo homem, num processo de transformação evolutiva.

- observação
- descrição
- localização
- análise
- síntese
- julgamento crítico

8. As habilidades desenvolvidas no decorrer dos estudos de História tornarão o aluno, ao final do ensino de 2º grau, capaz de:

IDENTIFICAR E CARACTERIZAR

- Fatos históricos dos séculos XIX e XX significativos na formação da atual estrutura da realidade internacional e brasileira.

CONCLUIR

- que as áreas das atividades humanas estão em relação de interdependência e expressam a resposta do homem ao "mundo objetivo" na satisfação de suas necessidades materiais e espirituais, numa dimensão espaço-temporal;
- que as relações de determinados fatos econômicos, sociais, políticos e culturais, atingindo um certo grau quantitativo de complexidade, se transformam qualitativamente, dando origem a uma nova realidade histórica;
- que as mudanças nas atividades do homem nascem da sua própria natureza como processo vital e necessário da sociedade;
- que o desenvolvimento técnico-científico, o aumento demográfico, a velocidade das comunicações modificou o ritmo das relações entre os homens, determinando a interação dos Continentes e Estados no século XX, numa sociedade internacional;
- que a ação conjunta dos povos, na busca de soluções à problemas comuns, é necessária para a manutenção do equilíbrio internacional;

ternacional;

- que a acumulação intensiva das conquistas materiais e espirituais do homem no século XX determinou uma aceleração em seu desenvolvimento histórico.

Os objetivos expressos no item 8, elaborados a nível de Secretaria, deverão ser operacionalizados pelo professor ao planejar e executar seu trabalho, atendendo as peculiaridades da escola, interesses e necessidades dos alunos.

A partir do esquema de conteúdos apresentado, o professor selecionará e organizará os conteúdos em unidades de estudo, de forma adequada aos objetivos que se propõe. Os conteúdos de História do Brasil devem ser abordados em relação aos conteúdos da História mundial.

ESQUEMA BÁSICO DE CONTEÚDOS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO DE 2º GRAU

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Origens da Industrialização - Inglaterra

Industrialização científica

- avanço técnico-científico no final do século XIX
- sociedade industrial
- neo-imperialismo - expansão colonial imperialista
- tendências demográficas na primeira metade do séc.XX
- processo de urbanização
- origens da integração mundial

POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAIS

Evolução sócio-política do século XIX

- liberalismo e nacionalismo

- socialismo
- democracia

As grandes guerras

Organização política da sociedade tecnológica de pós-guerra:

- polarização - as grandes potências mundiais
- atitude de socialização face aos problemas da sociedade tecnológica
- economia capitalista e socialista

Descolonização da África e Ásia

China e Japão contemporâneos

Oriente Médio

Continente Americano

MUDANÇA NA ATITUDE DO HOMEM FRENTE A ARTE E A LITERATURA

Novas formas de expressão - rompimento com os laços tradicionais da Europa.

BRASIL IMPERIAL

Organização política - influência das idéias liberais europeias

Organização sócio-econômica

- predominância das atividades agropastoris
- influência da Inglaterra na economia

Transformações culturais

BRASIL REPUBLICANO

Implantação do regime - Constituição republicana

Características da organização política da Primeira República

Agricultura, base da economia nacional - valorização do café

Origens da industrialização - Desenvolvimento da classe média

Revolução de 1930 - constituição de 1934

Estado novo

- organização sócio-político
- processo de industrialização e urbanização

Desenvolvimento político-econômico até 1964

- revolução de março de 1964

Plano de desenvolvimento nacional

Elaboração:

Prof. Marília Corrêa Bonini

GRUPO BASE DE CURRÍCULO DEF - DEM

DIRETRIZES DO ENSINO DE GEOGRAFIA

ASPECTOS DE ORGANIZAÇÃO

1. INTEGRAÇÃO VERTICAL

O eixo fundamental de todo o estudo de GEOGRAFIA, tanto no 1º grau, como no ensino do 2º grau, sob o ponto de vista cognitivo são as **RELAÇÕES ESPACIAIS** ou sejam aquelas relações que integram os elementos do espaço terrestre e que integram os espaços entre si.

Todo o planejamento didático deve promover situações que desenvolvam, progressivamente, e de forma cada vez mais exigente, esta estrutura fundamental do conhecimento específico, atendendo ao aspecto de aprendizagem cumulativa.

Uma GEOGRAFIA SISTEMÁTICA, no 2º grau, oportuniza um aprofundamento dos estudos regionais do ensino de 1º grau.

Em linhas gerais, os temas e a estrutura de conhecimentos geográficos são permanentes, no 1º e 2º grau.

O aspecto variável consiste:

- nas escalas de espaços a serem trabalhados,
- no método específico de trabalho,
- no aprofundamento das relações espaciais que se estabelecem.

2. INTEGRAÇÃO HORIZONTAL

O professor especialista, sempre que possível, planeja rá os estudos, integrado com as disciplinas de ciências, matemática, educação moral e cívica, história, etc.

Os processos da história embasam a organização dos espaços terrestres. Os estudos de geografia integrados com os estudos de história conduzem a uma melhor compreensão dos fatos geográficos:

- A integração com as disciplinas profissionalizantes oportuniza efetiva interpretação de temas ou problemas propostos e uma valorização da própria GEOGRAFIA.

- No desenvolvimento dos trabalhos, torna-se necessário atender o objetivo estabelecido no artigo 1º da Lei 5692/71 (OBJETIVO da matéria ESTUDOS SOCIAIS);

"ajustamento crescente do educando ao meio que é cada vez mais amplo e complexo em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual de seu desenvolvimento", através de análise relativa ao espaço brasileiro.

3. DINAMISMO

Não há rigidez em relação à organização sequencial, no desenvolvimento das grandes unidades de conteúdo sugeridas. Importa sim, que o educando atinja os comportamentos finais apresentados nes sta diretriz programática.

- O desenvolvimento das habilidades de OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e SINTESE devem ser atendidos através da utilização de técnicas adequadas e dinâmicas.

- Destaca-se, como fundamental, o uso das técnicas de quantifi

ação, que deve ser intensificado neste nível de ensino.

OBJETIVO GERAL

O ensino de geografia visa desenvolver uma atitude científica e capacita o aluno a:

- analisar fatos geográficos constatando a diversidade, o dinamismo, a unidade de espaço terrestre, a sua organização pelo homem, e compreender que, como agente neste espaço, torna-se responsável na medida em que busca soluções aos problemas relativos a organização do espaço.

OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS

Ao final deste grau, o aluno deverá ser capaz de:

- IDENTIFICAR
- DESCREVER
- COMPARAR
- CLASSIFICAR FATOS espaciais do mundo e BRASIL

FATOS DEMOGRÁFICOS:

- . a distribuição
- . a dinâmica
- . a estrutura

FATOS AGRÁRIOS:

- . componentes do complexo agrário no mundo e no Brasil

FATOS INDUSTRIAIS E URBANOS:

- . fatores da atividade industrial e urbana
- . as cidades e suas funções espaciais
- . os elementos da industrialização no Brasil

IDENTIFICAR
DESCREVER
COMPARAR

- . as organizações mundiais e americanas
- . a diversificação do espaço brasileiro, com suas peculiaridades e órgão de planejamento.

CONCLUIR

- . que fatos de ordem física, fatos demográficos, fatos agrários, industriais, urbanos não são exclusivos de uma área; podem reproduzir-se com certas diferenças nos diferentes espaços da terra;
- . que os diferentes elementos que constituem os fatos demográficos, agrários, industriais e urbanos se integram diferentemente na superfície da terra, singularizando distintas unidades espaciais; o conjunto destas unidades implica na diversidade espacial do todo terrestre no que concerne a tais fatos.
- . que a originalidade das unidades espaciais decorre da integração de fatos de diferentes ordens, sejam naturais, demográficos, agrários industriais e urbanos, os quais, ao se conjugarem diferentemente, conduzem também à diversificação de conjunto do espaço terrestre;
- . que os diferentes fatos, bem como suas integrações espaciais, tem caráter dinâmico e mutável;
- . que a dinâmica, a multiplicação de integrações, de conexões tornam interdependente toda a superfície da Terra.
- . que uma melhor, mais ordenada e equilibrada organização do espaço está na razão direta do progresso tecnológico do homem.

6. MAPEAMENTO DE CONTEÚDOS

I - POPULAÇÃO E ESPAÇO

(Os Grupos Humanos)

1. A Distribuição da População (Mundial e Brasileira)
2. A Dinâmica da População (no Mundo e no Brasil)
 - O Crescimento Demográfico e suas Implicações
 - A Mobilidade da População
3. A Estrutura da População (Mundial e Brasileira)
 - Etnias
 - Composição Etária
 - Atividades Setoriais
 - População Urbana e Rural
 - Padrões de Vida:
 - . Instrução
 - . Alimentação
 - . Condições Médico-Sanitárias
 - . Renda per Cápita

II - O ESPAÇO AGRÁRIO

(As Atividades Agrárias)

1. Os Componentes do Complexo Agrário
 - Os Fatores Naturais
 - Os Sistemas Agrícolas
 - Os Tipos de Cultivo
 - A Estrutura Social Agrária
2. O Uso da Terra nos Países Tropicais e Temperados
3. A Agropecuária no Brasil

III - O ESPAÇO INDUSTRIAL E URBANO

(As Atividades Urbanas)

1. As Atividades Industriais e seus Fatores
2. Industrialização e Urbanização
3. Os Transportes e o Comércio
4. As Cidades:

- . Relações Cidade-Campo
- . Funções Urbanas
- . Hierarquia e Rede Urbana
- 5. Os Grandes Complexos Urbanos - Industriais do Mundo
- 6. A Industrialização no Brasil

IV - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

1. As Organizações Mundiais e Americanas
 - . A atuação da ONU e suas Agências Especializadas
 - . A OEA e a CEPAL
2. Tentativas de Integração Econômica
 - . Mercado Comum Europeu e COMECON
 - . A ALALC e o Brasil
3. O Planejamento Regional diante da Heterogeneidade Nacional
 - . As Unidades Regionais Brasileiras e os Órgãos de Planejamento
 - . A Integração da Amazônia e do Norte
 - . O Sudeste e seu Papel no Desenvolvimento Brasileiro

7. AVALIAÇÃO

Os estudos propostos são melhor avaliados na medida em que o especialista de GEOGRAFIA, TRANSFORMA objetivos comportamentais em operacionais.

A avaliação da aprendizagem do aluno obedece as diretrizes legais e as técnico-pedagógicas emanadas da SEC.

Elaboração:

Prof. Igor Antônio Gomes Moreira

e

Profª. Miriam Rejane Saraiva Moreira

RETRIZES PARA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA,
ENSINO DE 2º GRAU, COMO PARTE INTEGRANTE DO NÚCLEO COMUM.

Elaboração:

Leda Sperb Lopes e

Marialva da Costa Ferreira

INTRODUÇÃO

O ensino de Matemática terá um total mínimo de 270 ho
s e sugere-se que seu estudo seja efetuado ao longo dos três anos,
sando a sua continuidade.

A sugestão de programa aqui apresentada visará a aten
er o momento de transição em que nos encontramos e, portanto, deverá
er adaptada, tendo em vista as condições dos professores e dos alu -
os a quem se destina.

O detalhamento e organicidade do programa ficam a car
o das escolas, através dos professores e das coordenações, após efe
uar uma sondagem que lhes permite verificar o nível de conhecimentos
m que seus alunos se encontram.

O ensino do 2º grau visa à profissionalização e, portan
o, contamos com menos tempo para a parte de formação geral. Isso não
mplica em que se desenvolva um trabalho de nível mais baixo ou que
samente uma redução de conteúdos seja feita, mas, principalmente, em
atualizar o ensino mais produtivo e enfatizar as atividades do aluno,
de modo a levá-lo a desenvolver principalmente o pensamento matemáti-
co.

I - OBJETIVOS

De acordo com o parecer 853/71, do Conselho Federal de
Educação: "A Matemática tem por função tornar o educando capaz de ex
plicar o meio próximo e remoto que o cerca e atuar sobre ele, desenvol
vendo para tanto o espírito de investigação, invenção e iniciativa, o

pensamento lógico e a noção de universalidade das leis científicas matemáticas. Repetimos que não se despreza o conhecimento feito e aprendido, e sim que a ele se deverá chegar pela redescoberta dos princípios gerais em relação aos quais, em cada caso, o conhecimento funcionalmente uma aplicação.

Procurar-se-á, desde o início, levar o aluno, com apoio em situações concretas, a compreender as estruturas da realidade suas relações, deixando em segundo plano a aquisição de mecanismos puramente utilitários para a solução de "problemas" práticos. Claro está que ainda não se dispensa a habilidade do cálculo mental; mas também aqui parte-se de que tal habilidade, ao invés de constituir fim, deve sempre incluir-se em mais amplas construções lógicas e delas resultar".

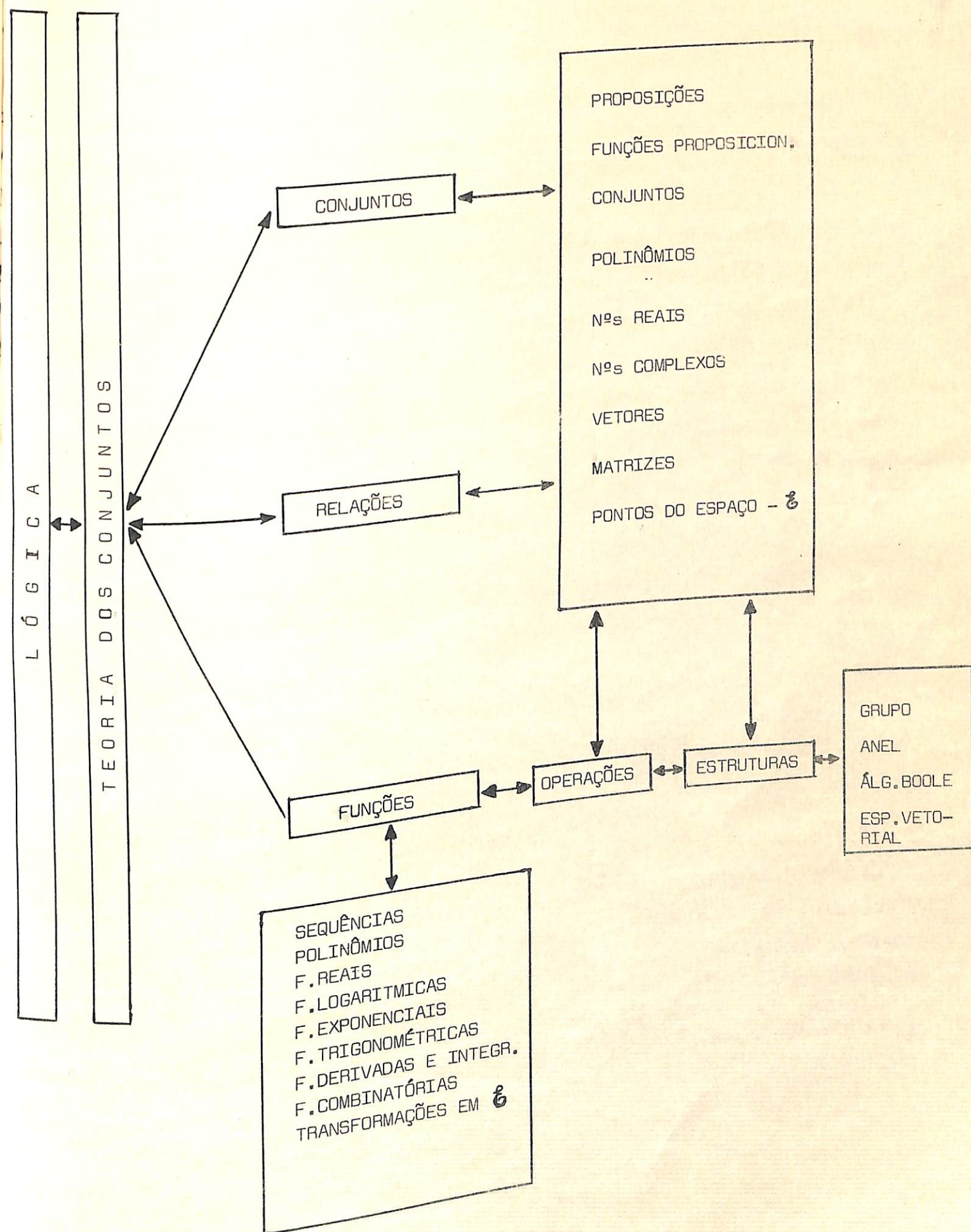
Os objetivos da Matemática no núcleo comum são de uma maneira geral os mesmos do Ensino Fundamental, porém, em nível mais elevado:

- . determinar conjuntos
- . estabelecer relações e reconhecer suas propriedades
- . discriminar funções e classificá-las
- . realizar operações e identificar suas propriedades
- . construir estruturas
- . resolver problemas de vida nas diferentes estruturas

Entretanto, agora o aluno deve atingir um nível de maior profundidade, chegando a sistematizar os conceitos estudados através do desenvolvimento de suas capacidades de: abstração, generalização, interpretação de princípios, aquisição de uma linguagem simbólica, relacionamento de dados, discriminação de valores, obtenção de conclusões, reflexão, e através de seu ensino: comunicação, convivência, cooperação, decisão e ação.

Os objetivos aqui propostos deverão ser reelaborados pelos professores, tendo em vista sempre os alunos a que se destinam.

SUGESTÃO ESQUEMÁTICA DE CONTEÚDOS PARA
ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE MATEMÁTICA



Como o próprio esquema sugere a Matemática no Ensino Médio, tomando como base a Lógica e a Teoria dos Conjuntos, deverá dar uma ênfase toda especial ao conceito de função e ao estudo de determinadas funções.

A parte de Lógica não necessariamente será tratada de maneira sistemática. Se o professor achar necessário sua sistematização, poderá fazê-lo em momento oportuno.

A Teoria dos Conjuntos que foi estudada, em parte, pelos alunos que ingressam no Ensino Médio, deverá agora ser aprofundada, através de um tratamento sistemático.

O aluno a quem se destina este programa, já tomou conta to, sistemático ou não, com o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais, e reais e o conjunto dos pontos de um plano e neles estabeleceu relações, realizou operações e estudou as propriedades dessas relações e operações. O trabalho será então desenvolvido em outros conjuntos. Sugerimos que devido a sua complexidade, seja retomado o conjunto dos números reais e ainda sejam apresentados os conjuntos: das proposições, das funções proposicionais, de conjuntos, dos polinômios dos números complexos, dos vetores, das matrizes e dos pontos do espaço, onde o aluno deverá ser levado a estabelecer relações e a realizar operações, bem como identificar as propriedades das relações e das operações. Quanto ao conjunto de vetores, lembramos que a noção de vetor deve ser desenvolvida de maneira generalizada e não apenas ficar ligada à noção de força livre.

No estudo das funções sequenciais deverá ser dada ênfase ao estudo das progressões. Talvez seja também este um dos momentos úteis para salientar aos alunos a importância do método indutivo matemático, bem como a distinção entre método indutivo e método intuitivo.

O estudo das funções polinomiais deverá ser feito através da Álgebra Linear, dando maior enfoque à função linear e a função quadrática.

Quanto as funções reais, sugerimos que neste momento o professor retome o estudo de conjunto dos números reais e o das funções, com os quais o aluno já teve contacto, para fazer agora um estudo sistemático das funções reais: definição e classificação: quanto à correspondência entre os elementos de seu domínio o seu conjunto de chegada, quanto à paridade, quanto à monotonacidade e quanto à continuidade. Recomendamos aqui um estudo detalhado de gráficos de funções visando sua aplicação na vida prática.

No estudo das funções logarítmicas e exponenciais deverá ter maior realce a parte de propriedades. Sugere-se que neste momento o aluno trabalhe com régua de cálculo.

No estudo das funções trigonométricas deverá ser iniciado com o grupo das rotações para chegar ao conceito de ângulo, e seu desenvolvimento será feito através da Álgebra Linear. Lembramos que a introdução do estudo das funções trigonométricas visa à resolução de triângulos, portanto nesta unidade sugere-se trabalhar apenas com as funções: seno, co-seno e tangente.

As funções derivadas devem partir da noção de limite, fundamental para o desenvolvimento do pensamento matemático e as funções integrais devem levar ao cálculo, de áreas e volumes em geral.

Quanto à combinatória: deverá ser desenvolvida a partir do estudo de funções definidas em conjuntos finitos. Neste momento seria útil dar aos alunos uma noção de probabilidade, levando-os a estabelecer a diferença entre fenômenos determinísticos e probabilísticos.

No conjunto dos pontos de espaço - , vamos estudar as transformações bicontínuas (topológicas), as projeções, as afinidades, as simetrias e as isometrias e, através da composição destas, chegar às diferentes estruturas do espaço.

Quanto às estruturas: à medida que forem surgindo modelos de grupo, anel, álgebra de Boole e espaço vetorial, o professor deverá dar a estas um enfoque especial, deixando para um ponto culminante do trabalho, se possível, seu tratamento de uma maneira abstrata.

Observação: O detalhamento da Matemática como instrumental seguirá junto aos programas específicos, ou então, oportunamente, e em qualquer hipótese deve ser compatibilizado com o do núcleo comum.

III - AVALIAÇÃO

No que diz respeito à avaliação o professor deverá fazê-la segundo as instruções emanadas da SEC através do subsídio 2/ 72 16.06.72 da Unidade de Pesquisa, Supervisão e Orientação Educacionais.

- . -

DIRETRIZES PARA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS NO ENSINO DE 2º GRAU, COMO PARTE INTEGRANTE DO NÚCLEO COMUM

A disciplina de Ciências Físicas e Biológicas será constituída por estudos em aspectos biológicos, físicos e químicos de fenômenos e processos naturais, bem como por conteúdos específicos que fundamentem esses estudos, os quais se integrarão principalmente por meio de objetivos e metodologia comuns. Os diferentes aspectos mencionados deverão ser abordados simultaneamente, sem que haja preponderância de um em detrimento dos demais.

Ao início de cada período escolar os professores de Ciências Físicas e Biológicas deverão planejar conjuntamente o trabalho docente, atentando para a correlação necessária principalmente quando determinados conteúdos exigam conhecimentos a serem proporcionados pelos campos afins que constituem a disciplina (é o caso, por exemplo, de noções de química para a melhor compreensão dos processos de nutrição dos seres vivos).

A seleção de conteúdos, bem como o dimensionamento da sua amplitude e a indicação dos conceitos fundamentais a serem construídos em cada etapa de ensino (unidade, projeto), serão feitos ten

do em vista possibilitar a um tempo o alcance dos objetivos visados e a fundamentação geral necessária como embasamento às disciplinas instrumentais e profissionalizantes afins da parte diversificada.

Ao iniciar-se o período letivo, o professor deverá realizar sondagem que lhe permita compatibilizar o desenvolvimento da disciplina de Ciências Físicas e Biológicas com as necessidades e possibilidades reais dos alunos, constituindo-se essa sondagem inicial em ponto de partida de um processo de avaliação constante.

A disciplina de Ciências Físicas e Biológicas se constitui no 2º grau na continuação natural do campo de Ciências Físicas e Biológicas (área de ciências) de 1º grau. Será portanto considerado como comportamento de entrada a ser aferido por sondagem, o comportamento correspondente aos níveis propostos para a conclusão do 1º grau na Área de Ciências.

Será dada ênfase aos métodos de ensino que possibilitem e favoreçam "o desenvolvimento das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, encaradas como objetivo geral do processo educativo" (Resolução 853/71 do CFE, art. 3º, parágrafo 1º); estimulando-se no aluno a autodeterminação e auto-avaliação.

OBJETIVOS:

"O educando deverá ser capaz de:

- explicar o meio próximo e remoto que o cerca
- e atuar sobre ele
- desenvolvendo para tanto
- o espírito de investigação, invenção e iniciativa
- o pensamento lógico
- e a noção da universalidade das leis científicas".

Aplicar habilidades de observar, coletar dados e raciocinar no desenvolvimento do estudo da disciplina.

Manipular com habilidade equipamentos destinados à ex

perimentação.

Reconhecer a importância de examinar objetiva e criticamente os dados disponíveis, organizando-os, interpretando-os e comunicando com clareza e precisão as conclusões.

Utilizar adequadamente a literatura pertinente na procura de indicações para a solução de problemas.

Justificar a posição da Ciência como uma atividade humana por meio da qual o homem investiga seu ambiente.

Aplicar conhecimentos demonstrando compreender as inter-relações da biologia, física e química e o papel desses campos científicos no desenvolvimento do mundo atual.

Manifestar-se demonstrando curiosidade, perseverança, tolerância com a opinião alheia, julgamento cauteloso e honestidade intelectual.

SUGESTÃO DE CONTEÚDOS MÍNIMOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS:

1ª PARTE

1. Relações de dependência dos seres vivos meio-ambiente

- Ecossistema
- Componentes biológicos e abióticos do meio
- Utilização cíclica da matéria e da energia
- Cadeias alimentares
- Biociclos
- Interações ecológicas
- Populações e comunidades

2. Princípios básicos da vida

- Estrutura, organização e desenvolvimento dos seres vivos: a base físico-química e funcional da vida

Estudo geral dos seres vivos

- Processos de:
 - nutrição
 - reprodução
 - coordenação
 - regulação
 - sentidos
- Comportamento animal

3. Continuidade genética da vida

- Hereditariedade; Leis de Mendel
- Código genético
- Padrões de transmissão dos genes e características
- Variações na expressão dos genes (pleiotropia; interação não alélica; Herança poligênica; herança ligada ao sexo)
- Herança dos sistemas ABO e RH
- Herança do meio
- Mutação
- Seleção natural
- Evolução

IIª PARTE

1.

1.1 - Sistemas materiais

- Misturas - compostos, elementos, massa atômica, massa molecular
- Atomograma - Mol

1.2 - Atomística

- Estrutura do átomo - ligações químicas, classificação periódica.

2.

2.1 - Reações químicas

- Tipos de reação. Oxidação e redução
- Estado sólido, líquido e gasoso
- Funções da Química

Hidretos, Óxidos, ácidos, bases e sais.

3.

3.1 - Físico-química I

- Complementos à atomística - radioatividade
- Termoquímica
- Cinética
- Equilíbrio químico

4.

4.1 - Físico-química II

- Soluções em geral - Propriedades coligativas
- Soluções iônicas e fenômenos eletrolíticos e potenciais de oxidação
- Equilíbrio iônico nas soluções PH
- Colóides

5.

5.1 - Química Orgânica

- Estrutura e propriedades dos compostos orgânicos
- Funções e grupos funcionais em geral
- Hidrocarbonetos
- Derivados oxigenados. Alcoois e fenois, eteres, aldeídos e cetona, ácidos carboxílicos e esteres.
- Derivados nitrogenados: aminas, amidas, nitrilas, aminoácidos
- Glicídios - Lipídios - Proteínas.
- Compostos heterocíclicos

IIIª PARTE

1. Introdução:

1.1 - Natureza da Ciência

1.2 - Referenciais

1.3 - Interações

1.4 - Matéria e Energia

2. Ondas e Átomos:

- 2.1 - Modelos para Luz e Som
- 2.2 - Teoria Ondulatória
- 2.3 - Modelos ondulatórios para Luz e Som
- 2.4 - Modelos para os átomos

3. Energia

- 3.1 - Definições
- 3.2 - Temperatura e Energia
- 3.3 - Força, Deslocamento e Transferência de Energia
- 3.4 - Corrente elétrica e transferência de Energia

4. Movimento

- 4.1 - Objetos em movimento
- 4.2 - Leis de Newton
- 4.3 - Movimentos Periódicos
- 4.4 - Calor e Movimento - termodinâmico.

PROGRAMA DE SAÚDE NO SEGUNDO CICLO

U N I D A D E S

- I - ECOLOGIA
- II - EPIDEMIOLOGIA
- III - CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO
- IV - SAÚDE MENTAL
- V - SAÚDE ORAL
- VI - NUTRIÇÃO

UNIDADE I - ECOLOGIA

- SUB-UNIDADE 1 - O homem e seu ambiente externo; o homem e seu ambien
te interno.
- SUB-UNIDADE 2 - Clima e saúde.
- SUB-UNIDADE 3 - Água potável.
- SUB-UNIDADE 4 - Eliminação de dejetos e do lixo.
- SUB-UNIDADE 5 - Habitação e saúde; calefação, ventilação e iluminação
acidentes no domicílio.
- SUB-UNIDADE 6 - Controle de zoonoses. Controle dos insetos. Controle
dos roedores.
- SUB-UNIDADE 7 - Os alimentos e a saúde: intoxicações alimentares, con
trole sanitário dos alimentos; manipulação de alimentos.
- SUB-UNIDADE 8 - Higiene e segurança no trabalho.
- SUB-UNIDADE 9 - Acidentes e sua prevenção. Atendimento de urgência.
- SUB-UNIDADE 10 - Responsabilidade comunitária na preservação do meio
ambiente. Organismos de saúde comunitária.

UNIDADE II - EPIDEMIOLOGIA

SUB-UNIDADE 1 - O conceito de saúde.

SUB-UNIDADE 2 - A história natural das doenças.

SUB-UNIDADE 3 - Noções sobre o mecanismo de transmissão das doenças.

SUB-UNIDADE 4 - Interrelação homem-ambiente-agente patogênico

SUB-UNIDADE 5 - Noções sobre as doenças transmissíveis e infecciosas mais comuns, especialmente as que podem ser reduzidas por imunizantes ou por outras medidas profiláticas.

5.1 - Grupo dos redutíveis por imunizantes:

Poliomielite

Varíola

Difteria

Tétano

Coqueluche

Sarampo

Nota (incluir tuberculose - BCG)

5.2 - Doenças que podem ter repercussão sobre gesta-
ção ou sobre as gônadas:

Rubéola

Caxumba

5.3 - Doenças transmissíveis em que o componente psi-
co-social é importante:

Venéreas

Lepre

Tuberculose

5.4 - Doenças que podem ser redutíveis por saneamento
e outras medidas higiênicas:

Doenças de Chagas

Antropozoonoses (verminoses, pediculose e ou-
tras)

Raiva

Dermatofitoses

Doenças diarreica aguda
Envenenamento alimentar
Hepatite
Febre tifóide

SUB-UNIDADE 6 - Níveis de prevenção.

SUB-UNIDADE 7 - Técnicos de prevenção de doenças, com ênfase na imunização.

SUB-UNIDADE 8 - Noções sobre a epidemiologia de doenças não transmissíveis:

Câncer
Doenças Cardiovasculares
Nefrite e reumatismo articular agudo
Doenças profissionais e acidentes.

UNIDADE III - CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

SUB-UNIDADE 1 - O corpo humano como sistema. Seu crescimento (alterações quantitativas e seu desenvolvimento (alterações qualitativas)).

SUB-UNIDADE 2 - Fatores que influenciam o crescimento e o desenvolvimento. Fatores ligados à vida quotidiana (alimentação correta, sono e descanso adequados, atividade e prática de ginástica e esportes, relacionamento interpessoal).
Fatores hormonais e genéticos.

SUB-UNIDADE 3 - Diferenças no crescimento e desenvolvimento entre os dois sexos.

SUB-UNIDADE 4 - Efeito do uso de medicamentos, drogas e tóxicos sobre o crescimento e o desenvolvimento. so

UNIDADE IV - SAÚDE MENTAL

SUB-UNIDADE 1 - O indivíduo emocionalmente maduro.
Mecanismos de adaptações.
Mecanismos de defesa.

SUB-UNIDADE 2 - A família. Papéis e responsabilidades dos integrantes da família.
Harmonia Familiar.

SUB-UNIDADE 3 - Os grupos e sua dinâmica interna.
Relacionamento do indivíduo com seu grupo.

SUB-UNIDADE 4 - Aspectos psicológicos da puberdade. As relações entre os sexos.

SUB-UNIDADE 5 - A comunidade. Responsabilidade do indivíduo diante da comunidade.

SUB-UNIDADE 6 - Tabus e preconceitos sobre doenças mentais.

SUB-UNIDADE 7 - Drogas e tóxicos. Vícios.

UNIDADE V - SAÚDE ORAL

SUB-UNIDADE 1 - Saúde e saúde oral

SUB-UNIDADE 2 - Crescimento e desenvolvimento da face

2.1 - Dentes e tecidos suportes

2.2 - Tecidos dentários

2.2.1 - Esmalte

2.2.2 - Dentina

2.2.3 - Polpa dentária

2.2.4 - Cimento

2.3 - Tecidos suportes

2.3.1 - Maxila

2.3.2 - Mandíbula

2.4 - Tecidos de proteção

2.4.1 - Periodonto de proteção

2.4.1.1 - Gengiva livre

2.4.1.2 - Gengiva aderente

2.4.2 - Periodonto de inserção

2.4.2.1 - Fibras periodontais

SUB-UNIDADE 3 - Dentição e dentadura

3.1 - Nome, face, forma e posição dos dentes

3.2 - Cronologia da erupção dentária

3.2.1 - Dentição temporária

3.2.2 - Dentição mista

3.2.3 - Dentição permanente

SUB-UNIDADE 4 - Função dos dentes

- 4.1 - Função mastigatória
- 4.2 - Função fonética
- 4.3 - Função estética

SUB-UNIDADE 5 - Oclusão dentária

- 5.1 - 1º Molar Permanente

SUB-UNIDADE 6 - Incidência das doenças orais

- 6.1 - Cárie dental e doença periodontal
 - 6.1.1 - Etiologia da cárie
 - 6.1.1.1 - Placa dental e dieta
 - 6.1.2 - Etiologia das doenças periodontais

SUB-UNIDADE 7 - Prevenção da cárie e das doenças periodontais

- 7.1 - Escovação dentária
 - 7.1.1 - Escovas dentais - tipos e cuidados
 - 7.1.2 - Pastas dentais - ação
 - 7.1.3 - Técnicas de escovação dentária
- 7.2 - Fio dental

SUB-UNIDADE 8 - Flúor

- 8.1 - Importância do flúor na redução da cárie dental
- 8.2 - Técnicas de fluoretação
 - 8.2.1 - Aplicação tópica e bochechos de fluoretos
 - 8.2.2 - Ingestão.

UNIDADE VI - NUTRIÇÃO

SUB-UNIDADE 1 - Desnutrição

- 1.1 - Desnutrição proteica
- 1.2 - Desnutrição calórica

SUB-UNIDADE 2 - Alimentação adequada (Roda dos alimentos)

- 2.1 - Alimentação do adolescente
- 2.2 - Necessidade de Proteínas
- 2.3 - Necessidade de Sais minerais
- 2.4 - Necessidade de Vitaminas

SUB-UNIDADE 3 - Superstições, crendices e tabus alimentares

- 3.1 - Tabús quanto à mistura de alimentos
- 3.2 - Tabús quanto à hora de ingestão dos alimentos
- 3.3 - Tabús alimentares quanto ao estado fisiológico
- 3.4 - Tabús alimentares quanto à crenças religiosas

SUB-UNIDADE 4 - Obesidade

SUB-UNIDADE 5 - Abusos alimentares

- 5.1 - Refrigerantes
- 5.2 - Bebidas alcoólicas

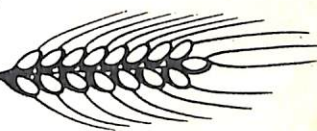
SUB-UNIDADE 6 - Horários impróprios para a alimentação

SUB-UNIDADE 7 - Higiene

- 7.1 - Dos alimentos
- 7.2 - Hábitos de higiene.



É TEMPO DE
RIO GRANDE



GOVÊRNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MÉDIA

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

17 AGO 1979

30/10/21

31 OCT 1980

2/10/22

10.03.86

161190

14



REPROGRAFIA DO CETEROS

AVENIDA PRAIA DE NEIAS, 1666 - FONE: 32 32 11 15 - PONTA ALGHE